



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**NILDA RODRIGUES DE SOUZA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL  
NO BRASIL**

---

Londrina  
2006

**NILDA RODRIGUES DE SOUZA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL  
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Nível Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, (Área de estudo: Trabalho e Relações Industriais).

Orientador: Prof.º Doutor Ariovaldo de Oliveira Santos

Londrina  
2006

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

S729f Souza, Nilda Rodrigues de.  
Formação profissional e ação sindical no Brasil / Nilda Rodrigues de Souza. – Londrina, 2006.  
240f. : il.

Orientador : Ariovaldo de Oliveira Santos.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2006.  
Bibliografia : f. 90-99.

1. Sindicalismo – Teses. 2. Formação profissional – Teses. 3. Ensino profissional – Teses. I. Santos, Ariovaldo de Oliveira. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

CDU 331.105.44

**NILDA RODRIGUES DE SOUZA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL  
NO BRASIL**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Giovanni Alves

---

Prof. Dr. Ariovaldo Santos de Oliveira (Orientador)

---

Prof. Dr. (a) Simone Wolff

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006

## **DEDICATÓRIA**

A todos aqueles que acreditam que educar não é levar o conhecimento de fora para dentro, mas despertar no indivíduo o que ele já sabe.  
(Aranha, 1996)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, por existir e participar da minha luta.

Ao meu namorado Sérgio pela paciência e dedicação.

As todas as minhas amigas, em especial a Ileizi, Gisely, Adriana, Geneviane, Cibélia, pela dedicação e paciência, muito obrigada.

Ao meu orientador Professor Doutor Ariovaldo de Oliveira Santos, a Banca de Qualificação pelas sugestões que muito auxiliaram no término do trabalho dissertativo.

E a todos os amigos leais, professores do Departamento de Ciências Sociais que me auxiliaram e apoiaram.

SOUZA, Nilda Rodrigues de – **Formação Profissional e Ação Sindical no Brasil**. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

## RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar como duas centrais sindicais, Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, desenvolveram ações de formação e qualificação a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da apropriação de um fundo público (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Analisamos as concepções e as práticas de formação desenvolvidas entre 1998 e 2002, no Paraná, tendo como pressuposto que tais ações poderiam significar resistência ou adaptação às exigências do capital. Destacamos, também, como, através da educação a relação entre Estado-empresa-sindicatos se recoloca, sobretudo na lógica da administração dos fundos públicos destinados à qualificação da força de trabalho, apreendendo as contradições dessas parcerias e o enfraquecimento das lutas sindicais. Analisamos as características, os princípios e os pressupostos que norteiam a visão educativa, especialmente no que se refere à qualificação, avaliando a posição assumida pela ação sindical, diante do contexto da formação profissional; se esta comunga, de forma ilusória, com a idéia de que a educação é caminho para que os trabalhadores escapem do desemprego. Pretendemos contribuir para o debate, mostrando as principais intervenções da ação sindical para formar o trabalhador para o emprego, num quadro em que cresce o desemprego e onde a situação do trabalho é cada vez mais incerta. A metodologia usada fundamenta-se na utilização de referenciais bibliográficos que versem sobre a temática, documentos e entrevistas com as lideranças sindicais filiadas as Centrais Sindicais. O método de abordagem empregado é a perspectiva dialética histórica, que possibilita a compreensão dos meios e processo que acarretaram mudanças, correlacionando-as com as perspectivas que permeiam o debate sobre as políticas sociais, bem como, a compreensão da historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservando suas especificidades.

**Palavras - chave:** Ação sindical. FAT. Formação profissional. Qualificação.

SOUZA, Nilda Rodrigues de – **Formação Profissional e Ação Sindical no Brasil**. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

### **ABSTRACT**

The present work aims at to demonstrate as two syndical central offices, Central Only of the Workers and Syndical Force, had developed action of formation and qualification from the reorganization of the world of the work and the appropriation of government securities (Deep of Support to the Worker). We analyze the developed conceptions and the practical ones of formation between 1998 and 2002, in the Paraná, having as estimated that such action could mean resistance or adaptation to the requirements of the capital. We detach, also, as, through the education the relation between State-company-unions if recollect, over all in the logic of the administration of government securities destined to the qualification of the work force, apprehending the contradictions of these partnerships and the weakness of the syndical fights. We analyze the characteristics, the principles and estimated that they guide the educative vision, especially as for the qualification, evaluating the position assumed for the action filed by labor union, ahead of the context of the professional formation; if this communal, of illusory form, with the idea of that the education is way so that the workers escape of the unemployment. We intend to contribute for the debate, being shown the main interventions of the action filed by labor union to form the worker for the job, in a picture where the unemployment grows and where the situation of the work is each more uncertain time. The used methodology is based on the use of bibliographical referenciais that turn on the thematic one, documents and interviews with the syndical leaderships filiadas the Syndical Central offices. The employed method of boarding is the perspective historical dialectic, that makes possible the understanding of the ways and process that had caused changes, correlating them with the perspectives that permeiam the debate on the social politics, as well as, the understanding of the historicidade of the processes simultaneously to its particularities.

**Keywords:** Action filed by labor union. FAT. Professional formation. Qualification.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>BIRD</b>	-	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAGED</b>	-	Cadastro Geral de Empregados
<b>CEEP</b>	-	Centro Estadual de Educação Profissional
<b>CGT</b>	-	Central Geral dos Trabalhadores
<b>CLT</b>	-	Consolidações das Leis Trabalhistas
<b>CNM</b>	-	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
<b>CODEFAT</b>	-	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>CONCUT</b>	-	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
<b>CONTAG</b>	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CUT</b>	-	Central Única dos Trabalhadores
<b>DIEESE</b>	-	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
<b>ETM</b>	-	Escola Temática Metodológica
<b>FAT</b>	-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FINEP</b>	-	Financiadora Nacional de Estudos e Projetos
<b>FMI</b>	-	Fundo Monetário Internacional
<b>FS</b>	-	Força Sindical
<b>FHC</b>	-	Fernando Henrique Cardoso
<b>IBGE</b>	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>ICT</b>	-	Instituto Cultural do Trabalho
<b>LDB</b>	-	Lei de Diretrizes e Bases
<b>MTE</b>	-	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>OCDE</b>	-	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento
<b>OMC</b>	-	Organização Mundial do Comércio
<b>ONGs</b>	-	Organizações Não Governamentais
<b>PASEP</b>	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>PCDA</b>	-	Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores
<b>PEA</b>	-	População Econômica Ativa
<b>PIS</b>	-	Programa de Integração Social
<b>PLANFOR</b>	-	Programa de Formação Profissional
<b>PBQP</b>	-	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

<b>PLANSINE</b>	-	Programa Nacional do Sistema Nacional de Emprego
<b>SDS</b>	-	Social Democracia Sindical
<b>SENAC</b>	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SENAT</b>	-	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>SENAR</b>	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SESC</b>	-	Serviço Social do Comércio
<b>SESI</b>	-	Serviço Social da Industria
<b>SINE</b>	-	Sistema Nacional de Emprego
<b>SPPE</b>	-	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
<b>TCU</b>	-	Tribunal da União de Contas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A AÇÃO SINDICAL BRASILEIRA E AS MUDANÇAS NO MUNDO TRABALHO</b> .....	17
2.1 A ATUAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	18
2.2 OS SINDICATOS BRASILEIROS E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO .....	24
<b>3 EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DA AÇÃO SINDICAL NO BRASIL</b> .....	34
3.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO GERAL.....	34
3.2 AÇÃO SINDICAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	38
3.2.1 As principais iniciativas da CUT e da FS para a educação sindical.....	43
3.3 AS EXPERIÊNCIAS SINDICAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE. ....	44
3.3.1 A ação sindical e a educação profissional segundo o PLANFOR.....	48
3.3.2 A posição da ação sindical frente o contexto da formação profissional.....	50
<b>4 AS PROPOSTAS DE QUALIFICAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS (CUT E FS) PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CENÁRIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PARANÁ</b> .....	57
4.1 AS FALAS DAS LIDERANÇAS SINDICAIS PARANAENSES SOBRE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS AOS TRABALHADORES DE 1998 A 2002 .....	64
4.2 CONTRADIÇÕES NAS FALAS DAS LIDERANÇAS SINDICAIS SOBRE AS AÇÕES DAS CENTRAIS NA OFERTA DE CURSOS DE “QUALIFICAÇÃO”. .....	66
4.3 AÇÃO SINDICAL E OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NA GESTÃO LULA .....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91

<b>APÊNDICES</b> .....	103
Apêndice A - Questionário com Roteiro de Entrevistas .....	104
Apêndice B - Texto com Transcrição das Entrevistas Abertas Feitas com Lideranças Sindicais .....	106
<b>ANEXOS</b> .....	135
Anexo A - Certificados.....	136
Anexo B - Planilhas.....	141
Anexo C - Folder .....	145
Anexo D - Cartilha .....	148

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação demonstra como duas centrais sindicais, Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, desenvolveram ações de formação e qualificação a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da apropriação de um fundo público, ou seja, o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Analisamos as concepções e as práticas de formação desenvolvidas entre 1998 e 2002, no Paraná (Londrina e Curitiba), tendo como pressuposto que tais ações poderiam significar resistência ou adaptação às exigências do capital.

Nesse sentido, abordaremos os efeitos da crise do capitalismo sobre a organização dos trabalhadores. Dentro do enfrentamento entre sindicatos e capital, temos a criação e reprodução de mecanismos, responsáveis em organizar e reordenar as forças constitutivas. Essa reconstituição é decidida pelo capital.

Perpassamos um quadro em que as forças produtivas, a divisão do trabalho, as relações de trabalho, o Estado, a classe trabalhadora e os movimentos sindicais têm as suas atuações, enquanto agentes sociais, sendo redefinidas bruscamente, a fim de auxiliar o capital, na superação de mais uma de suas crises. Analisando esses elementos compreendemos os aspectos gerais e específicos das contradições e determinações do capital, que interferem na atuação e decisões desses principais agentes.

Através deste quadro, tentaremos perceber qual a posição que a ação sindical<sup>1</sup> - Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical (FS) - assume diante do contexto da qualificação ou educação profissional, uma vez que as implicações das mudanças tecnológicas tanto no trabalho, como na educação são vistas como um desafio tanto para os próprios sistemas: capitalistas e de educação, como para Ação Sindical. Sendo assim, em que medida o Estado subordina a educação profissional à lógica do capital e quais as respostas dadas pela Ação Sindical organizada? Quais as principais diretrizes da Ação Sindical para informar ou formar o trabalhador para o mercado de trabalho?

Outra preocupação que norteia nossos questionamentos é a de que se as propostas da CUT para a formação do profissional se modificaram mediante as interferências da reestruturação produtiva e do discurso apregoado de que o desemprego é por falta de qualificação do trabalhador ou se através da qualificação via educação, o trabalhador

---

<sup>1</sup> Optamos por estudar a FS e a CUT devido as mesmas terem captado recursos em volumes consideráveis do FAT para investirem cursos de qualificação.

conseguirá a empregabilidade<sup>2</sup>? Nos primeiros estudos sobre tal conceito, a CUT analisa que esta questão deve ser aprofundada, porque não depende do trabalhador o fato de se manter empregado, obrigando-o a se qualificar continuamente para o emprego, como se esta fosse uma relação individual e não um problema social complexo, para qual deve acontecer grandes ações a fim de resolvê-lo (LIMA, 2000, p. 48-49).

Desta forma, queremos pontuar as contradições que estão acortinadas no discurso dos membros da CUT e da FS, que por um lado objetivam disputar a hegemonia, sem pretender substituir a escola pública e gratuita de qualidade, e por outro lado aparentemente está em concordância com a perspectiva neoliberal de que o trabalhador precisa se qualificar ou requalificar para se manter ou estar empregado. Assim o quadro de qualificação profissional trabalhado pela CUT e FS, de certa forma não rompe com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional<sup>3</sup>, porém observamos que as propostas implementadas pela ação sindical tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. E isso ocorre porque a noção de qualificação e requalificação, proposta pela educação profissional prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

No primeiro capítulo *A ação sindical brasileira e as mudanças no mundo trabalho* pontuamos, em linhas gerais, os efeitos das transformações no mundo do trabalho e como elas tiveram sérias implicações sobre a relação dos trabalhadores entre si e com o trabalho, determinando novas formas de identidades sociais, construindo assim, relações extremamente frágeis, visto que a referência deixa de ser coletiva ou sustentada em coletivos de trabalhadores, e passa a ser individual, fragmentada, alimentada e incentivada pelo isolamento no mercado.

---

<sup>2</sup> Este conceito de empregabilidade passou a ser empregado por Gentile (1998) como sendo a capacidade individual dos sujeitos para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece, na era do fim dos empregos, onde somente a competência empregatícia flexível do indivíduo pode ser garantida com sucesso para conseguir o trabalho.

<sup>3</sup> Utilizamos esse conceito no título, mas no decorrer do trabalho vamos trabalhar mais o conceito Educação Profissional. Outrossim, informamos que um não é sinônimo do outro, e que cada um contém suas especificações. No entanto, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso o conceito de formação profissional foi adaptado na tentativa de atender aos novos imperativos capitalistas, ou seja, a formação profissional anterior estaria obsoleta, e não corresponderia as exigências da reestruturação da produção. Nesse sentido, foi necessário promover a revisão desses conceitos e das práticas, assim o termo “formação” foi substituído pelo de educação profissional, na busca de inserir essa modalidade de prática educativa, no que se chama de agenda de modernização das relações de trabalho.

Sendo assim, tais mudanças têm forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando à precarização nas formas de contratação ou utilização da força de trabalho e ao enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva. Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital.

A nova cena produtiva, dificulta a dinâmica associativa e inibe a tendência reivindicativa<sup>4</sup>, desafiando os sindicatos a alterar sua agenda histórica, de modo a produzir novas estratégias de ação, e principalmente, repensar o próprio lugar do sindicato, sua natureza, funções e objetivos numa sociedade em que o trabalho aparece sob novo formato (HERRERA, 2000). Dessa forma, buscou outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação e requalificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

Para entender a participação da ação sindical nesses novos campos, fizemos no segundo capítulo *Educação geral e formação profissional: as principais atuações da ação sindical no Brasil*, uma descrição sobre a preocupação do movimento sindical com a educação geral e profissional, assim como as principais atuações da ação sindical junto ao campo da educação geral, sindical e de formação profissional, analisando como ocorreu a relação das centrais sindicais com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a partir de 1998.

A fim de responder os outros questionamentos, empreendemos uma pesquisa junto aos sindicatos filiados as centrais, para entender como foram aplicadas as ações na área de formação profissional. Dessa forma, no terceiro capítulo abordamos quais foram as *propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS) para enfrentamento do novo cenário da reestruturação produtiva no Paraná*. Nesse capítulo, analisamos as propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS) no Paraná, privilegiando a região de Londrina, verificando a relação trabalho e educação profissional dentro do projeto neoliberal, e quais eram as propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementadas pelo Estado no período que compreende 1998 a 2002, respectivamente, no Estado do Paraná.

---

<sup>4</sup> Apesar de que alguns autores entenderem que algumas conquistas não foram além das conquistas históricas, Alves (2000, p. 276,278) considera que a literatura, principalmente a marxista, se ateu as determinações políticos-ideológicas da prática sindical e operária no país, tais como as greves, os limites da estrutura sindical... No entanto, não analisaram, de certo modo, a nova ofensiva do capital na produção e seus desdobramentos duradouros na objetividade (subjetividade) da classe. Dessa forma, a tendência reivindicativa não foi tão intensa assim, visto que a mesma incorporou o fetichismo da mercadoria como ardil da própria sobrevivência da institucionalidade sindical. Além do mais o sindicato sempre esteve na posição defensiva.

Como metodologia de trabalho, fizemos uma intensa pesquisa bibliográfica e documental, com material encontrado nos sindicatos filiados a CUT e a FS, em jornais, documentos do Governo Federal e várias entrevistas abertas com as lideranças sindicais filiadas as centrais, de modo a perceber como que os mesmos analisam tais cursos de qualificação, e se esses cursos qualificam de fato para o trabalho e para que tipo de trabalho, pois diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões acabam tirando proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho excedente, impondo assim, regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Também foi questionado sobre o uso do espaço dos cursos para orientar o trabalhador sobre as mudanças na relação de trabalho e entre outras questões.

Fomos averiguar a participação dos sindicatos filiados as centrais: cutista e da Força Sindical, a fim de verificar a participação desses sindicatos no processo de expansão dos Programas de Educação Profissional do PLANFOR, para amenizar os desconfortos do desemprego.

Conversamos com 16 lideranças sindicais, no entanto, entrevistas foram feitas apenas com 08 (oito) lideranças sindicais, sem falar que tivemos dificuldades com as agendas, principalmente dos filiados a CUT. Os sindicatos filiados a Força não demonstraram nenhuma resistência em responder as questões, já no sindicato dos Bancários filiado a CUT, encontramos resistências. Foram entrevistadas seis lideranças de sindicatos filiados a Força Sindical (Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina e o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de Londrina; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias em Gráficas do Estado do Paraná; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Londrina (SIEMACO); Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, regiões Norte e Oeste do Paraná; Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina).

A proposta apresentada, consistiu em entrevistar lideranças sindicais que estivessem envolvidas com os trabalhadores da área privada, ou seja, aqueles que não têm estabilidade no emprego e estão em constante risco de perder o trabalho. A CUT em Londrina tem um número maior de sindicatos filiados, pertencentes ao funcionalismo público, por isso o único sindicato que atuou com cursos de qualificação, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador foi o Sindicato dos Bancários.

Dessa forma, entrevistamos duas lideranças cutistas desse sindicato que estão em Curitiba e 01 (uma) liderança do Sindicato dos Bancários de Londrina e membro da

Federação dos Bancários representando as regiões de Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti.

Como não conseguimos muitas entrevistas com os filiados do sindicato dos Bancários de Londrina, o único filiado a CUT, que ofertou cursos no período em análise, recolhemos alguns documentos e material bibliográfico no próprio sindicato, que mencionasse sobre a questão da qualificação. Conseguimos recolher apenas materiais didáticos (livros e uma dissertação) e informativos. Observamos que Londrina apesar de ser uma cidade que concentra um grande número de trabalhadores, essa não teve tanta atenção, com os recursos do FAT, distribuídos pelas centrais. Os recursos foram centralizados na maior parte no Sindicato dos Metalúrgicos, filiado a FS. Tanto que, os entrevistados revelaram não ter tido as demandas solicitadas atendidas, apesar de que foi na década de 90, na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que cresceu, significativamente, o número de escolas sindicais com experiências na formação profissionalizante.

Contudo, as principais centrais, CUT e Força Sindical tiveram participação de destaque na captação dos recursos do FAT. Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego, liberou pelo PLANFOR cerca dos R\$189.460.385,54l. Desde montante a Central Única dos Trabalhadores angariou R\$30.000.000,00 enquanto a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. Já em 2002 a CUT recebeu R\$35.000.000,00 e a FS recebeu R\$38.000.000,00 dos R\$ R\$185.180.000,00 (BRASIL.... 2000-2002).

Na finalização do trabalho, fizemos nas considerações finais, uma reflexão respondendo aos principais questionamentos da pesquisa que confirmaram a nossa tese de que, o quadro de qualificação profissional trabalhado pela CUT e FS, de certa forma não rompe com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional, porém observamos que as propostas implementadas pela ação sindical tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. Isso ocorre porque a noção de qualificação e requalificação, proposta pela Educação Profissional prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2003).

De qualquer forma, a ação sindical, no período estudado ofertou vários cursos para “qualificar” os trabalhadores no Paraná. Entretanto, nos anos iniciais deste século, a CUT parou de ofertar cursos de qualificação, como informática e passou a ofertar cursos de

formação de lideranças. Já os sindicatos filiados a Força Sindical continuaram a ofertar os cursos, mas direcionado apenas para alguns grupos, como a dos metalúrgicos, não contemplando demandas de outros sindicatos filiados.

## 2 A AÇÃO SINDICAL BRASILEIRA E AS MUDANÇAS NO MUNDO TRABALHO

O mercado de trabalho passa por uma radical reestruturação<sup>5</sup>. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, o patronato tirou proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HAVEY, 1993). Tal processo tem sérias implicações sobre a relação dos trabalhadores entre si e com o trabalho, determinando novas formas de identidades sociais. Em geral, elas são extremamente frágeis, à medida que a referência deixa de ser coletiva ou sustentada em coletivos de trabalhadores e passa a ser individual, fragmentada, alimentada e incentivada pelo isolamento no mercado.

Sendo assim, tais mudanças têm forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando à precarização nas formas de contratação ou utilização da força de trabalho e ao enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva. Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital. O desemprego crescente tende a reforçar a não negociação com os trabalhadores diante as formas e conseqüências da reestruturação produtiva. (DRUCK; FIQUEIRAS; NEVES, 2000). Dessa forma, neste capítulo a proposta reside em expor a atuação da ação sindical no contexto em que ocorre a reestruturação produtiva, o ajuste neoliberal e a crise do mundo do trabalho.

---

<sup>5</sup> A questão da reestruturação produtiva perpassa um quadro muito complexo (por isso fosse de nosso objetivo a definição mais extensa do mesmo). Faz se importante destacar que nesse quadro temos a fragmentação heterogeneizada e a desestruturação do trabalho, polarizadas no trabalho/flexível/integrado e o trabalhador precarizado marginalizado. Essa reestruturação de mercado procura conciliar políticas de corte neoliberal, que reúnem a flexibilização do trabalho e a desregulamentação da proteção social, sobretudo a trabalhista. Assim a chamada crise do trabalho está na base de uma instabilidade continuada do capitalismo contemporâneo. E as contradições envolvidas nesse processo, certamente, projetam para o futuro incertezas, violências e uma degradação acentuada das condições de vida e de trabalho (KORNIS, 1998), principalmente para os países em desenvolvimento. Contudo, nesses trabalho pontuamos alguns elementos que achamos pertinentes para expor sobre as conseqüências dessa reestruturação sobre os sindicatos, a educação e o trabalho.

## 2.1 A ATUAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A partir do final dos anos 70, e particularmente na década de 80, presenciou-se nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho<sup>6</sup>, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política.

O fim do socialismo real e da Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, inaugura uma nova era nas relações internacionais, agora lideradas pelos Estados Unidos da América [...] Essa nova ordem, em formação, de supostas relações multipolares apoiadas nas teorias ditas modernas, está sob o domínio das grandes empresas transnacionais, que tem a seu serviço, além dos governos de seus países, todos os organismos e agências internacionais, como BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial), OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento), a OMC (Organização Mundial do Comércio) o FMI (Fundo Monetário Internacional) [...]. (QUEIROZ, 2000, p. 31).

Sob o forte impacto de uma crise estrutural e da reconfiguração do Estado, novas repostas foram buscadas, como alternativas do capital para a sua crise (ANTUNES, 2000). A partir desse contexto os setores significativos do universo do trabalho sofrem maior impacto, pois, toda a sua organização é redefinida dentro processo que recebe o nome de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma restrita, refere-se à incorporação nas plantas produtivas de novas formas de organização e gestão do trabalho<sup>7</sup>. Mediante tais mudanças,

<sup>6</sup> As transformações oriundas das constantes crises do modo de produção capitalista, assinalam espaços para definição de um “novo” padrão de acumulação. E no último quartel do século XX, o quadro delineado consiste no fato de que a Humanidade atravessa uma crise global, extremamente grave. A atual crise do sistema capitalista mundial é em primeiro lugar econômica. Manifesta-se fundamentalmente pelos lucros retirados da exploração capitalista - em alta nos Estados Unidos e em numerosos grandes países da tríade desde os anos 80 - e pela submissão das economias a mundialização neoliberal - que não encontram colocação nos sectores produtivos em condições de rentabilidade suficientes e se vêm constrangidos a procurar novas saídas para evitar uma desvalorização. As novas saídas encontradas por estas enormes massas de capitais flutuantes, de grande mobilidade, virados para a mais elevada rentabilidade imediata, indiferente às necessidades do desenvolvimento e da necessidade de satisfação das necessidades humanas, tomam a forma de aplicações financeiras (HERRERA, 2003).

<sup>7</sup> A atual reestruturação produtiva engendrou-se na era do pós-fordismo e da Especialização flexível. Essa expressão, conforme Cattani (1997) “especialização flexível”, consagrada por Piore e Sabel (1984) se constitui como um paradigma alternativo para a crise da produção capitalista, a qual se funda em elementos da produção multipropósito, ancorado em trabalhadores “qualificado” e dotado de capacidade de inovar, constantemente, produtos e processos a baixos custos. Ao mesmo tempo em que precariza a parte a classe trabalhadora localizada nas franjas das grandes cadeias de produção por um lado, e por outro, em virtude das novas tecnologias gera um desemprego estrutural. Ocorre, assim, uma reconversão da produção em massa. O trabalho, igualmente sofre uma radical reestruturação, caracterizada, entre outras coisas, por um aumento da rotatividade, da competição e estreitamento das margens de lucro. Com isso, acarreta-se uma reorganização do sistema capitalista promovendo mudanças abruptas e consideráveis nos processos produtivos e de trabalho. A especialização flexível utiliza-se também do toyotismo. Alves (2004) considera que o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social de mercadorias sob a era a mundialização do capital. Segundo Antunes (2003) o fato de a produção ser variada e voltada para os nichos de consumo demanda um trabalhador polivalente, que opere várias máquinas rompendo com a relação um homem/uma máquina que fundamentava o fordismo. Com isso, ocorre uma

novas transformações são delineadas profundamente, envolvendo não apenas o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal.

Através de medidas de reorganização da acumulação capitalista, investidores saem ganhando, enquanto o trabalhador sai prejudicado duramente pelo capital. As necessidades e desejos do capital financeiro - organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante - incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou ideologia, é uma cultura hegemônica de um sistema de capital global em crise.

As ações empreendidas pelo capital na busca de recuperar a sua acumulação, leva à desestruturação de formas anteriores de organização do trabalho calçadas nos princípios do fordismo/taylorismo, reorganizando outras formas constitutivas ancoradas na financeirização, que privilegia grupos restritos. Como consequência, tem-se o aumento dos grupos que não participam das benéficas e dos privilégios, assim como o aumento consideravelmente do desemprego<sup>8</sup> e a exclusão social. Em busca de um crescimento econômico razoável nos países centrais do capitalismo, esses resultados são normais.

Na América Latina, assim como o Brasil, por exemplo, essas estratégias políticas de dominação burguesa de cariz neoliberal<sup>9</sup> significam um conjunto de propostas e exigências de credores para o pagamento da dívida externa efetuada, sobretudo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BALTAR, 1996). Tais orientações objetivam a máxima abertura a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco, ou seja, tudo em nome da soberania absoluta do

---

desespecialização dos operários. Tal modelo de produção supõe a continuidade da mesma lógica, ao mesmo tempo uma simplificação e uma intensificação da exploração do trabalho, própria da produção capitalista. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas.

<sup>8</sup> Segundo Mézáros (2003), na realidade, a dramática ascensão do desemprego nos países capitalistas avançados não é um fenômeno recente. Ela surgiu no horizonte - depois de 25 anos de uma expansão do capital no pós-guerra relativamente sem perturbações - com o princípio da crise estrutural do sistema do capital como um todo. Surgiu como a característica necessária e sempre em agravação desta crise estrutural. O problema não é mais apenas a condição difícil dos trabalhadores não qualificados mas também a de vastas quantidades de trabalhadores altamente qualificados que estão agora a perseguir, em acréscimo ao primitivo mar de desempregados, os escassos empregos disponíveis. Além disso, a tendência da amputação "racionalizante" já não está mais confinada aos "ramos periféricos da indústria envelhecida" mas abrange alguns dos mais desenvolvidos e mais modernizados sectores da produção - desde estaleiros navais e aviação à eletrônica, e do *engineering* à tecnologia do espaço. Assim, já não estamos preocupados com os "normais", e bem aceites, subprodutos do "crescimento e desenvolvimento", mas sim com sua tendência para uma travagem, nem na verdade com os problemas periféricos dos "bolsões de subdesenvolvimento" e sim com uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo que converte até as últimas conquistas do "desenvolvimento", da "racionalização" e da "modernização" em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E, acima de tudo, a agência humana que se considera como a receptadora final já não são as pessoas "desfavorecidas" socialmente e sem poder, multidão apática e fragmentada, mas todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado: i.e, objetivamente a força de trabalho total da sociedade.

<sup>9</sup> Expressão trabalhada por Alves (1996).

mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1995).

No Brasil e na América Latina, a estratégia adotada para impor as reformas de cariz neoliberal foi o discurso de que se deveria aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho com a retirada de alguns benefícios sociais. Entre eles o seguro-desemprego e demais empecilhos ao livre jogo das forças de mercado, pois, nessa ótica, o problema do desemprego é a rigidez do mercado de trabalho. O resultado dessas estratégias foi uma enorme destruição de empregos locais em troca de uma pequena redução no preço do produto do consumidor e um grande custo fiscal para a sociedade como um todo, e, sobretudo para os próprios consumidores que conseguirem manter-se empregados (TAVARES, 1995). Entretanto, salientamos que no Brasil, o processo de reestruturação, não foi da mesma intensidade que ocorreu em outros países da América Latina, apesar de ter recebido as mesmas orientações das agências internacionais, no início da década de 80.

Antunes (2004) enfatiza que no final da ditadura e no período posterior, logo no Governo Sarney, na década de 80, o Brasil se encontrava distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do ajuste neoliberal, já em curso nos países centrais. O processo teve início na Gestão Fernando Collor, final da década de 80. Segundo Tavares (1995) essas medidas ocorreram em virtude das ameaças de recessão e pelas perspectivas de diminuição da proteção cambial e tarifária. Diante disso grandes empresas reagiram tentando pela primeira vez um ajuste microeconômico, com redução de custos internos, o que confirmou a recessão e aumentou o desemprego, dando início a uma busca de modernização visando os mercados internacionais.

Desse modo, aos poucos se consolidou a reestruturação produtiva e do trabalho no Brasil, mediante as novas tendências de inovação tecnológicas. Das indústrias transnacionais, o setor industrial foi o mais atingido pelo impacto da dinâmica dos acontecimentos que sacudiram o mercado externo fomentando a crise do capitalismo no país. O objetivo dessas estratégias era buscar a integração das indústrias e empresas nacionais, dentro dos parâmetros no palco econômico, por meio de racionalização e a otimização dos recursos e flexibilidade, em particular na definição do perfil dos clientes, a partir da introdução de novos paradigmas tecnológicos e organizacionais marcados respectivamente, pelas novas tecnologias e o toyotismo<sup>10</sup> (LEITE, 1996).

---

<sup>10</sup> Vide nota 5

Por conseguinte, o processo de abertura comercial e financeira, intensificado a partir do final da década de 80, jogou a economia na acirrada competição internacional sem qualquer proteção e com o crescimento da produção apresentando poucos resultados. Em tal dinâmica, as grandes empresas nacionais tornaram-se débeis frente aos seus concorrentes internacionais, do setor financeiro e do governo, submetendo-se ao predomínio da esfera financeira<sup>11</sup> e dos credores, bem como a destruição da produção e do emprego nacional. Por outro lado, Mattoso (apud CASAGRANDE, 2004, p. 9) discorre:

[...] estas mesmas empresas se viram fortalecidas relativamente aos trabalhadores, cujo poder de barganha foi ainda mais depauperado pelo desemprego e pela precarização do trabalho. Em geral, quanto mais debilitadas e subservientes ao governo, às finanças e aos concorrentes são as empresas, mais tendem a exercer, de forma autoritária e unilateral o seu acrescido poder junto aos trabalhadores.

O produto destas posturas políticas que se apresentaram naquele período e que têm sido hegemônicas na história brasileira apresentou suas formas mais degradantes durante a década de 90, anos em que o crescimento econômico e a mobilidade social pareciam ter desaparecido à nossa realidade. Nesse período a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2004). Para Mattoso (apud CASAGRANDE, 2004), depois dos anos 80, a "década perdida", parecia que nada poderia ser pior. No entanto, o desempenho econômico da década de 1990 não somente foi a metade do ocorrido nos anos 80, como foi o pior do século, e com ele se esvanece o sonho de uma melhor distribuição de renda e de uma sociedade mais justa.

Essa situação só ocorreu, segundo Debrey (2003), em virtude da forma com que a reestruturação produtiva se realiza no Brasil, ou seja, de forma dependente e subordinada ao capital externo monopolista e a política desreguladora do Estado neoliberal adotada pelos governos dos anos 90, bem como da forma seletiva e excludente, com a colaboração dos grupos dirigentes locais e de associados secundários aos interesses hegemônicos dos Estados centrais e das empresas transnacionais. Essa reestruturação, ou seja,

---

<sup>11</sup> A expansão da área financeira, na análise de Chesnais (1996), passa a ser o território que mais se expande, formando assim, o capital financeiro. Tal área está atrelada ao capital fictício, do crédito governamental e da especulação, formando o capitalismo cassino de dimensões globais (ALVES 1996).

a globalização excludente e seletiva, se traduz na desnacionalização da economia brasileira e em uma maior dependência histórico-estrutural ao capital monopolista externo acarretando o desemprego estrutural, a degradação do trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores do processo produtivo.

Tanto que nessa fase (ao longo dos anos 90), intensificam-se não apenas o desemprego, assim como a precarização das condições e relações de trabalho, fenômenos de amplitude nacional que apresentam maior destaque no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>12</sup> (1995 -1998). O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado, tampouco com um grau crescente de deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, praticado em tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial, enfim, os milhares de “bicos” que se espalharam pelo país (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004).

Ampliam-se assim, a centralização e a concentração do capital em setores estratégicos da economia brasileira. Em uma articulação com o capital flexível, o mundo do trabalho transforma-se profundamente, ou seja, acentuam-se e ganham velocidade as mudanças na esfera do trabalho. Exemplo disso é a desproletarização do trabalho industrial, intensa nos Estados centrais; sendo incipiente nos periféricos e dependentes, e a ampliação do trabalho salarial no setor de serviços, de perfil heterogeneizado com a incorporação da força de trabalho das mulheres (DEBREY, 2003).

Nesse sentido, durante esse contexto foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que após a entrada do governo de FHC, foi contabilizada uma queima de 1,8 milhões de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Assim, em dez anos, a taxa de desemprego no Brasil pulou de 3,4% em 1989 para 7,8% em 1999, aumentando também o processo de precarização das relações e condições de trabalho (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004).

---

<sup>12</sup> O governo de Fernando Henrique Cardoso, que, assumiu a presidência em 1995, teve como principais medidas a busca da estabilidade econômica e as reformas constitucionais necessárias para atrair investimentos estrangeiros para o país. Durante os anos de 1995-1997, consegue derrubar o monopólio em setores como petróleo, telecomunicações, gás canalizado e navegação de cabotagem, também privatizando grandes empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, seu governo investe toda sua força política para conseguir a aprovação da emenda que permite a reeleição dos ocupantes de cargos executivos, o que também permitiu sua reeleição em 1998. Este governo consolidou a abertura comercial e financeira indiscriminada, iniciada por Collor e Itamar Franco, dispensou a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacional e caracterizou-se como "corporativas" ou "inflacionárias". [...] Essa política aventureira - baseada no tripé abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do real e juros elevados - teve por consequência um crescimento econômico medíocre e uma profunda desestruturação produtiva, cujas trágicas consequências sobre o mercado de trabalho nacional já observamos, além da ampliação dos desequilíbrios das contas públicas e das contas externas e do veloz desmonte do Estado. (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004, p.11).

Os dados de maio de 2002 ainda demonstram a continuidade do agravamento destes índices, conforme podemos ver nos percentuais de desemprego de algumas das principais capitais brasileiras: Salvador (28,4%), Recife (21,7%), São Paulo (19,7%) e Porto Alegre (16,0%). O crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os que atuam por conta própria demonstra a redução do mercado formal de trabalho, diante ao regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais; trabalho formal que garante a proteção social ao trabalhador tais como a Previdência Social, Seguro-Desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Nesse período, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), observaram que:

[...] mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontravam em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, Seguro-Desemprego, FGTS. Ou seja, três, em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social em que seriam cerca de 24 milhões de brasileiros nessas condições, dos quais mais de 12 milhões trabalhariam sem registro em carteira porque se encontram desempregados e não conseguem outro tipo de trabalho. (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004, p. 12).

Contudo, no ano de 2005 o quadro só tende a se agravar mais, apesar do número de pessoas ocupadas ter aumentado na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme o DIEESE (2005) mais de 3,241 milhões de brasileiros se encontravam desempregados em seis regiões metropolitanas. Na grande São Paulo, o trabalhador em busca de uma colocação leva 13 meses para encontrar um novo posto. Cerca de 40% dos que atuavam no setor privado não têm carteira assinada no Brasil (SANDRINI, 2006).

Em linhas gerais, a história de uma política sócio-econômica favorável apenas às classes dominantes predominante no Brasil, tem demonstrado o brutal ataque que a classe trabalhadora enfrenta em âmbito mundial e que se expressa com suas particularidades em cada país. Frigotto (1998) - destacando que os limites mais cruciais do capital se exprimem no espectro da destruição de postos de trabalho, precarização e abolição dos direitos sociais (aumentando o trabalho morto e diminuindo o trabalho vivo) - questiona se esta crise de final de século do modo de produção capitalista seria igual às anteriores. Sua resposta é que a continuidade desta lógica apenas se manterá sob o aumento cada vez maior

da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e o aumento da expropriação dos trabalhadores.

## **2.2 OS SINDICATOS BRASILEIROS E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Os sindicatos não estavam preparados para o início dessa nova configuração. Foram então, desafiados, tendo que incorporar novos temas e formas de lutas em um mundo globalizado, com robôs substituindo os homens nos postos de trabalho, além da formação de blocos econômicos regionais, avanço das privatizações, expansão da economia informal, terceirização do trabalho, flexibilização das relações de emprego, enfim, com a ofensiva neoliberal (QUEIROZ, 2000).

Tem-se um quadro em que:

[...] as crescentes transformações do mundo do trabalho, a construção internacional da hegemonia neoliberal [...] as mudanças na estrutura da América Latina e do Brasil, a persistência da estrutura sindical corporativista, enfim, uma evolução marcada pela instabilidade e pela fragmentação/dissolução dos padrões anteriores de acumulação e de regulamentação social, vergam o Novo Sindicalismo em direção a uma realidade na qual ele se constituía como sujeito coletivo, mas também objeto das relações sociais. (CRUZ, 2000, p. 147).

Contudo, observa-se que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho acarretam profundas repercussões na ação sindical. Tais repercussões segundo Tumolo (2002), são expressões de metamorfoses junto ao movimento dos trabalhadores, seja no universo da materialidade, seja no da subjetividade, e a crise dos sindicatos que daí advém.

Os contornos dessa crise são verificados por meio de:

- 1) Uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 80.
- 2) Um abismo que se amplia entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado e os trabalhadores vinculados ao trabalho precarizado, de outro, o que enfraquece o poder sindical e questiona o sindicalismo vertical.
- 3) Avanços na organização sindical dos assalariados médios.
- 4) Intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado ao sindicato, contra os segmentos que compreendem o trabalho precarizados.
- 5) Fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores afetando as ações grevistas, que diminuíram significativamente.

- 6) Em razão dos itens anteriores, obstaculizam-se as possibilidades de desenvolvimento e consolidação de uma consciência dos trabalhadores. (TUMOLO, 2002, p. 103)

Tumolo (2002, p. 103-104) com base nas reflexões teóricas de Antunes (1995) enfatiza que a crise sindical se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências:

- 1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, cujo desdobramento mais nefasto é o sindicalismo de empresa, o 'sindicato-casa'.
- 2) Um processo de desregulamentação e flexibilização no limite do mercado, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical.
- 3) A opção pelo sindicalismo de participação que agora contabiliza prejuízos de brutal envergadura - dos quais as mais evidentes é [...] o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos.
- 4) Uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando com isso, 'legitimidade' e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social.
- 5) O capital amplia enormemente - por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos - sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista.

Os estudos indicam que existem distinções sobre o quadro delineado na década de 90, na primeira no final da gestão e do Presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>13</sup>. Enquanto a CUT enfatiza os sérios riscos que o novo quadro tem trazido para os trabalhadores; a FS - ainda que timidamente assinala alguns problemas do novo cenário, parece ver nele a possibilidade de espaços a serem utilizados pelos trabalhadores, no sentido de melhorarem suas condições de vida e de trabalho. Por seu turno, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) parte de uma análise semelhante à da CUT, porém com uma visão mais favorável acerca das possibilidades que teriam os trabalhadores em obter melhores espaços no novo quadro (SOUZA, 2000).

Esse quadro delineia a existência de uma crise que por um lado, na concepção de Druck, Figueiras, Neves (2000, p. 6):

---

<sup>13</sup> Segundo Alves (2000, p. 279) o sindicalismo brasileiro nos anos 80 caminhou em direção contrária a do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos, e mesmo nos países capitalista latino americano.

[...] apresenta características globais: a perda da capacidade de mobilização e organização, o enfraquecimento do potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores; a mudança de suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e diante das pressões sofridas para aderirem cada vez mais à ordem; um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas que tenham um conteúdo ofensivo e que apontem um caminho independentes para a classe trabalhadora; a transformação dos sindicatos num fim em si mesmos dentro da legalidade do capital e não num meio para constituir uma legalidade da classe trabalhadora na busca por sua emancipação. Por outro lado, essa crise assume especificidades, em função da história das lutas operárias no país, do tipo de sindicato que se construiu e do quadro político nacional, assim como pelas transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do emprego, com a reestruturação em curso, e a forma subordinada como o Brasil se inseriu na nova (des) ordem econômica internacional.

É temerário falar do sindicalismo brasileiro como uma totalidade<sup>14</sup>, dada à coexistência de diversas concepções sindicais e à heterogeneidade observada no grau de organização e na capacidade de ação. Para alguns autores, isso ocorre em virtude do modelo corporativista<sup>15</sup> de relações de trabalho existente no Brasil e que estabelece entraves para que o sindicato desenvolva seu papel de forma a buscar a solução dos conflitos, mesmo sabendo que uma boa parte deles defende equivocadamente, a manutenção dessa situação (LAIMER, 2003).

---

<sup>14</sup> Talvez essa temeridade se dê em função de como os sindicatos se formaram no país. Segundo Laimer (2003) no Brasil, particularmente na segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos mais qualificados, em sua maioria exercendo ofícios artesanais, organizaram-se em sociedades de socorros mútuos, tendo em vista que o fato de que a Constituição de 1824 impedia que fossem criadas quaisquer formas de organização sindical. Em 1903 o decreto nº. 979 regulamentou a atividade sindical ao prever a criação de sindicatos mistos com a função de estudo, custeio e defesa dos interesses de seus integrantes. Na sequência, o Decreto nº. 1.637 de 1907, em complemento ao anterior, estabeleceu como finalidade dos sindicatos “o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros”. Regulamentou-se a sindicalização no Brasil em março de 1932, por meio do Decreto nº. 19.770, foi a primeira vez que o Estado reconheceu a existência do sindicato enquanto instituição que auxiliava no pleno funcionamento da ordem constituída, embora o sistema sindicalização fosse facultativo e aproximasse os sindicatos do Estado para servirem de colaboradores e consultores do poder público. Com a instituição da CLT em 1º/5/1943 (Decreto nº. 5.452) foi mantida e regulamentada a unicidade sindical então existente. Essas diversas iniciativas estatais na área das relações de trabalho concretizaram o ideário corporativista, fortemente influenciado pelo modelo italiano. Em 1964, o golpe militar cerceou a atuação sindical por meio de repressões, intervenções nos sindicatos, cassação de mandatos sindicais, gerando um maior esvaziamento do sindicato e muitas dificuldades para a realização das negociações coletivas. No final dos anos 1970, os sindicatos pressionaram por reformas e democracia, o que contribuiu para a convocação da Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, que afastou as restrições à atividade sindical imposta pelos militares. Surgiu nesse período, o novo sindicalismo, cuja pretensão foi romper com as práticas sindicais tipicamente pelegas, constituindo-se num movimento de mobilização e organização nos locais de trabalho, onde a greve e as assembleias massivas passaram a ocupar papel central nas lutas sindicais (DRUCK; FIGUEIRAS; NEVES, 2000). Foi desse movimento que nasceu a CUT, uma central sindical que surge contra e fora do Estado, não permitida nem prevista na legislação, mas que conquista seu espaço. Legitima-se politicamente junto aos trabalhadores, ao empresariado e ao Estado. É uma corrente política no interior do movimento sindical brasileiro, cujo termo significa diferenciando aquele conjunto de práticas das práticas anteriores, implicitamente, do “velho sindicalismo” (CRUZ, 2000).

<sup>15</sup> Contudo, autores como Almeida (1998) pontuam que o corporativismo depois de prevalecer por meio século no país está em declínio, em razão das dramáticas mudanças nas próprias condições institucionais e sistêmicas que lhe deram alento. Na verdade, para a autora isso ocorre em virtude das relações Estado-Sociedade estarem transformando não menos que as políticas de governo em face dos interesses organizados. Estes continuam a existir e explicam a persistência dos arranjos corporativos - embora canhestamente combinados com instituições pluralistas. Contudo, o corporativismo exibe na atualidade uma estrutura dispersa e descentralizada, faltando lhe coesão política.

As mudanças ocorridas no plano sindical podem ser expressas na observação do que se passa no campo do movimento herdeiro do novo sindicalismo. Mais de duas décadas depois de ser incorporado como ator coletivo mais importante na sociedade brasileira, esse sindicalismo, responsável pela renovação da tradição sindical, encontrou-se frente ao desafio de alterar discursos e práticas, o que implicou na redefinição de sua própria identidade.

Desse modo, o novo sindicalismo vem gradativamente se afastando da prática de confrontação, sua marca registrada, e se iniciando num sindicalismo de negociação<sup>16</sup> (FERREIRA, 2002).

Embora a crise do sindicalismo tenha um caráter geral, sua manifestação concreta é determinada pelas características particulares e específicas de cada formação histórica. No Brasil a crise sindical parece se revestir de outros conteúdos e significados. Contudo, vários estudiosos do sindicalismo, embora unânimes em diagnosticar que essa crise que afeta os sindicatos, diverge em natureza e intensidade. Alguns afirmam tratar-se da crise do modelo sindical oriundo do pós-guerra, e outros a consideram mais profunda, ao admitir a crise da própria instituição sindicato. Os primeiros apontam como saída à construção de um novo pacto, que considere as alterações processadas no mundo do trabalho<sup>17</sup>. No segundo caso, trata-se de repensar o sindicato, suas funções, natureza e lugar numa sociedade onde o trabalho encontra-se em processo de mutação (FERREIRA, 2002).

De qualquer forma, ocorre:

---

<sup>16</sup> Parte das críticas ao redirecionamento da ação sindical pode ser explicada pelo fato de se defrontar com a nossa pequena tradição de negociação. Na estrutura sindical brasileira a negociação trabalhadores-empresários foi substituída pela atuação da Justiça do Trabalho, como forma de evitar o conflito. O novo sindicalismo foi o responsável pela ruptura desse padrão e pela criação de espaços políticos e institucionais que possibilitaram a participação dos sindicatos nas negociações salariais. Nos anos 80, em um cenário de inflação alta e de regressão das atividades produtivas, um sindicalismo conflitivo expresso em grandes e numerosas greves passou a definir as negociações. A partir dos anos 90, a crise do emprego alterou significativamente esse quadro, o que vai se refletir na dificuldade de mobilização dos trabalhadores e diminuição da ocorrência de greves (FERREIRA, 2002). Enfim, o quadro delineado pelo cenário econômico, além de provocar transformações e interferências na ação dos sindicatos, também reflete as pressões, incertezas, ou seja, todas as mazelas decorrentes da reestruturação produtiva. Desse modo, devemos considerar todos esses aspectos, juntamente com os relativos ao modelo corporativista (LAIMER, 2003).

<sup>17</sup> Crise do trabalho é resultado da crise estrutural do capital, que nesse contexto é desenhado de acordo com algumas tendências. A primeira refere-se ao padrão produtivo taylorista e fordista que vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos. E o segundo, reside que o modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela desregulamentação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2000).

[...] uma diminuição do campo de atuação dos sindicatos, principalmente do que tange às atividades sindicais que lhes são próprias e específicas, tais como as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários e pelo incremento dos postos de trabalho para a absorção dos novos membros da PEA (População Econômica Ativa), a luta pela diminuição da jornada de trabalho e do tempo de vida ocupado com o trabalho, melhoria nas condições de trabalho e de vida - saúde, educação, previdência, lazer, etc. (TUMOLO, 2002, p. 105).

Analizamos, dessa forma, que dentre as leituras das centrais sobre esse quadro, uma das grandes distinções entre as leituras e propostas formuladas pelas Centrais está no fato de que enquanto a CUT centra, fundamentalmente, sua análise e proposições na lógica do sistema, as outras acabam por centrar-se na perspectiva individual. Assim, ao passo que a CUT procura combater a visão de uma "adequação" dos trabalhadores às "novas exigências", buscando mesmo disputar as idéias-chaves do processo - como qualidade e produtividade -, as duas outras, principalmente a FS, que indicam a necessidade do trabalhador em se potencializar, no sentido de ocupar seus espaços no novo modelo. É por isso que raramente encontra-se a preocupação com a empregabilidade<sup>18</sup> nos documentos da CUT, e quando ocorre é em sua forma crítica, a medida que é bem mais freqüente o tratamento da questão nas formulações das duas outras Centrais (SOUZA, 2000).

Diante do novo cenário produtivo, as Centrais Sindicais se empenham não só em compreender o processo em curso, mas também, a partir deste entendimento, empreender formas de ação que as coloquem em posição favorável no sentido de defender o interesse dos trabalhadores frente aos impactos da reestruturação produtiva. Neste particular, a distinção entre as duas Centrais, (as quais estão em análise) diz respeito ao fato de que, enquanto FS, aquela mais enfaticamente do que esta, toma como dado os marcos da mudança corrente, buscando uma maior adequação à mesma, a CUT tenta reverter os fundamentos do processo, impondo-lhe outra trajetória. Assim, FS acaba por colocar sobre os trabalhadores

---

<sup>18</sup> Isso é pertinente do discurso do Governo e do patronato que se utilizam do conceito de empregabilidade, atribuindo parte dos índices de desemprego à baixa formação da mão-de-obra brasileira, omitindo a ocorrência de fatores como a ausência de uma política de crescimento econômico, com vistas à geração de emprego. Educadores e trabalhadores recusam a noção de empregabilidade por considerar que trata o desemprego como resultante da incapacidade individual do trabalhador, de sua inadequação aos requisitos técnicos do mercado de trabalho. É como se o emprego dependesse apenas da iniciativa do trabalhador em se qualificar. Governo e patronato ao assumirem a noção de empregabilidade postergam a discussão das causas estruturais que resultam em baixa escolaridade, formação precária e desemprego. Ao mesmo tempo se desobrigam da elaboração e definição de políticas públicas capazes de promover alterações definitivas nos âmbitos da educação, qualificação profissional e geração de empregos. Contrapondo-se à noção de empregabilidade, os trabalhadores propõem a concomitância da formação profissional e da educação formal, de modo a capacitar o trabalhador para enfrentar com maior possibilidade de sucesso as vicissitudes de um mercado de trabalho em constante transformação (FERREIRA, 2002).

uma maior responsabilidade de *adaptação* aos novos tempos e, da mesma forma, sobre os riscos que daí decorre (SOUZA, 2000).

Registramos com isso, um deslocamento de prioridades: os embates em torno da remuneração da força de trabalho que caminharam paralelamente a outras demandas, elevadas também a primeiro plano. Soma-se a isso uma maior mobilização pela manutenção dos postos de trabalho, geração de novos empregos e, especialmente, em defesa dos direitos sociais ameaçados no interior da cena produtiva flexibilizada.

A incapacidade de responder às atribuições clássicas de proteção ao emprego, melhor remuneração da força de trabalho e condições de trabalho abalou a confiança dos filiados. O desemprego e o trabalho precarizado minaram seus efetivos. A fragilidade diante dos novos desafios impactou profundamente os sindicatos, provocando mudanças no seu discurso e nas suas práticas (FERREIRA, 2002).

Observamos que os sindicatos vêm se defrontando com uma nova realidade trazida pela globalização<sup>19</sup> da economia, que significou um aumento da concorrência entre as empresas e a exigência de mais qualidade e eficiência no processo produtivo. Embora tenham se constituído, pela sua organização e pelas greves articuladas nos anos 70 e 80, em atores de fundamental importância na cena política do país, as entidades de representação dos trabalhadores vem sofrendo, acima de tudo, com a gradativa flexibilização das relações de trabalho - que fez precarizar os empregos existentes e aumentar o desemprego, trazendo incerteza e insegurança para os assalariados.

A CUT - com leituras e propostas mais abrangentes do que as das outras duas Centrais - assume uma perspectiva crítica, abordando de forma mais aprofundada o desenvolvimento e os impactos do processo de reestruturação produtiva em curso. Em termos de alternativas, a CUT não só aponta a importância da negociação nas mais diversas esferas, como também enfatiza a dimensão organizativa e mobilizatória, instrumentos fundamentais e indispensáveis à barganha por parte dos trabalhadores (SOUZA, 2000).

---

<sup>19</sup> Esse quadro é resultado de um contexto no qual os setores significativos do universo do trabalho sofrem maior impacto, pois toda a sua organização é redefinida dentro processo que recebe o nome de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma restrita refere-se à incorporação, nas plantas produtivas, de novas formas de organização e gestão do trabalho. Mediante as mudanças, novas transformações são delineadas profundamente, envolvendo não apenas o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal. Arranjo promovido pela globalização financeira. Essa globalização, para Belluzzo (1998) é resultante das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem sucedido arranjo capitalista pós-guerra. Essas mudanças, conforme Singer (1996) afetam diretamente as economias nacionais, embora isso dependa das políticas adotadas por cada governo. Todavia, o impacto dessas mudanças, devido à globalização, é devastador, visto que a globalização contribui para a crise no mercado de trabalho, porque aumenta o desemprego e a exclusão social, em grande medida, porque ela efetivamente produz a desestruturação do universo salarial que pese as formas de contratação e exploração da força de trabalho.

Não obstante, podem-se detectar certas áreas consensuais entre as Centrais Sindicais. A CUT e a FS, por exemplo, defendem ampla mobilização contra o desemprego, no qual consideram um dos frutos mais cruéis de todo o processo. Ao mesmo tempo, fica patente na proposta das Centrais, ainda que diferenciadamente, a idéia de que os trabalhadores podem e devem se organizar para os novos tempos, qualificando-se profissionalmente, fazendo com que a educação - geral e específica - possa ter um papel de destaque na proposição dessas Centrais Sindicais (SOUZA, 2000).

Um outro ponto de destaque na leitura e propostas das Centrais é aquele que trata da questão do Estado e seu papel social. Para a CUT e a CGT, assumem a importância das formulações que indicam a necessidade da democratização do Estado, da manutenção de seus investimentos na área social e de uma valorização do setor público. Por sua vez, a FS assinala a necessidade de uma reformulação geral nos espaços direta ou indiretamente sob controle do Estado. Esta reformulação deve incorporar, entre outras, uma política de qualificação<sup>20</sup> para seu funcionalismo e a privatização de alguns de seus setores (SOUZA, 2000).

No entender da CUT, o Estado teria papel preponderante na tentativa de reduzir os efeitos perversos das transformações. Seria através desta intervenção que os trabalhadores poderiam ver garantidos seus direitos básicos<sup>21</sup> como produtores e cidadãos, resguardando-se das possibilidades negativas trazidas pelo novo quadro (SOUZA, 2000).

Percebemos, dessa forma, uma preocupação das Centrais no que diz respeito à ampliação e ocupação dos espaços institucionais de debate e definição das políticas sociais. Neste sentido, têm crescentemente participado de fóruns que antes ficavam restritos a empregadores e representantes do Estado. Esta intervenção tem garantido o suporte para diversos projetos na área sindical, utilizando recursos que, até então, estavam distantes de seu alcance (SOUZA, 2000).

Segundo Pochman, Barreto e Mendonça (1998, p. 15), a participação mais intensa nesses espaços decorre:

---

<sup>20</sup> Segundo Marx (1975) a qualificação é o processo de realização do trabalho onde quem o realiza conhece todos os processos que serão utilizados na confecção de uma determinada mercadoria. A qualificação está atrelada a compreensão total do trabalho, que na verdade, é o saber do artesão ou do artífice que domina todo o processo de realização de um determinado trabalho.

<sup>21</sup> Todavia, na década de 90 evidenciam dois movimentos aparentemente contraditórios e ambíguos na trajetória do movimento sindical. A base de representação e atuação das organizações de trabalhadores começa a ser bastante afetada, como consequência das mudanças da base material da economia e do mercado de trabalho, reduzindo-se o seu papel de mobilização, e se intensifica a ação sindical no plano institucional, com maior participação no espaço de políticas públicas, assim como no campo econômico e social (SOUZA, 1999).

Da sua compreensão, cada vez mais consolidada, de que o encaminhamento das questões relativas ao confronto da negociação entre o capital e o trabalho não pode ser desvinculado da ação do Estado, em suas diversas esferas, e de que as políticas públicas, particularmente nos campos econômicos e social, dizem respeito diretamente às organizações sindicais [...].

Atualmente, esses espaços assumem uma grande diversidade de formas. Com característica mais geral do tripartismo, eles podem ser classificados conforme os seguintes tipos, com implicações na definição das limitações e possibilidades de atuação:

- quanto à estrutura da representação, paritários e não-paritários;
  - quanto ao poder de decisão, deliberativos e consultivos;
  - quanto à abrangência, nacionais, regionais (estaduais e municipais) e;
  - quanto ao objeto de decisão, formulação de diretrizes e liberalização de recursos;
  - quanto à natureza jurídica, de ordem em lei, de origem em atos do Poder Executivo e organização da sociedade.
- (POCHMAN; BARRETO; MENDONÇA, 1998, p. 15).

De qualquer forma, o processo de negociação nesses espaços institucionais apresenta características que o diferencia da negociação coletiva entre capital e trabalho, em que se estabelecem as normas reguladoras das condições de trabalho e remuneração (POCHMAN; BARRETO; MENDONÇA, 1998). São oportunidades de negociação uma vez que a nova cena produtiva dificulta a dinâmica associativa e inibe a tendência reivindicativa, desafiando os sindicatos a alterar sua agenda histórica, de modo a produzir novas estratégias de ação e, principalmente, repensar o próprio lugar do sindicato, sua natureza, funções e objetivos numa sociedade em que o trabalho aparece sob novo formato (FERRERA, 2000). A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação.

Assim, para além das diferenças existentes, as Centrais vão tentando enfrentar o novo cenário no qual se encontram. Certamente, o movimento sindical terá de lidar com desafios quantitativa e qualitativamente bastante distintos daqueles que enfrentou ao longo de sua história. Isto porque, não só as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e o próprio mundo do trabalho parecem estar em xeque, como também a sobrevivência de suas organizações de representação, sendo um dos desafios em questão, refere-se à ação das Centrais no campo da educação (SOUZA, 2000).

O desafio de atuar no campo da educação também é consequência da procura desses outros espaços, visto que, com a participação na definição das políticas públicas há brechas para dar suporte na formação profissional da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego. Contudo, há um ponto de partida consensual entre as duas Centrais (em estudo) de que a educação quer geral, quer profissional, não sendo apenas uma tarefa exclusiva do Estado e do patronato, cabendo, igualmente, aos trabalhadores. Neste sentido, as Centrais afirmam que estariam em vias de superar as limitações históricas impostas à configuração do movimento sindical brasileiro, em virtude de estarem atualmente abarcando as questões educacionais no mesmo grau de importância reservado às suas outras linhas de ações. Apesar disto, as Centrais Sindicais irão diferenciar-se justamente no que diz respeito as formas de incorporação e as propostas de ação em torno das questões educacionais, conforme será visto mais adiante (SOUZA, 2000).

De antemão, considerando os pressupostos político-ideológicos que sustentam as visões das Centrais, é possível afirmar que a CUT, por tomar como princípio a crítica ao neoliberalismo, refuta o ajuste da educação aos interesses empresariais. Nestes termos, a Central entende que o ajuste em questão se configura em mais uma estratégia daquela classe em deter o controle da educação e da qualificação profissional do trabalhador. Espelha, portanto, o perfil contra-hegemônico de sua linha de ação sindical. A CGT declara estar compromissada com uma educação para a transformação da realidade social brasileira, enquanto que a FS diz-se empenhada em elevar a qualificação profissional e o nível de ensino dos trabalhadores, de acordo com as exigências postas pelo processo de reestruturação produtiva (SOUZA, 2000).

De qualquer forma, na década de 90, na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso cresceu significativamente o número de escolas sindicais e experiências de escolas profissionalizantes<sup>22</sup>. A ação sindical passa dar maior importância à educação, principalmente a profissional devido à política adotada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), bem como, passou a ter um novo tipo de intervenção na questão da formação profissional desenvolvendo de forma direta, programas de qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores e participando de fóruns de gestão desses recursos, desde o próprio CODEFAT até as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

---

<sup>22</sup> Isso ocorre, especificamente, a partir de 1996 quando o PLANFOR libera recursos do FAT para as centrais sindicais desenvolverem programas de âmbito nacional (MANFREDI, 2002, p.245).

Além de participar ativamente na discussão sobre o sistema público de educação e atuar no Programa de Formação Profissional<sup>23</sup> (PLANFOR), participando em nível nacional do CODEFAT - fonte de recursos do programa, observamos a presença da ação sindical em outros espaços institucionais nos planos federal, estadual e municipal, como o Conselho Curador do FGTS, Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como nos conselhos de saúde e de emprego.

Esse quadro mostra um sindicalismo que se propõe a disputar a gestão dos fundos públicos e a intervir na formulação das políticas públicas em todo o país (Balanço político/CUT-97). Embora governo, patronato e trabalhadores convirjam sobre a importância da formação profissional, a diversidade de concepções politizou o debate dando origem a uma nova arena de discussão. Persistem as divergências sobre seu conteúdo, forma e significado para as relações de trabalho, e repercussões para a sociedade brasileira (FERREIRA, 2002).

Ao final da década, contudo, pode-se dizer que, mesmo com grandes dificuldades e mantendo suas diferenças políticas, o sindicalismo como um todo busca elaborar novas estratégias para manter sua força de negociação. E isso se verifica à medida que há a introdução da formação na agenda sindical, mesmo estando longe de resolver o problema de desemprego, vem aportando legitimidade aos sindicatos, via reaproximação dos seus membros, em um momento de intensa descrença em sua ação. Podemos supor que essa reaproximação venha a ter outras conseqüências internas e externas. No plano interno ela pode vir a atuar sobre um sindicalismo distanciado das condições concretas de existência de seus membros, alterando a burocrática relação direção-bases, em proveito da própria prática sindical.

Observamos por meio da revisão literária que parece ser consensual a idéia de que o mundo do trabalho, em particular, e a sociedade, como um todo, passam por transformações radicais. Mas, o diagnóstico e as conseqüências para o mundo do trabalho são divergentes, bem como as propostas de políticas públicas para a qualificação. Após pontuarmos, as preocupações da ação sindical sobre a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho abordaremos, no próximo capítulo, as principais preocupações da ação sindical com a educação e a formação profissional do trabalhador.

---

<sup>23</sup> Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador criado em 1995 com objetivo de capacitar trabalhadores.

### **3 EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DA AÇÃO SINDICAL NO BRASIL**

Privilegiamos no capítulo anterior a reflexão teórica na busca do entendimento das transformações do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e a percepção da ação sindical ainda na primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de modo que isto nos permita obter elementos mais sólidos para a compreensão do significado da educação e da qualificação profissional no atual momento histórico. A seguir descreveremos sobre as principais atuações da ação sindical junto ao campo da educação geral, sindical e de formação profissional. Analisaremos também, como permaneceu a relação das centrais sindicais com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)<sup>24</sup>, a partir de 2003.

#### **3.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO GERAL**

Com certeza, não podemos negar as possibilidades existentes para que através da educação, o trabalhador adquira instrumentos que permitam a busca de uma emancipação, e é com base nesses pressupostos que algumas lideranças começaram a organizar o movimento operário no Brasil, no sentido de orientar o trabalhador brasileiro reivindicar seus direitos. Conforme Ghiraldelli Junior (1987) no final do século XIX, o Movimento Operário concentrava suas reivindicações referentes à educação em questões ligadas a qualidade do ensino, mas no Brasil a luta era completamente diferente. Existia no país três tendências e correntes na Primeira República, que articulavam as questões pedagógicas e educacionais no seio do Movimento Operário Brasileiro: os socialistas, os libertários e os comunistas.

Os socialistas se preocupavam com uma educação voltada em primeiro lugar, pelo mínimo, pela alfabetização, pela escola de ler, escrever e contar. Tanto que, os mesmos insistiam na questão da difusão da instrução através de toda e qualquer entidade da

---

<sup>24</sup> O Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é formado a partir do recolhimento do PIS/Pasep e tem um patrimônio de quase R\$ 40 bilhões. Uma parte estava destinada ao BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento) (ESPÓSITO, 1999).

sociedade civil que tivesse contato com trabalhadores, principalmente nos partidos socialistas. Dessa forma, atuaram com ardorosos fundadores de “escolas operárias” e bibliotecas populares<sup>25</sup>.

Ghiraldelli Junior (1987) descreve que os libertários eram trabalhadores que vindo de outros países, engajados em lutas sociais no continente europeu. Contudo, introduziram no movimento operário brasileiro um componente novo: “o internacionalismo proletário<sup>26</sup>”. Assim como os socialistas, a preocupação dos mesmos era com as dificuldades provocadas pelo analfabetismo generalizado nas camadas trabalhadoras. Um ponto que distanciava os libertários dos socialistas consistia no fato de que os primeiros ainda tinham dúvidas se era necessária a centralização de esforços para uma campanha de alfabetização.

Contudo, segundo Ghiraldelli Junior (1987, p. 103):

[...] a luta pela instrução não se enquadrava numa estratégia paliativa, forjada no sentido de criar ilusões aos trabalhadores, que passariam a sonhar com a possibilidade de um mundo melhor a partir do desenvolvimento individual através do estudo. Pelo contrário, a luta por uma educação popular se inseria no contexto das demais batalhas que se desenrolavam no sentido de recuperar instrumentos de atuação social, historicamente monopolizados pelas classes dirigentes. Intuitivamente, os operários percebiam que o ‘saber escolar’ apesar de patrimônio da humanidade, era monopolizado por grupos dominantes.

As ações dos militantes libertários brasileiros na reflexão dos assuntos educacionais e pedagógicos recebiam a influência do pensamento anarquista internacional, que de certa forma, já possuía essa tradição. Entretanto, as experiências educacionais libertárias<sup>27</sup> foram delineadas, inspiradas no arcabouço teórico dos pedagogos anarquistas europeus (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

O outro grupo, representado pelos comunistas, deu inícios às reflexões sobre as realizações bolcheviques na educação no Brasil em 1920, quando foi promovido o III Congresso Operário Brasileiro. Foram travados diversos debates sobre a fixação de escolas dentro dos sindicatos. Sem falar que o movimento sindical brasileiro atravessava um momento difícil, em virtude das transformações ocorridas no campo econômico, devido as

---

<sup>25</sup> Mais informações sobre a atuação ver a obra de GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

<sup>26</sup> Essa maneira nova de pensar procurava estabelecer vínculos teóricos e práticos entre as diversas lutas dos trabalhadores no mundo todo, contudo não retirou do mesmo a capacidade de perceber os reais problemas do país (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p. 100-101).

<sup>27</sup> Nem todas as experiências estavam ligadas diretamente ao movimento operário brasileiro.

derrotas grevistas sofridas no Rio e São Paulo e com a expulsão dos estrangeiros, fechamento das escolas, etc. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

Entre 1919 a 1922 o Movimento Operário passou por um período de transição, de discussão interna e de procura por novos caminhos. Uma parcela de militantes do anarco-sindicalismo, mesmo não abandonando as idéias libertárias, passou a assumir a defesa incondicional da Revolução de Outubro e de Lênin. No bojo desse processo, coube ao anarco-sindicalismo e ao anarquismo, a defesa e a divulgação das idéias comunistas em face aos problemas educacionais, e principalmente, a divulgação da solução soviética para as questões de educação popular. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p. 142).

De qualquer forma, os comunistas ampliaram as reivindicações dos socialistas e construíram uma verdadeira plataforma partidária incluindo um plano nacional de política educacional, ou seja, pautaram uma educação político-partidária (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

Em linhas gerais, essas foram algumas das preocupações, projetos e realizações referentes à pedagogia e a educação no campo do movimento operário, no final do século XIX e início do século XX. Verificou-se por meio do trabalho de GhiraldeLLi Junior (1987) que, no caso brasileiro, o movimento operário sempre se preocupou com a educação, principalmente em nível de instrução, visto que havia altos índices de analfabetismo, enquanto na Europa, no início do século XX, o mesmo problema estava reduzido a índices muito baixos (EBY apud GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

Podemos perceber essa preocupação ainda hoje, nas duas principais centrais: Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical. A CUT<sup>28</sup> advoga a necessidade de se construir mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos, em especial com a participação efetiva dos trabalhadores, seja no fortalecimento da escola pública e gratuita de qualidade para a população, seja reivindicando que todos os recursos compulsórios ou na

---

<sup>28</sup> Segundo Manfredi (1996) dentro do "novo sindicalismo" existem as denominadas "três matrizes discursivas", da formação sindical a matriz marxista, a da educação popular e a da pedagogia Paulo-Freiriana. Como observa a autora, é importante ressaltar que essas três matrizes foram incorporadas de modo distinto nas formulações pedagógicas e nas práticas formativas das três centrais brasileiras. No primeiro caso, está muito presente a influência do pensamento Gramsciano, enquanto na segunda vertente sobressaem os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão, Luiz Eduardo Wanderley e Frei Betto. Já na terceira perspectiva, Paulo Freire, obviamente, e Madalena Freire são os intelectuais cujas obras são examinadas (MANFREDI, 1996 apud RODRIGUES, 1998).

forma de incentivos fiscais destinados à Formação/ou requalificação Profissional venham a ser considerados e administrados enquanto fundos públicos.

No seu projeto educacional, a CUT apresenta:

[...] um compromisso histórico, que é contribuir para a construção de uma sociedade socialista e, com base nesses marcos, formula seu projeto político-sindical. Assim sendo, os debates inscritos em suas teses sobre a questão educacional revelam uma perspectiva de construção de alternativas ao capitalismo, por meio de um projeto que por suas características emancipatórias, possibilite a conquista da hegemonia, revertendo a situação de miséria e de exclusão a que está submetida a maioria dos brasileiros. Nesse sentido, a educação, a democracia e a cidadania constituem dimensões vitais e indissociáveis da luta contra - hegemônica. É, portanto, dentro dos marcos de uma visão de mundo crítica, e emancipatória do ponto de vista político-cultural, em que se valorizavam a solidariedade, as ações coletivas e a afirmação de direitos sociais fundamentais, que se constroem suas propostas educacionais, bem como as transformações na qual vem passando o mundo do trabalho e a sociedade brasileira como um todo. (RUMMERT apud MANFREDI, 2002, p. 254).

Para a CUT, a laicidade corresponde à exclusão no processo educacional dos aspectos religiosos. Não caberia à escola tratar de credos, mas do conhecimento científico, embora devendo respeitar a heterogeneidade religiosa do país. O caráter unitário, de base científica, tecnológica e politécnica, teria o *trabalho como princípio educativo*, organizador do Sistema Nacional de Ensino, da estrutura escolar, de seus currículos e métodos. A CUT reivindica ainda, a universalização do ensino médio, sobretudo, por intermédio de políticas governamentais de crescimento de vagas na rede pública e especialmente, pela democratização e revitalização das Escolas Técnicas de nível médio (SOUZA, 1999).

Quanto à Força Sindical, o enfrentamento dos desafios no contexto atual, se faz de acordo com a integração entre os sistemas produtivo e educacional, no sentido de que a formação profissional e a escolarização, juntas, respondam aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos. Para eles a educação é vista também como fator que integra o mundo do trabalho, como direito atinente a todos os trabalhadores, capaz de propiciar o enriquecimento pessoal, portando ainda, como instrumento básico para o exercício da cidadania. Busca-se assim, reafirmar a importância do papel desempenhado pela escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir que o trabalhador eleve permanentemente seu patamar de escolaridade (SOUZA, 1999).

Na realidade observamos, que não se evidenciam na perspectiva educacional da Força Sindical, enfoques críticos sobre as demandas colocadas à educação pelo processo de reestruturação produtiva contemporânea. Em consonância com o discurso dominante, a Central tende a naturalizar os acontecimentos político-econômicos da atualidade, apontando para a necessidade de adaptação da educação e dos trabalhadores às novas exigências do mercado. Deixando de analisar os determinantes estruturais do desemprego moderno, a FS desloca o problema para o âmbito das possíveis deficiências educacionais, gerais e/ou específicas, do trabalhador.

Com isso, o projeto político-sindical da FS se inscreve no âmbito da:

[...] modernização da sociedade capitalista, tendo como modelo uma sociedade baseada na livre concorrência do mercado, na competição, na prosperidade, na produtividade, na democracia e na participação. Assim, a FS luta pela transição do capitalismo selvagem para uma sociedade moderna, avançada e competitiva (apud RODRIGUES, 1993). Com base nesses parâmetros, como se pode constatar pelos trechos extraídos dos documentos da central a educação - em especial à educação escolar - é vista como um mecanismo de elevação das condições de barganha e de competição dos trabalhadores no mercado, para que eles tenham condições de satisfazer os novos requisitos de um mundo de trabalho cada vez mais voltado para a qualidade e para a produtividade. (MANFREDI, 2002, p. 254).

No entanto, na atualidade, as centrais que representam os sindicatos entendem que é responsabilidade do Estado a oferta da educação geral.

### **3.2 AS INTERVENÇÕES DA AÇÃO SINDICAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

As necessidades sociais por educação transcendem o âmbito da escolaridade formal e exigem a adoção de políticas que respondam às demandas gerais dos trabalhadores por profissionalização. Esse quadro é delineado a partir do processo de industrialização implementado nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, o aparato estatal estava sendo remodelado – isso foi consumado à medida que Getúlio Vargas implantou seus programas político e econômico. Aparentemente, nesse contexto, o Brasil assistia a uma tentativa sem precedentes de modernização da economia através da industrialização que se exigia das classes trabalhadoras melhores e maiores quesitos educacionais.

Contudo, nesse período a indústria brasileira ficou extremamente polarizada entre uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem “qualificação” e uma parcela bem menor composta por trabalhadores “qualificados”, técnicos de nível médio e superior e pessoal de direção. Metade dos trabalhadores empregados na indústria (setor informal) não iam além dos quatro anos de escola (CARVALHO, 1996). Dessa forma, temos um movimento operário que estava atento a essas mudanças, e portanto, preocupados com a educação, principalmente com a profissional indispensável ao trabalhador industrial, que necessitava de qualificação em uma determinada profissão que substituísse as artes e ofícios dos antigos artesãos.

A notoriedade sobre a questão da formação profissional atravessou a história brasileira. Os estudos feitos por Manfredi e Bastos (1997), indicam que esta preocupação estava presente, por exemplo, entre as categorias dos alfaiates, gráficos, metalúrgicos, bancários. As autoras encontraram como indícios, algumas chamadas, anunciando a promoção – por parte destas entidades – de cursos de breve duração com temáticas de caráter profissionalizante. Assim como referências, de tais cursos na imprensa sindical, desde o início do século até o final da década de 1930, e nos períodos subseqüentes a partir da criação dos sindicatos oficiais, durante o Estado Novo<sup>29</sup>.

Com a criação do sindicalismo oficial, impediu-se a proliferação de muitas experiências autônomas, posto que a própria imprensa sindical menciona a extinção de tais iniciativas de qualificação profissional (que quase sempre faziam parte de programações que também incluíam atividades político-culturais e recreacionais). No final da década de 1940 e início da década de 1950, época de ascensão do sindicalismo oficial, muitos sindicatos tomaram a iniciativa de construir e organizar escolas regulares de 1º grau (envolvendo o antigo primário – de 1ª a 4ª série) e técnicas de nível ginásial; cursos noturnos supletivos de alfabetização, de admissão ao ginásio (para o ingresso no ciclo de 5ª à 8ª série); cursos noturnos intensivos de formação profissional em áreas como desenho técnico, português e redação, contabilidade, prática bancária, corte e costura, e culinária (sendo estes dois últimos mais voltados para associadas e familiares do sexo feminino). Essas iniciativas respaldavam-

---

<sup>29</sup> Mencionam alguns exemplos como: curso de corte e desenho (envolvendo modelagem, corte e costura de roupas femininas e masculinas), ministrado pela União dos Alfaiates (Rio de Janeiro, 1923); curso de novas técnicas (abordando estudos de cálculo sobre as velocidades de impressão das novas máquinas de imprensa), ministrado na União dos Trabalhadores Gráficos (Rio de Janeiro, 1930); cursos práticos de línguas e contabilidade, ministrados pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo (São Paulo, 1923). Essa associação organizou, em 1929, o primeiro curso de contabilidade, que tinha a duração de três anos, e nele podiam matricular-se os trabalhadores bancários associados, seus familiares e parentes. Outras iniciativas no campo da formação profissional serão reiteradas após a transformação da associação em sindicato, em meados da década de 1930 (MANFREDI; BASTOS, 1997).

se na legislação sindical da época, que vinculava a aplicação dos recursos financeiros obtidos através do imposto sindical a atividades assistenciais e educacionais.

Neste período destacam-se as iniciativas tomadas pelos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, gráficos, bancários, portuários, entre outros<sup>30</sup>. (MANFREDI; BASTOS, 1997).

Uma outra característica sobre a proliferação em entidades sindicais, dos chamados cursos de supletivos de 1º e 2º graus (de 5ª a 8ª série e/ou colegial), é que se transformaram em verdadeiros refúgios para alguns militantes de esquerda, durante o período dos governos militares (principalmente entre 1968 e 1974). De modo geral, estes dois tipos de iniciativas estavam desarticulados das demais atividades de formação político-sindical desenvolvidas pelas novas direções sindicais, durante o período do surgimento do novo sindicalismo<sup>31</sup>, no final da década de 1970 e toda a década de 1980.

Durante esse período, a grande maioria das entidades sindicais ora suprime os convênios e os cursos supletivos (mesmo naqueles em que havia gestado experiências inovadoras, do ponto de vista político-pedagógico), ora dá continuidade aos cursos regulares e aos cursos profissionais, redesenhando os currículos e assumindo o controle político-pedagógico-administrativo. Embora o interesse e a necessidade das entidades sindicais desenvolverem iniciativas de educação profissional tenham variado ao longo do século, constatamos que a apropriação e a manutenção do saber técnico constituem uma das "bandeiras históricas" do movimento operário brasileiro contra a crescente desqualificação e expropriação do saber pelo capital (MANFREDI; BASTOS, 1997).

Na contemporaneidade, a intensificação da participação das centrais<sup>32</sup> sindicais contou com várias agravantes. Dentre elas, destacamos que a criação de instâncias de discussão sobre questões educacionais, como o Conselho de Escolas Operárias, o Fórum de Ensino Profissional e o Fórum de Formação Profissional, contribuíram consideravelmente para abrir alguns espaços e isso que o movimento sindical e o movimento popular retomam a

---

<sup>30</sup> No estado de São Paulo, durante o período de 1962 a 1974, registram-se três tipos de atividades educativas mais sistemáticas desenvolvidas em sindicatos: os cursos regulares de 1º e 2º graus, cursos pré-vocacionais (cursos profissionalizantes de curta duração) e cursos especiais. Duas características à respeito destas atividades de educação merecem destaque: a primeira refere-se ao fato de que eram realizadas mediante convênios com entidades oficiais - Senai, Sesc, Sesi e/ou órgãos competentes ligados do Ministério do Trabalho. Através de tais convênios, os sindicatos entravam com a sede e a infra-estrutura físico-administrativa e as entidades conveniadas, com os professores e os materiais pedagógicos. A proposta curricular era desenvolvida pelas agências educativas sem a participação das direções sindicais (MANFREDI apud MANFREDI e BASTOS, 1997).

<sup>31</sup> Mais informações sobre o assunto vide o Capítulo 1.

<sup>32</sup> Na CUT a preocupação com a Educação Profissional, nasceu em 1992, quando da criação, junto a Secretaria Nacional de Políticas Sociais, de um Grupo de Trabalho, com ênfase na questão formação profissional em nível médio. Segundo Manfredi (2002) conforme foi deliberado no Concut (1994) a entidade entende a natureza da Educação Profissional como parte de um projeto educativo global e emancipador. Ela tem por objetivo contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade (7ª Plenária, 1995)

educação como uma de suas bandeiras de luta. Outra agravante seria a elaboração de teses e resoluções de encontros e congressos sindicais que passam a pautar a temática da formação profissional. Esses elementos permitiram as centrais e sindicatos de trabalhadores realizar experiências de formulação e gestão partilhada de projetos inovadores, como os Centros Públicos de Formação Profissional.

Contudo, a agravante mais determinante e proeminente que possibilitou as ações das centrais e sindicatos dos trabalhadores foi o fato desse movimento, (na gestão do presidente FHC) estar sendo implementado medidas que reordenam a intervenção do Estado. Por isso, assumimos como ponto de partida da reflexão, a reforma do Estado que vem sendo encaminhada pelo governo brasileiro desde a década de 90, e que segue diretrizes dos organismos internacionais de financiamento que direcionam o papel a ser exercido pelo Estado Nacional quanto à elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, entre elas as educacionais. A crise atual pela qual passam as economias capitalistas, é considerada como um problema das instituições do Estado, neste sentido, são empreendidas reformas nos aparelhos estatais, visando instituir princípios gerenciais na administração pública, para que esta atinja níveis satisfatórios de eficácia (HIDALGO, 2004, p. 170).

Não podemos esquecer que, a inserção das entidades que representam os trabalhadores, ocorre uma vez que o país vive um processo onde:

[...] um verdadeiro recorde dos recursos que financiam programas estatais na área social tem sido visto como um fenômeno natural e/ou necessário (de modernização estatal), dada à dita crise fiscal e a ineficiência (sic) do Estado, mas que tem sido acompanhada por um crescimento da intervenção da sociedade civil nessa área. Tem sido visto, portanto, como um processo de passagem da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social [...]. Justifica-se, então: a diminuição da intervenção estatal nas seqüelas da questão social, e que teria sido ‘compensada’ pelo crescimento da intervenção da sociedade civil. (MONTAÑO, 2002, p. 222).

Por conta disso, o Estado tem atuado de modo a envolver vários segmentos sociais tais como patronato, o mercado de trabalho e as ONGs<sup>33</sup> - que englobam a Ação sindical (MANFREDI, 2000). Tais elementos permitem que as centrais sindicais possam

---

<sup>33</sup> Lembrando que não vamos aprofundar essa discussão, visto que não é nosso objeto de análise a reforma do estado, e sim a formação profissional, mais informações. Ver MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

assim, atuar com questões de formação educacional.

Trocando em miúdos: o que é parte substantiva da atual estratégia de reestruturação do capital - a desresponsabilização do Estado e do capital com respostas as seqüelas da questão social, - passa a ser mostrado (e interpretado) como modernização, *aggiornamento*, mecanismo de superação da crise fiscal, necessidade geral, e processo natural. O que é um recorte das políticas sociais e assistenciais do estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma passagem de um setor (o estatal, o primeiro) para outro (o terceiro setor, a sociedade civil). O que é uma perda - de direitos conquistados - passa a ser considerado como aumento - da atividade civil. (MONTAÑO, 2002, p. 223).

Dentro desse quadro, o Estado pontua em seu discurso ideológico, a qualificação como diretriz para amenizar o desemprego, advindo da nova configuração socioeconômica e das profundas mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho, em um movimento de atração de todas as forças sociais para execução do projeto neoliberal.

Tanto que alguns estudos indicam que se verifica um compartilhamento entre ação sindical e a idéia apregoada por capitalistas, empresariado e das agências internacionais no sentido de formar um “novo trabalhador” para atender as atuais exigências da produtividade na indústria, e assim competir no mercado internacional (SOUZA, 2006).

Faz-se importante ressaltar que a articulação de questões relativas às entidades representativas dos interesses do trabalho, com àquelas relativas aos interesses do capital fundamenta-se na compreensão do caráter contraditório do real.

Evidentemente, a trajetória não é uniforme. Assim como, a conjuntura, como as greves, as mobilizações, os documentos gerais de orientação da Central mantêm uma evolução marcada por ambigüidades, contradições, recuos e retomadas em torno discurso oficial original. (CRUZ, 2000, p. 147).

Dessa forma, as políticas públicas, no âmbito da educação, são aqui compreendidas, basicamente, como uma das expressões da forma do Estado capitalista administrar a correlação das forças sociais, preservando os interesses dominantes mas contemplando também, de forma subordinada, as demandas das classes subalternizadas, objetivando a mediação de interesses em conflito, e em decorrência, a manutenção da hegemonia e das condições de controle social (RUMMERT, 2005).

### 3.2.1 As principais iniciativas da CUT e da FS para a educação sindical

Nesse tópico vamos pontuar sobre educação sindical por entender que ela não está desvinculada das questões atuais, ou seja, a concepção vigente é a de que esta deve se dar articuladamente à formação geral, à formação profissional, à formação cultural e à formação de formadores. Verifica-se um consenso entre as duas Centrais em torno da importância estratégica que a Educação Sindical assume no enfrentamento do panorama atual do mundo produtivo (SOUZA, 1999).

A CUT promoveu algumas discussões que sobre a Educação Sindical que acabaram por se concentrar na resolução do 5º CONCUR (1995). Uma das principais preocupações foi levar para o campo da educação sindical a discussão sobre os problemas atuais relativos ao mundo do trabalho, ao processo de reestruturação e a formação profissional. Esta intenção concretizou-se, a partir de 1996, pela via de ações, como o Projeto CUT/CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) de Pesquisa e Formação Sindical, o Projeto – CUT/FINEP (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos), o Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores (PCDA), o Programa de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego e o desenvolvimento da Escola Temática - Metodológica (ETM/ORIT) (SOUZA, 1999).

No que concerne a CUT, é possível afirmar que suas iniciativas atuais no campo da educação sindical, vêm contemplando fortemente diversas questões relativas à reestruturação produtiva, seja pela via da realização de diagnósticos e pesquisas globais e setoriais, seja por intermédio da organização e promoção de seminários e cursos. Em seu conjunto, estas atividades ocorrem de modo integrado a organismos nacionais e internacionais, articulando-se à capacitação dos trabalhadores para que intervenham no plano das políticas públicas de educação e emprego, assim como no processo de reestruturação produtiva.

Tudo isso ocorre em coerência com as concepções e propostas defendidas, e buscando avançar na formulação e implementação de políticas públicas de educação e formação profissional, a CUT alega que rejeita as atuais medidas governamentais, efetivadas em sua maioria por meio de decretos, e que normatizam a educação de nível médio e profissional, separadas em dois sistemas independentes pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (cujo substitutivo oficial sufocou a mobilização democrática da sociedade), mas que guardam, ambas, profundas relações com o mercado, apoiando-se reciprocamente para promover

competências laborais e a empregabilidade, levando isso para seu campo de atuação educacional, sem maiores esclarecimentos ou críticas.

Já a FS, objetiva a capacitação de suas lideranças e assessorias para negociações em torno da reestruturação produtiva, da Educação Profissional e da escolaridade fundamental do trabalhador no conjunto das pautas de reivindicações e de campanhas salariais, em nível das empresas, das categorias e dos setores que a Central representa. Na realidade, essa central está em concordância com os pontos deliberados pelas ações do projeto neoliberal e da reestruturação produtiva, sem impor ou desenvolver nos seus filiados uma capacidade crítica do processo, sobre as ações de desconstrução das relações de trabalho e da unidade ou solidariedade entre as classes trabalhadoras.

O que ocorre é uma preocupação mais enfática na importância da escolaridade básica e da formação profissional para a empregabilidade, estimulando o individualismo. A entidade se prende a idéia de que as mudanças no mundo trabalho, exigem a elevação das exigências em torno da qualificação profissional e do nível de ensino, e de outro lado, tornam o trabalho inacessível para um grande contingente de trabalhadores que não se preparam para tais exigências. No primeiro caso, é destacada a importância da formação profissional e da escolaridade básica para a empregabilidade, enquanto que, no segundo caso, a precariedade das possibilidades de trabalho, no sentido da expansão da atividade informal, é apontada como resultante do não preparo do trabalhador segundo os novos requisitos do mundo produtivo moderno (SOUZA, 1999).

### **3.3 AS EXPERIÊNCIAS SINDICAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE**

A literatura revela que a atuação dos sindicatos no que concerne a formação profissional, conseguiu alguns avanços à medida que dentro da negociação coletiva, verificase o atendimento de reivindicação em acordos e convenções coletivas, inscrevendo em um número razoável, cláusulas sobre qualificação e treinamento, especialmente quando comparados a outros dos chamados novos temas em negociação.

Observamos que empresários e trabalhadores, através de suas organizações representativas, conseguiram iniciar a negociação e acordar um conjunto de medidas e ações visando ampliar a qualificação e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores, ultrapassando o âmbito do auxílio-educação e abrangendo temas relacionados à própria

formação dos trabalhadores. Por isso, o compartilhamento entre ação sindical, capitalistas, empresariado e agências internacionais sobre a idéia em formar um “novo trabalhador” para atender as atuais exigências da produtividade da indústria, e assim competir no mercado internacional.

Conforme DIEESE (1998, p.5):

[...] a análise por setores de atividades, além das pautas, convenções coletivas e acordos formais, implementa-se uma série de outras iniciativas e fóruns, bipartites ou tripartites, em que uma outra forma de negociação coletiva se desenvolve. As câmaras setoriais, que floresceram especialmente no período 1991/94, foram um espaço privilegiado para este debate. No caso da câmara de maior visibilidade - a do complexo automotivo -, que contou com a presença de sindicatos da CUT e Força Sindical e firmou, em 1992, o segundo acordo tripartite, possuía um tópico especificando o desenvolvimento de iniciativas setoriais em prol da qualificação profissional, vinculadas ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Na realidade, entretanto, essas iniciativas foram desenvolvidas muito mais no âmbito de cada fábrica.

A partir da década de 90, percebe-se que no tocante a formação profissional no Brasil, apesar de recorrentes, as cláusulas sobre qualificação e treinamento quase não sofreram alterações de conteúdo ou quantidade. Especialmente, no que diz respeito à diversidade de conteúdo das cláusulas, é necessário ampliar o debate do tema para que ocorram avanços significativos no processo de negociação coletiva. A passagem da negociação de cláusulas exclusivamente sobre o direito à qualificação, para aquelas que contemplam a influência sindical sobre as concepções dos programas de formação surge como uma tendência possível, apesar das barreiras colocadas pelo empresariado (DIEESE, 1998).

A continuidade da experiência vivenciada na câmara setorial automotiva possibilitaria o desenvolvimento de interessantes negociações por empresa, vinculando a formação profissional ao processo de inovação tecnológica e organizacional. No âmbito das atividades localizadas e da sua relação com a própria base profissional e a sociedade civil, uma série de entidades sindicais desenvolvem experiências de condução própria de cursos para trabalhadores empregados e desempregados (DIEESE, 1998).

Um fato interessante é que a formação profissional vem se destacando pelo surgimento de novas formas de elaboração, financiamento e execução de programas de educação para o trabalho. São experiências que derivam de fóruns multipartites, com

repercussões nos projetos de qualificação da força de trabalho nacional e dos países vizinhos, como a Comissão Nacional de Formação Profissional do Subgrupo de Assuntos Trabalhistas do Mercosul. Além desses fóruns, os últimos anos vêm registrando um número crescente de programas desenvolvidos pelo movimento sindical, atividades educativas nos assentamentos e acampamentos dos trabalhadores rurais e até programas de formação profissional promovidos por associações da sociedade civil no interior do país e nos grandes centros urbanos (DIEESE, 1998).

Destaca-se o grande número de projetos educativos<sup>34</sup> realizados pelo movimento sindical, assim como a diversidade e agilidade nas respostas dadas às demandas por formação profissional. Estes projetos visam a implementação de escolas e cursos que têm como objetivo a educação para o trabalho, por meio da qualificação e requalificação de jovens e adultos empregados ou desempregados, trabalhadores das várias categorias profissionais abrangendo os diversos setores da indústria, comércio e serviços.

Através dessas ações o Movimento Sindical pretendeu responder nos últimos anos aos problemas relacionados à capacitação para o trabalho. As propostas sindicais resultam da conjugação de três ordens de fatores: de um lado, as definições estratégicas dos trabalhadores sobre as relações entre educação e sociedade; de outro, as avaliações das práticas correntes de formação profissional, implementadas pelo patronato e pelos programas oficiais, através de agências como as escolas públicas, escolas técnicas, centros federais de educação tecnológica, universidades, centros e empresas de pesquisa aplicada; e por fim, a sua própria experiência (DIEESE, 1998).

A inserção do movimento sindical nesses debates e ações revela também, o acúmulo possibilitado pelo caminho percorrido desde o projeto do Centro de Aperfeiçoamento Técnico, idealizado pelos gráficos nos anos 40, até a atual participação em fóruns de negociação tripartite, inclusive no âmbito do Mercosul. Os trabalhadores têm

---

<sup>34</sup> Expansão de agências de formação - a elaboração, financiamento, gestão e execução da formação profissional deixam de ser exclusividade do governo e do Sistema S. A preocupação com a preparação para o trabalho agora passa, também, por fóruns multipartites, pelo movimento sindical, pelas comunidades, pelas organizações não-governamentais e demais instituições de iniciativa privada. Incorporação de novos temas - as discussões sobre a formação profissional abrangem hoje a capacitação de pesquisadores, gestores e executores dos programas de educação profissional. Diversificação do público a que se destina - o público alvo dessas novas experiências tem sido jovens em busca do primeiro emprego, adultos empregados, desempregados e famílias em comunidades agrícolas. Relativa articulação com a rede de ensino regular - os programas oferecidos englobam cursos de alfabetização de adultos, educação básica, cursos de graduação e alguns de pós-graduação, em convênio com universidades. Financiamento com recursos públicos e privados - embora grande parte dessas novas experiências de formação profissional venham sendo financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são frequentes os convênios patrocinados por prefeituras e estados da federação, empresas, entidades assistenciais, entidades sindicais e agências como o Senai, Senac, Sebrae, Senar e Senat. Descentralização da certificação - ao lado da certificação emitida pelos órgãos oficiais de ensino e formação profissional, algumas instituições estão certificando os cursos que oferecem, muitas vezes em convênio com seus financiadores e outras organizações locais (DIEESE, 1998).

ocupado o espaço desses debates para divulgar e colocar em discussão seus projetos e demandas nos marcos de três diretrizes principais.

A primeira consiste em intervir no debate sobre formação profissional com propostas próprias, oriundas de definições políticas e do mais apurado diagnóstico das condições reais do mundo do trabalho. Já a segunda reside em fortalecer a articulação entre educação básica e formação profissional, como um dos princípios orientadores das ações sindicais sobre a educação do trabalhador. Enquanto a terceira, busca promover a articulação das questões da formação profissional com as demandas por garantia de emprego, remuneração digna, organização dos trabalhadores por local de trabalho e políticas públicas que garantam o desenvolvimento social do país.

Segundo o DIEESE (1998) os projetos e demandas em questão, dão conteúdo e estruturam propostas sindicais. Nesses projetos encontramos ações que intentam a criação de Centros Públicos de Ensino Profissional, que se deve articular em um sistema geral e público de ensino. Esses centros públicos devem tratar da qualificação, de jovens e adultos desempregados, através do ensino profissional para jovens em idade escolar (modalidades de ensino profissional e de atualização científica e cultural) e do ensino profissional como parte da educação continuada (alfabetização e pós-alfabetização de adultos, cursos de qualificação e requalificação profissional de empregados e desempregados, cursos de atualização científica, artística e cultural). Assim como, a implementação de Programas de Revitalização de Supletivos Públicos de alta qualidade, e a adoção do controle social dos Fundos Públicos destinados ao financiamento da formação profissional.

Os trabalhadores propõem que todos os recursos de arrecadação compulsória ou oriundos de incentivos fiscais destinados à formação e/ou requalificação profissional, sejam considerados e administrados como fundos públicos com a participação dos trabalhadores. Já a instalação de conselhos tripartites paritários para gestão de agências de formação profissional, que possibilitem rigoroso controle fiscal e avaliação dos serviços prestados. Esses conselhos devem supervisionar as atividades do SENAI, SENAC, SESI, SESC, SENAR e SENAT e de outras iniciativas complementares ao ensino regular seja em nível municipal, estadual ou federal. Definição de instâncias de certificação legal para os cursos e demais atividades de formação profissional.

Priorizam também a adoção de co-gestão dos Programas de Formação Profissional realizados pelas empresas, propiciando a participação dos sindicalistas na formulação e gerenciamento das atividades de formação profissional e de outros processos educacionais realizados no âmbito das empresas e nos locais de trabalho, através da

constituição de comissões paritárias. Institucionalização da escola pública, gratuita, laica, universal e de qualidade, responsável pela educação básica (1º e 2º graus), articulada com o ensino profissional. Definição da política de formação profissional integrada à Política Nacional de Educação. Operacionalização das políticas educacionais aliadas às demais políticas sociais, para os atendimentos da população pobre e de grupos desprotegidos: crianças, idosos, aposentados e desempregados.

E pretendem direcionar ações voltadas para a elaboração de políticas públicas de educação e de ensino profissional com a participação dos trabalhadores. Direcionamento das políticas públicas de educação básica e de formação profissional para o atendimento das demandas empresariais e das necessidades dos trabalhadores. Organização do ensino técnico no país, tematizando a integração do ensino de 1º e 2º graus com o ensino profissional, criando a educação integral ou politécnica. Implantação de um Sistema Público de Emprego que atenda às necessidades de qualificação, requalificação e reingresso do trabalhador no mercado de trabalho (DIEESE, 1998).

A ação sindical passou a ter um novo tipo de intervenção na questão da formação profissional, desenvolvendo de forma direta, programas de qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores e participando de fóruns<sup>35</sup> de gestão desses recursos, desde o próprio CODEFAT até as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Com base nessas articulações e graças à participação no CODEFAT, cresce o número de escolas sindicais e experiências de escolas profissionalizantes.

### **3.3.1 A ação sindical e a educação profissional segundo o PLANFOR**

A participação das centrais sindicais com a política de educação profissional, ocorre dentro de um quadro em que o Governo Fernando Henrique Cardoso, começava a redefinir um modelo de desenvolvimento, que segundo a sua concepção de mundo pudesse abrir para o Brasil a perspectiva de um futuro melhor para o conjunto da sociedade.

---

<sup>35</sup> Os conselheiros enfrentaram muitas dificuldades, no princípio quando inseridos no conselho. Contudo os avanços devem ser contrastados com os limites. No CODEFAT a influência do Governo Federal estende-se sobre as centrais sindicais e confederações patronais que se alinham com o governo atual. De toda a forma, é inegável que as políticas ganham, no mínimo, mais transparência até porque todas as informações pertinentes deveriam, em tese, estar à disposição dos representantes das centrais (EMPREGO e RENDA, 2000).

Sendo assim, elaborou três condições básicas:

1) refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento; 2) eleger a criação de empregos como forma mais Efetiva e duradoura de distribuição de renda; 3) reorganizar o Estado, fortalecendo o poder publico decisório para a realização eficiente de projetos sociais compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional. (SOUZA, 2006, p. 302).

Contudo, para implementar essas três condições básicas, a gestão FHC buscou elaborar parcerias com o setor privado na propriedade e gestão de infraestrutura nacional, exigindo, assim a redefinição do papel do estado, como já expomos em parágrafos anteriores. Segundo Souza (2006, p. 304) a educação teve prioridade dentro desse contexto, visto que:

[...] o Plano de Governo FHC atribuía à educação o papel de formação e qualificação profissional da força de trabalho, com base em um patamar mais avançado de uso diretamente produtivo de ciência e de tecnologia no trabalho e na vida urbano industrial.

Toda a articulação da educação com o mundo do trabalho, dentro dos limites do capital, aconteceu na medida em que as instituições e o conceito de formação profissional foram adaptados na tentativa de atender aos novos imperativos capitalistas, ou seja:

A formação profissional anterior estaria obsoleta, e não corresponderia as exigências da reestruturação da produção, pois essa estaria promovendo uma grande revisão dos seus conceitos e práticas, uma mudança de peso nos seus métodos de produzir, de fazer a gestão e a organização das empresas e do trabalho. Tal orientação, teria dentre suas conseqüências, o enxugamento do quadro da força de trabalho do setor industrial, mudanças no conceito e no perfil das qualificações profissionais e alterações na estrutura do emprego de maneira geral. (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 95-96).

Nesse sentido, era necessário que os conceitos e as instituições de formação profissional teriam que ser alterados para entrar em sintonia com as mudanças ocorridas no país e que teriam feito avançar as práticas democráticas, a participação e os direitos de cidadania de todos os brasileiros. Com isso, o termo “formação” foi substituído pelo de

educação profissional, na busca de inserir essa modalidade de prática educativa, no que se chama de agenda de modernização das relações de trabalho. Dentro desse novo quadro, no qual o PLANFOR se coloca como instrumento de implementação de uma política pública de trabalho e renda, é que deve ser desenvolvida em articulação com programas de Seguro-Desemprego, de crédito popular e de intermediação de desempregados (FIDALGO; MACHADO, 2000).

O PLANFOR passa a entender

[...] que a função e a natureza pública dessa educação profissional devem ser recuperadas e consolidadas, mas atribui ao Estado o papel de simples articulador e fomentador de políticas globais, deixando para as instituições da sociedade civil todas as iniciativas de execução direta dessa atividade educacional. Tendo em vista esse conceito de centralização das diretrizes gerais e descentralização da implementação, o PLANFOR se propõe a fazer a integração dos que atuam no campo da profissionalização, estimulando sua participação e fortalecendo sua capacidade de execução. (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 96).

Sendo assim, as entidades que representam a ação sindical e que aos poucos abriam espaços de participação, tanto em fóruns multipartites como em conselhos tripartites paritários, conseguiram se envolver mais e mais nas questões pertinentes a essa nova modalidade chamada de educação profissional. Por conseguinte, a questão fundamental reside no fato de que essa educação profissional, trabalhada pelas centrais sindicais na verdade não rompe com os ditames da nova ordem neoliberal e de reestruturação produtiva, a qualificação promovida pelas mesmas insere num contexto que visa tornar o trabalhador mais flexível, e com isso estar apto a exercer várias tarefas no seu cotidiano para ingresso ou manutenção no mercado de trabalho. A qualificação na realidade, tende a ser decidida no campo técnico – empresarial, ou seja, no mercado.

### **3.3.2 A posição da ação sindical frente o contexto da formação profissional**

No plano do sistema regular de ensino, a CUT combate por um lado, concepções de formação profissional como um tipo de ação destinada àqueles que fracassaram na escola regular e refuta, por outro lado, o caráter demasiadamente generalista e

teórico do ensino médio, isento de quaisquer vinculações com as questões práticas da realidade do trabalho. Para a entidade, estes enfoques espelham a dicotomia imanente às sociedades capitalistas industriais: a cisão entre teoria e prática, agravada, no caso particular do Brasil, pelo desprezo ao trabalho manual (SOUZA, 1999).

As formulações teórico-metodológicas do Projeto Nacional de Educação Profissional da CUT, fazem parte de uma construção edificada com base na confluência de três ordens, de experiências e acúmulos: as práticas e as elaborações provenientes do Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e das reflexões, e sistematizações realizadas no âmbito do núcleo de Educação do Trabalhador, da Secretaria Nacional de Formação desde 1996 (MANFREDI, 2002).

Manfredi (2002) expõe que embora os diferentes projetos que compõem o Projeto Nacional, com formulações próprias, existem alguns pressupostos comuns que são as matrizes com base nas quais se estruturam os diferentes currículos e as atividades pedagógicas atinentes aos programas nacionais e regionais.

O primeiro pressuposto, refere-se à centralidade do trabalho como processo fundador da existência humana, e constituinte do ser humano como ser social e cultural. O segundo, concerne a visão histórica-dialética de construção e apropriação do conhecimento. O terceiro, diz respeito à valorização das posturas críticas ante as concepções socialmente hegemônica, que dão suporte a exploração, a exclusão sócio-econômica e política e as posturas, e visões educacionais que legitimam e respaldam tais estruturas e práticas. O quarto e último, relaciona-se a valorização de trajetórias e processos coletivos de construção de experiências pedagógicas (MANFREDI, 2002).

A centralidade que as ações da CUT passaram a expressar, no âmbito da educação da classe trabalhadora, não resultou de um significativo processo de compreensão, por parte da maioria das entidades cutistas, da importância da problemática da educação básica e profissional, em decorrência de seu papel essencial para a formação integral dos trabalhadores, tendo em vista a construção de uma reação contra-hegemônica aos ditames do Capital.

Não significou, assim, a expressão de uma plena valorização da temática educacional, mas decorreu sobretudo, de uma ênfase conferida por pelo menos duas vertentes externas: a exigência explicitada pelo capital de que a classe trabalhadora apresentasse maior grau de escolaridade e qualificação, e a política pública de formação profissional<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Lembrando que essas ações estão situadas no conjunto de deliberações que perpassam a reforma do Estado e que se pautam na argumentação da transferência de responsabilidades para a promoção de fortalecimentos da

implementada pelo governo federal, que possibilitou o acesso, por diferentes agências da sociedade civil, entre elas as sindicais, a significativos recursos oriundos do FAT (RUMMERT, 2005).

Não devemos ignorar o fato de que, ao longo da vigência do PLANFOR, embora o montante de recursos tenha se alterado de modo significativo a cada ano, comparativamente, a CUT recebeu uma parcela significativamente menor, em relação, por exemplo, ao recebido pelo Sistema S, e menos do que a Força Sindical, para realizar as ações de formação profissional. Por outro lado, é necessário registrar que, apesar disso, tais recursos eram bastante expressivos para a agência, num período de ampla retração do emprego formal e, conseqüentemente, de redução de arrecadação pelas entidades sindicais. Vários estudos demonstram que o volume de recursos destinados à CUT para o desenvolvimento das ações educativas, ao longo dos últimos anos, vem superando, em muito, o orçamento anual de várias entidades sindicais. Tal aspecto, mobilizou de forma significativa vários setores da Central, que viram no FAT uma via de ampliação de recursos para o movimento sindical (RUMMERT, 2005).

Já na Força Sindical, o debate sobre a Educação Profissional é recente (MANFREDI, 2002). A FS salienta a importância de seu envolvimento na educação profissional - produto de uma relação complementar entre a escolaridade básica e a formação profissional - a partir da necessidade dos sindicatos criarem condições que corroborem para a *empregabilidade* do trabalhador. Contudo, a garantia da *empregabilidade* não é declarada pela FS apenas como dependente das ações sindicais, na área da educação profissional, mas também, enquanto ação paralela à criação de políticas públicas de educação, de emprego e de desenvolvimento regional. Por defender uma Educação Profissional, e não necessariamente uma Formação Profissional desarticulada do sistema regular de ensino, a FS reafirma a importância do papel desempenhado pela escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir que o trabalhador eleve permanentemente seu patamar de escolaridade (SOUZA, 1999).

---

sociedade civil. Isso acaba por promover um processo de desobrigação do Estado para com o financiamento de políticas públicas, reforma esta, idêntica às defendidas e encaminhadas por governos que investiram na criação de mecanismos de mercado para regulação das políticas públicas (HIDALGO, 2004). Para tanto, o governo para levar adiante seu intento reformista, mormente na educação profissional, busca constituir um amplo arco de alianças que vai desde a adesão aos setores conservadores e liberais, à articulação do apoio dos movimentos sociais, que defendem o trabalho como princípio educativo, a concepção de educação profissional politécnica, a formação omnilateral e o ensino integrado que objetivam uma formação humanizadora, que visa libertação, a inclusão e a transformação social (SINDOCEFET, 2005).

Do ponto de vista das iniciativas concretas da FS na área, é importante destacar seu Programa de Educação Profissional, iniciado em Agosto de 1997, que conta com recursos do FAT. Tal programa, visa à qualificação e requalificação de trabalhadores em diversos setores da atividade produtiva, através de três linhas de atuação básicas, tais como:

- A realização de Cursos de Qualificação Profissional (cursos de informática voltados para diversos setores: metalúrgicos, vestuário, comércio, etc.), o desenvolvimento de Projetos Especiais (tendências da Reconversão Profissional da Grande São Paulo; Banco de Informação sobre a Formação Profissional; projeto Centro de Apoio e Referência ao Emprego; Negociação das Novas Competências; Educação e Trabalho; Capacitação de Dirigentes para a Orientação Profissional;
- Desenvolvimento de Metodologia para a Elaboração de Material Didático; Formação de Gerenciadores de Projetos de Formação Profissional) e a promoção de Seminários (Ações Sindicais para a orientação Profissional dos Jovens; A Negociação da Formação Profissional; As Novas Competências Laborais e a Certificação, Educação e Trabalho e; A Participação Institucional dos Trabalhadores). Objetiva, com isto, facilitar sua inserção [a do trabalhador], reinserção e/ou manutenção no mercado de trabalho. Contemplam, entre diversos aspectos, o aprimoramento profissional dos participantes e seu acesso aos conhecimentos relativos aos novos processos de trabalho, decorrentes dos avanços tecnológicos em curso no mundo da produção. (SOUZA, 1999; MANFREDI, 2002).

Dando continuidade as atividades, em 1999, segundo Manfredi (2002) a CUT captou 21 milhões em recursos do FAT atendendo assim, 47.700 pessoas. A FS, no mesmo período angariou cerca de 17 milhões e atendeu 66.900 pessoas. No ano de 2000, a CUT recebeu 35 milhões, e com isso conseguiu fornecer treinamento para 246 mil indivíduos. Enquanto a FS que obteve 38 milhões, conseguiu treinar 175.000 trabalhadores.

Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego, liberou pelo PLANFOR cerca dos R\$189.460.385,54l. Desse montante a Central Única dos Trabalhadores angariou R\$30.000.000,00 enquanto a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. A CUT recebeu em 2002, cerca de R\$35.000.000,00 e a FS recebeu R\$38.000.000,00 dos R\$ R\$185.180.000,00. Estes recursos foram distribuídos de acordo com as entidades filiadas às centrais (BRASIL..., 2000-2002).

Em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a Presidência da República, algumas medidas, foram tomadas a fim de reordenar a estrutura sindical. Desse modo, em virtude de averiguação por parte do Tribunal da União de Contas (TCU), detectou-se irregularidades nas prestações de contas no período de 2000 a 2002 das centrais sindicais (CUT, FS, CGT, SDS). "Foi constatado, que as prestações de contas limitam-se a informar

para quais executoras os recursos foram transferidos pelas centrais sindicais, faltando dados essenciais sobre a execução financeira e física, tais como quem ministrou os cursos, quando, onde e para quantos alunos, consistindo em peças que não atendem a sua finalidade precípua", informa o relator do TCU, Lincoln Magalhães da Rocha. Segundo ele, foram encontradas outras irregularidades, como a "utilização da dispensa de licitação como regra geral para contratação de executoras, as quais prosseguiram incorrendo em práticas irregulares de pagamentos antecipados e falhas no atesto da execução" (GONZALEZ, 2005).

A SPPE (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, vinculada ao Ministério do Trabalho) repassou recursos às centrais sindicais em 2001 e 2002, antes de ter aprovado as prestações de contas dos exercícios anteriores (2000 e 2001). Em 2001 e 2002, recursos foram liberados sem o saneamento de irregularidades notificadas, o que deveria ter acarretado a suspensão das liberações.

O relator informou que dos R\$ 137 milhões destinados aos convênios em 2001, faltaram a comprovação da aplicação de R\$ 30,6 milhões. Outro problema, segundo o relator do TCU, é que o Ministério do Trabalho firmou termos aditivos no final de 2001, que aumentaram em R\$ 3,4 milhões as liberações para a Força Sindical, SDS e ICT (Instituto Cultural do Trabalho), "sob o pretexto de antecipação de metas físicas". "No entanto, quando as centrais sindicais não conseguiam comprovar parte das aplicações, a SPPE não exigia a devolução dos recursos, utilizando a justificativa de reprogramação de metas físicas para o exercício seguinte, sem formalizar aditivo especificando a nova meta." Por conta dessas irregularidades, o Tribunal Contas da União (TCU) determinou em 2003, que o Ministério do Trabalho reexaminasse as prestações de contas dos convênios firmados com as centrais sindicais e apurasse eventual prejuízo aos cofres públicos (GONZALEZ, 2005).

Apesar de ter recebido a determinação no período para a suspensão dos repasses dos recursos do FAT, o Ministério do Trabalho só cumpriu essa decisão em Agosto do referido ano, depois de ser notificado pela Controladoria Geral da União (CGU). Dessa forma, o TCU suspendeu os recursos do Plano Nacional de Formação Profissional<sup>37</sup> (PLANFOR) para as centrais sindicais. Naquele ano, o TCU solicitou ao Ministério do Trabalho um reexame das prestações de contas das centrais, quanto ao repasse de recursos para a qualificação profissional. Também adotou medidas de controle e fiscalização dos programas de qualificação profissional, com o objetivo de acabar com as irregularidades comuns em anos anteriores (GONZALEZ, 2005).

---

<sup>37</sup> Esse plano foi criado em 1995, com o objetivo capacitar trabalhadores.

Mesmo com tantas intervenções contrárias do TCU, o MTE repassou recursos, em 2005, para a intermediação de mão de obra, no total de R\$ 8,3 milhões, no âmbito do Programa Nacional do Sistema Nacional de Emprego (PLANSINE). Segundo Carlos Augusto, por entender que as ações de emprego foram de “seguridade social” e que referido acórdão do TCU não alcançava tal Programa. O TCU, no entanto, em entendimento alegou que a verba para intermediação de mão-de-obra também não pode ser repassada. Acatando a decisão o Ministério suspendeu as duas últimas parcelas dos recursos, no valor de R\$ 6,7 milhões. Elas seriam liberadas para o ICT e para as Centrais: FS e CUT até o final deste ano (2005). De qualquer forma, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), suspendeu os repasses dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados à intermediação de mão-de-obra para as centrais sindicais, atendendo a determinação do TCU, contida no acórdão 851/2003 (GONZALEZ, 2005).

Em linhas gerais, analisamos que no decorrer da década de 1990, construiu-se de forma cada vez mais ampla, um modelo de ação sindical pautado no trinômio proposição/negociação/participação, que expressou de forma extremamente clara a “postura propositiva”, incorporada pelas Centrais no campo da qualificação profissional e da elevação de escolaridade dos trabalhadores. Em meados dos anos de 1990, tal postura adquiriu efetiva materialidade, em decorrência dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para a realização do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) implementado pelo MTE. Ainda merece destaque, o fato de que em muitos casos, a oferta de cursos profissionalizantes, ou de elevação de escolaridade, representou um caminho para os sindicatos criarem novos laços com suas bases, uma vez que os anteriores foram comprometidos ou mesmo rompidos em decorrência da hegemonia do ideário neoliberal, e do que dela adveio ou do próprio anacronismo de algumas de suas propostas e práticas (RUMMERT, 2005).

Em suma, a proposta residiu em apresentar as tendências do movimento operário brasileiro com a educação, para melhor compreender as ações das centrais sindicais, hoje, no que diz respeito ao trato com a educação geral, profissional e sindical. Contudo, com relação a educação profissional verifica-se um atrelamento da idéia apregoada por capitalistas, empresariado e das agências internacionais, no sentido de formar um “novo trabalhador”. Tanto que as centrais captaram um montante considerável de recursos para dar continuidade aos possíveis trabalhos.

Dessa forma, a seguir versaremos a respeito das propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS), para enfrentamento do novo cenário da reestruturação

produtiva no Paraná, privilegiando a região de Londrina analisando a relação trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal, propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementada pelo Estado no período que compreende 1998 a 2002, respectivamente, no Estado do Paraná.

#### **4 AS PROPOSTAS DE QUALIFICAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS (CUT E FS) PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CENÁRIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PARANÁ**

No Brasil, na década de 1970 o movimento sindical emergente possuía uma perspectiva classista. Essa fase caracterizada de *novo sindicalismo* formou-se mediante um crescimento extraordinário das organizações destinadas aos trabalhadores em resposta ao avanço do capital. Vimos que nos anos 1980 houve uma expansão desse movimento, enquanto no contexto internacional os movimentos já estavam passando por um período de refluxo (BILEK, 2004).

Sendo assim, aos poucos o movimento sindical brasileiro acaba se transformando e abandona o enfrentamento, acompanhando as tendências do sindicalismo internacional no sentido de atuar como gestor (BILEK, 2004). Isso ocorre à medida que as políticas neoliberais conseguem limitar a ação dos movimentos sindicais, adequando-os a reformas. Os sindicatos não se apresentam mais como um núcleo capaz de garantir condições mínimas de segurança e previsibilidade no ciclo de vida dos trabalhadores. Por conta disso, podemos entender porque a ação sindical, a partir dos anos 1990 destaca o caráter propositivo<sup>38</sup>. Dentro dessa roupagem, novos elementos norteiam e provocam o deslocamento das principais ações do movimento sindical para o plano das políticas públicas.

Dessa forma, novas relações entre Estado-Empresa-Sindicatos se recolocam, sobretudo na lógica da administração dos fundos públicos destinados a qualificação da força de trabalho. Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, vão inserir em suas práticas educativas, cursos de curta duração que buscam preparar trabalhadores polivalentes e/ou empreendedores, ou seja, promovem cursos de “qualificação” que não inserem uma leitura crítica sobre a realidade do trabalhador e do contexto do trabalho.

---

<sup>38</sup> Boito salienta o que seria a passagem de um sindicalismo de massa e de confronto para um sindicalismo neocorporativo de participação, apontando a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como exemplar dessa mudança: "[a CUT] desde o seu surgimento como movimento de massa em 1978, transitou de um sindicalismo que 'tendia' à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras, contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista do Estado burguês brasileiro – ou, pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação sindical na qual os diferentes setores das classes trabalhadoras isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativa, e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa conjuntura de crise, mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista" (BOITO, 1994 apud ALVES, 2000).

Esse quadro se constitui, uma vez que a ação sindical vê que o desemprego crescente tende a reforçar a ausência de negociação com os trabalhadores, diante das formas e conseqüências da reestruturação produtiva. A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação. Dessa forma, buscou outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

Rodrigues (apud ALVES, 2000), em trabalhos anteriores, já indicava que a partir de uma perspectiva liberal, o novo cenário do capitalismo global (no qual o Brasil está integrado) colocava vários desafios. Assim, as lideranças sindicais brasileiras deveriam preparar-se para atuar num cenário novo e instável, que lhes colocaria muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil. Desse modo, a mesma flexibilidade que se impõe aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado, impõem-se às lideranças sindicais. A outra observação do mesmo autor é de que, diante das transformações estruturais na economia e na sociedade capitalista, no limiar do século XXI (a partir de 2000), o sindicalismo no Brasil tende cada vez mais a incorporar, para si, a lógica do capital. Ou seja, perder os seus vínculos históricos com o movimento social de contestação à dominação capitalista (o que já ocorre nos principais países capitalistas desenvolvidos)

Ao partir para a qualificação profissional CUT e FS, de certa forma não rompem com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional. Talvez isso ocorra porque a noção de qualificação, proposta pela educação profissional prende-se à flexibilização das relações de trabalho, e a compreensão pelas centrais, de que se faz necessário a apropriação pelos trabalhadores de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando ao aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

Esses dados são identificados no próprio discurso das lideranças de filiados ou ex-filiados as centrais CUT ou Força Sindical.

Vejamos essas falas:

*“[...] em parte, eu acho que em parte e não totalmente porque não depende só da qualificação e não acho que é só a qualificação, que vai, vamos dizer o seguinte, melhorar as condições do trabalhador é um conjunto de situações que vai fazer isso ficar um pouquinho melhor [...].”* (Entrevistado 1- filiado a FS).

*“[...] é muito difícil assim, você medir a eficácia desses programas de qualificação. O tema, por ser difícil de medir a eficácia, já significa que tem algo que é para ser repensado, pois quando uma coisa é eficaz, você sabe que é eficaz desde o início, desde o planejamento, então coloca dúvidas com relação à eficácia desse tipo de programa, porque pra mim, enquanto dirigente sindical eu penso que esses cursos de qualificação, de formação, não de requalificação, mas de formação mesmo, tem que tá, inserido direto na sociedade [...].”* (Entrevistado 4- filiado a FS).

O detalhe em questão reside no fato de através da atuação da ação sindical junto a educação, principalmente a profissional, nesse tempo de crise do capital, crise do trabalho e crise do Estado - que não consegue implementar políticas junto ao capital, para gerir postos de trabalho, muito pelo contrário, as medidas tomadas são no sentido de eliminar tais postos - se verifica que não há um rompimento com os pressupostos ideológicos presentes e incutidos no processo educativo.

Quando analisamos a proposta dos cursos elaborados pelas centrais estudadas, observamos que a formação profissional está voltada a preparar:

*[...] o trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, [...] através de formas de organização do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento da tarefa e nível de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho [...]. Com isso, o objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias [...] a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhar alienado ao mesmo tempo em que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução. (KUENZER, 1989, p. 77-78).*

A educação profissional, configura-se dentro de um projeto no qual toda a articulação e elaboração das políticas públicas no campo social estão marcadas pela presença

dos enfoques economicistas da Teoria Capital Humano<sup>39</sup>, resgatando a relação entre educação e desenvolvimento econômico no contexto histórico do capitalismo, engendrado pela regulação fordista. A educação passa a ser analisada dentro de novas perspectivas, com alicerce e viés de desempenho no mercado, cuja expansão potencializa o crescimento econômico, ou seja, formula-se um novo paradigma educacional imposto pela globalização e o ajuste neoliberal.

Na concepção de Debrey (2003, p. 31):

Ambos de caráter seletivo e excludente, impostos num momento em que o modelo fordista de produção entra em declínio, para ceder lugar ao modelo toyotista de organização do trabalho e da produção capitalista. Essa nova realidade, mistificada e fetichizada podem colocar profundos obstáculos a educação básica [...] pelo interesse de ideólogos da globalização em manter uma educação reificada e instrumentalizada, a serviço do mercado e dos homens de negócios.

Dentro da versão renovada da Teoria do Capital Humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo. A empresa é quem deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar. Assim, há exigência de indivíduos flexíveis que possam ser utilizados para depositar e reproduzir conhecimento útil para o capital. Um dos entrevistados faz a seguinte observação:

*“Eu acho quem tem que qualificar é o capital, porque o trabalhador vai ser subordinado a ele, nós achamos que o capital tem que fazer qualificação para esse tipo de trabalhador.”* (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

---

<sup>39</sup> O cerne da Teoria do Capital Humano consiste na consideração de que o somatório imputado à produtividade do estoque de capital físico, e estoque de trabalho da economia, ao longo de determinado tempo, corresponde apenas a uma parcela do crescimento econômico [...] a Teoria do Capital Humano pretende complementar os fatores explicativos do desenvolvimento econômico, segundo a concepção neoclássica, dando sua interpretação à alta de salários do fator trabalho nos países mais desenvolvidos na época de ouro do capitalismo e explicando o nível individual, os diferenciais de renda (FRIGOTTO apud SOUZA, 2003). De acordo com os princípios dessa teoria, largamente divulgada e discutida nos meios acadêmicos, a estreita relação entre qualificação/força de trabalho e crescimento é evidente, na medida em que a aquisição de conhecimentos leva a um aumento de produtividade, à elevação de renda do trabalhador, e conseqüentemente, ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Desse modo, os trabalhadores transformam-se em capitalistas na medida em que, ao investirem na aquisição de conhecimentos, eles se tornam proprietários de capacidades economicamente valiosas (FARTES, 2000).

Contudo, a fim de se eximir da responsabilidade, empresários e Estado formulam um novo paradigma educativo ditado pelas agências internacionais<sup>40</sup>, remodelando o campo jurídico estatal no processo de construção dos parâmetros educacionais a serem apropriados pelo capital.

Através desse campo jurídico estatal, intensifica-se a alienação do sujeito, a instrumentalização da razão ou ainda a reificação e a ideologização das relações sujeito-objeto, a não consciência crítica do real. Tem-se a construção dos parâmetros educacionais edificadas - com o auxílio dessas agências (Banco Mundial, BIRD) – através da conexão entre conhecimento e ordem, constituindo assim, um núcleo sólido para as proposições e formulação das diretrizes educacionais na década de 90. Projeta-se na educação o campo para a formação deste cidadão que tem como função ajudar a expandir o capital, e assim consumir as necessidades por ele criadas (LEHER, 1999).

Com a abertura e seguimento aos pressupostos das agências internacionais, delibera-se, como já foi visto, e incorpora-se à educação profissional um complemento e um estímulo para a suplência de educação. Para Fidalgo e Machado (2000, p. 97) “[...] alimenta-se, ainda, a expectativa de que esta educação profissional seja organizada a partir de bases contínuas flexíveis e que, contemplem alternativas de aprendizagem, de qualificação e de especialização.”

Contudo, observamos em estudos anteriores,<sup>41</sup> um quadro em que as propostas de qualificação elaboradas pelo capital e implementadas pelo estado,

---

<sup>40</sup> No caso brasileiro, sob recomendação do Banco Mundial o poder público passou a priorizar investimentos no ensino fundamental, para que este pudesse ser complementado por qualificação profissional de curta duração e baixo custo. No que concerne às ações de educação profissional, considerada processo prolongado e caro, a recomendação é de que sejam repassadas, progressivamente, para a esfera privada (KUENZER, 1999). Dessa forma, ancorada nos diversos fatores oriundos da crise estrutural do capitalismo e as suas mutações sistêmicas intrinsecamente expressas, a nova LDB brasileira (9394/96) é aprovada com unanimidade. Partilhando das recomendações internacionais, o governo brasileiro procurou articular um grande consenso nacional envolvendo empresários e trabalhadores em torno de novos requisitos educacionais, demandados tanto pela produção quanto pela sociedade. A aprovação e a sanção ocorrem sem nenhum veto, não correspondendo às aspirações alimentadas em quase duas décadas, de elaborar um ensino que viesse propor conscientização ou preparar o indivíduo de forma a permitir que este tenha outras escolhas na vida, além do trabalho. A nova lei seguiu os ditames expressos pela reconfiguração e reestruturação reprodutiva no Brasil, ou seja, o Estado passou a organizar-se e executar as leis de acordo com o contexto de mudança do quadro econômico e político mundial. O apelo à comunidade, foi reiterado pela campanha televisiva Amigos da Escola. Esse deslocamento de responsabilidade, do governo para a sociedade civil, estava previsto na Lei 9394/96 que mudou o conceito de educação para o de formação (SHIROMA, 2000).

<sup>41</sup> Na monografia Ensino Profissionalizante nas Políticas Educacionais no Brasil e no Paraná: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP- Prof<sup>a</sup> Maria do Rosário Castaldi (2002), pesquisamos a acentuação da interferência das leis de mercado dentro do sistema educativo, analisando o impacto das políticas educacionais na Educação Profissional e assim avaliando sua repercussão no ensino técnico do Estado do Paraná, considerando a preparação para a inserção dos jovens na Educação Profissional, de forma a capacitar e qualificá-los. Nesta pesquisa verificamos que, a realidade que supostamente originou a necessidade de redefinição da Educação profissional de Nível Técnico no final da década de 90, não resolveu o problema de

principalmente no Estado do Paraná perpassam as noções de flexibilização ou inserção de conhecimentos, que venham a tornar o estudante apto a exercer vários tipos de trabalho no meio produtivo. A proposta de racionalizar os custos sociais, ou seja, proposta apregoada pelas agências internacionais (BIRD e Banco Mundial) de que a sociedade deveria arcar com os custos de alguns setores educativos, incluindo a educação profissional.

Nesse sentido, a ação sindical passa a ser parceira e executora dessa política, ofertando cursos de curta duração, com pouca atenção a escolaridade básica e sem atentar para a necessidade de articular conteúdos básicos e específicos. Apesar de constar em alguns documentos, principalmente da CUT a preocupação de que:

[...] os programas de educação profissional para a formação, qualificação e requalificação, desenvolvidos no âmbito da CUT, devem viabilizar a recuperação da educação básica e a elevação da escolaridade dos trabalhadores, investindo no desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias que articulem a educação básica com a formação profissional; convertam-se em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade para a educação que os trabalhadores concebem e defendem. (CUT, 1999).

Por isso, no presente capítulo pretendemos responder alguns argumentos que nos despertaram um profícuo interesse pela temática: relação Trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal e propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementada pelo Estado, no período que compreende 1998 a 2002.

Analisaremos, respectivamente, o Estado do Paraná<sup>42</sup>, visto que o desemprego estava bem acentuado. Dessa forma, de acordo com esse contexto procuramos observar quais foram as principais ações da ação sindical, de forma a envolver os

---

inserção no mercado de trabalho, já que há o acirramento da competitividade e a falta de postos de emprego no mercado de trabalho, além de estimular a privatização dessa modalidade de ensino. As ofertas de emprego ou de ocupações no setor formal estão diminuindo cada vez mais, particularmente no setor industrial, dada às características estruturais da etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Os cursos ofertados em nível pós-médio, pelo CEEP Castaldi cumprem predominantemente “funções ideológicas,” de justificação do “novo” mercado de trabalho, incentivando o desenvolvimento de atributos para o empreendedorismo. Negligenciando explicitamente funções de desenvolvimento dos fundamentos científicos do processo de trabalho, ou seja, os conteúdos e as práticas consideradas modernas no tão divulgado “novo” mercado de trabalho.

<sup>42</sup> Os indicadores econômicos do Estado pontuam que cerca de 12% da população estava desempregada (550 mil pessoas) em 2005, quando em 1995 e 1999, respectivamente, esse número era de 265 mil e 450 mil. No período, o índice de desemprego no Paraná cresceu acima de 70%, e mesmo considerando os principais fatores que levaram a esse quadro, como o baixo crescimento da economia, o aumento da produtividade sem elevação de salários, a baixa competitividade no mercado externo, os juros altos e a carga tributária (DIEESE, 2005).

trabalhadores, contra o mesmo. Contudo, nossa análise irá privilegiar como estudo de caso a região de Londrina.

#### **4.1 AS LIDERANÇAS SINDICAIS PARANAENSES E OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS AOS TRABALHADORES DE 1998 A 2002**

Antes de expor a compreensão das lideranças sindicais, sobre os cursos de qualificação, vamos pontuar o porquê optamos por entrevistas. Tivemos por objetivo compreender os meios e o processo que acarretou as mudanças na relação trabalho e educação profissional dentro do projeto neoliberal, juntamente com as respostas dadas pela ação sindical. Buscamos a análise, relacionando-a com as perspectivas que permeiam o debate sobre as políticas sociais.

O material fornecido pelas entrevistas abertas permitiram que pudéssemos fundamentar a análise do objeto levantando as condições objetivas (transformações no padrão de acumulação capitalista que sempre impõem novas formas de intensificar a exploração dos trabalhadores), bem como, as condições subjetivas (as propostas que estão sendo implantadas pela ação sindical no sentido de respaldar os pressupostos neoliberais dentro desse estágio, de regulamentação e acumulação do capitalismo e as conseqüências que estas propostas estariam acarretando na base da ação sindical, as disposições, as idéias dominantes, as críticas a esse estágio da regulamentação, o alcance dessas críticas).

Assim, trabalhamos com a historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservando suas especificidades (PAULO NETTO, 1996). Os estudos revelaram que as raízes da crise sindical atual podem ser compreendidas a partir das transformações no padrão de acumulação capitalista, que sempre impõem novas formas de intensificar a exploração dos trabalhadores. Portanto, quando falamos em gênese histórica e particularidades do processo, estamos falando que a “parte” educação e ação sindical, compõem um movimento histórico maior (a totalidade), que pode ser apreendido no desenvolvimento do capitalismo. A “parte” se constitui no “todo”, e obviamente, compõe e contribui para a constituição do “todo”.

Dessa forma, no limiar do século XXI, a ação sindical enfrenta os impasses e desafios postos pelo processo de reestruturação, se preocupando, em particular com a educação profissional do trabalhador. A atuação em questão vem se delineando pela

antecipação de propostas no âmbito das políticas públicas, e de intentos de intervenção nas iniciativas empresariais dirigidas à área, com isso os trabalhadores paranaenses não estão fora desse contexto.

Podemos agrupar as iniciativas das ações sindicais, no que se refere a educação profissional, em três tipos distintos. O *primeiro grupo* das iniciativas educativas que não se diferenciam dos cursos regulares conveniados, ora com o Senai, Sesc, Sesi etc., ora com os órgãos públicos (governos municipais, estaduais etc.) e entidades assistenciais; o *segundo grupo*, os de iniciativas que surgem a partir dos anos 90, autônomas em relação às estruturas e propostas institucionais.

Tais iniciativas, poderiam ser classificadas da seguinte maneira, quanto aos objetivos a que se propõem e ao público a que se destinam: *Subgrupo A* – iniciativas na perspectiva da chamada "formação contínua", destinadas aos trabalhadores empregados, com o objetivo de capacitá-los para novas qualificações (em decorrência das mudanças tecnológicas e novas formas de organização e gestão do trabalho) e/ou melhorar suas condições de concorrer no mercado de trabalho; *Subgrupo B* – iniciativas de reciclagem para trabalhadores desempregados; *Subgrupo C* – cursos técnicos regulares para jovens (em idade escolar) voltados para os filhos dos associados e abertos à comunidade local; *Subgrupo D* – cursos de formação profissional, de caráter mais intensivo, destinados à população adulta de baixa renda (de caráter intensivo) na comunidade; *Subgrupo E* – iniciativas de alfabetização para jovens e adultos; *Subgrupo F* – iniciativas de formação profissional voltadas para as necessidades da própria organização: programa de cooperativas do Movimento Sem Terra. Essas iniciativas, em termos de abrangência, embora abarquem uma gama diferenciada de propostas e atividades no campo da formação profissional, ficam restritos àquelas promovidas pelos maiores sindicatos dos grandes centros urbano-industriais.

Já o *terceiro grupo* inclui as escolas estruturadas e reconhecidas pelos órgãos educacionais competentes, mas que, por serem mantidas com recursos de entidades sindicais de trabalhadores, cujas diretorias promoveram discussões políticas sobre sua natureza e função, estão passando por processos de reestruturação e redimensionamento. Idealizadas para atender prioridades político-culturais que fazem parte do horizonte dos trabalhadores, estão sendo reestruturadas com a introdução de inovações curriculares, metodológicas e nas formas de gestão. Tais experiências, recentes e embrionárias, na

concepção de Souza (2005, p. 19):

[...] são numericamente pouco expressivas e revelam a preocupação política de setores mais organizados do movimento sindical brasileiro em se envolverem com a elaboração de propostas em defesa da escola popular e pública, capaz de atender aos interesses da classe trabalhadora brasileira, criadas a partir de seus espaços de governabilidade.

Contudo, no Estado do Paraná, observamos que as atuações do movimento sindical (Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores) inserem no primeiro grupo. São cursos já ofertados por setores da área privada, ou seja, do Sistema S (SENAR, SENAC, SESI, SENAT, SESC).

Para entender como a ação sindical atuou no período analisado conversamos com 16 lideranças sindicais. No entanto, foram feitas apenas 08 (oito) entrevistas. Tivemos dificuldades em encontrar as lideranças sindicais filiadas CUT que participaram da organização dos cursos na época, pois quando procurados estavam com muitos compromissos de trabalho.

Os sindicatos filiados a Força não demonstraram nenhuma resistência em responder as questões. Dessa forma, foram entrevistadas seis lideranças de sindicatos filiados a Força Sindical (Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina e o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de Londrina<sup>43</sup>; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Londrina (SIEMACO); Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, Regiões Norte e Oeste do Paraná; Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina). E duas lideranças sindicatos filiados a CUT, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e 01 (uma) liderança do Sindicato dos Bancários de Londrina e membro da Federação dos Bancários representando as regiões de Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti. Enfatizamos que a proposta apresentada consistiu em entrevistar lideranças sindicais que estivessem envolvidas com os trabalhadores da área privada, ou seja, aqueles que não têm estabilidade no emprego e estão em constante risco de perder o trabalho.

---

<sup>43</sup> Os dois representantes acompanharam a entrevista, mas apenas uma mencionou sobre os cursos.

## 4.2 CONTRADIÇÕES NAS FALAS DAS LIDERANÇAS SINDICAIS SOBRE AS AÇÕES DAS CENTRAIS NA OFERTA DE CURSOS DE “QUALIFICAÇÃO”

Ao percorremos os sindicatos londrinenses, observamos que as ações das centrais no tocante a oferta de cursos de formação profissional ofertados na região, atenderam alguns sindicatos. Veja que as centrais não conseguiram atender de forma equitativa todos os sindicatos filiados, apesar de que segundo THOMAZ Junior (2000) desde que o governo FHC reordenou a educação e suas diretrizes, as principais entidades sindicais, com destaque para as centrais, se inserem para disputarem algumas fatias do bolo<sup>44</sup> do FAT/PLANFOR que, aliás, significou elevada monta de recursos.

Mediante o quadro, fomos buscar sindicatos que teriam passado pela experiência de montar turmas para atender as especificações das centrais. Em Londrina os Sindicatos filiados a CUT, exceto o sindicato dos bancários, são em maioria, sindicatos dos trabalhadores dos serviços públicos, por isso as falas sobre as experiências com cursos de qualificação são de lideranças sindicais dos bancários.

Os sindicatos filiados a Força Sindical<sup>45</sup> são da área privada<sup>46</sup>.

Em princípio, pretendíamos averiguar a participação dos sindicatos filiados as centrais: cutista e da Força Sindical, a fim de verificar a participação desses sindicatos no processo de expansão dos Programas de Educação Profissional do PLANFOR. O resultado foi no mínimo interessante.

---

<sup>44</sup> Conforme informações divulgadas pelo CODEFAT, somente no ano de 1999, a distribuição de recursos entre as centrais foi a seguinte: Força Sindical (FS) R\$18 milhões, Central Única dos Trabalhadores (CUT - R\$ 16,5 milhões, Central Geral dos Trabalhadores (CGT) - R\$5 milhões e a inexpressiva SDS, R\$ 4 milhões). Já em 2000 a CUT recebeu 35 milhões, enquanto a FS que obteve 38 milhões. Em 2001 a CUT recebeu R\$30.000.000,00 e a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. No último ano 2002, antes do governo Lula fazer os cortes, a CUT recebeu cerca de R\$35.000.000,00 e a FS embolsou R\$38.000.000,00 (vide capítulo dois).

<sup>45</sup> Enfim, a parceria entre capital e trabalho é o horizonte máximo da Força Sindical. O sindicalismo de enfrentamento deve ser substituído pela busca de harmonia, tanto quanto possível, entre assalariados e proprietários. De forma sintética, pode-se dizer que um sistema satisfatório de relações entre capital e trabalho deve ser capaz de propor mecanismos de arbitragem eficientes entre os interesses de trabalhadores e empresários e entre os interesses destes grupos sociais e o Estado, induzir ganhos de produtividade e criar condições para que esses aumentos sejam, pelo menos em parte, apropriados pelos trabalhadores através do aumento do salário real. Também a noção de cidadania abraçada pela Força Sindical é muito parecida com aquela esposada pela formalidade liberal, que faz abstração das determinações mais agudas (ou seja, as distintas posições decorrentes da estrutura de classes) dos chamados agentes econômicos (GRACIOLLI, [s.d.]).

<sup>46</sup> Quanto a não presença de sindicatos do funcionalismo público isso decorre em virtude da Força Sindical ter se constituído com uma prática política que defendia as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho, das reformas da previdência do setor público e da reforma administrativa, sem falar que no momento da adesão dessa central ao neoliberalismo, havia toda uma campanha com a finalidade de depreciar a figura do funcionário público, para privatizar todas as empresas estatais (TRÓPIA, 2002).

O Sindicato dos Bancários filiado a CUT, ofertou cursos de qualificação aos seus filiados até meados de 2000, após esse período permaneceram com os cursos de formação para formadores. Isso se deu em virtude de contratempos, e a liderança entrevistada expôs que:

*“[...] conseguimos os recursos e o funcionamento que foi um pouco complicado, porque, agora eu não sei como está, era aprovado o projeto e aí o projeto ia pra... como é que chama quando abre concorrência pública, para licitação para as empresas, que iam concorrer e era o menor preço que ganha. Então o que acontecia é que nós tínhamos a demanda, só que a gente não conseguia acompanhar a qualidade desses, exigir a qualidade, porque em cima daquela demanda, a secretaria abria o processo de licitação, a empresa que ganhava era de menor preço, e muitas vezes, nós do sindicato que tinha a maior demanda, tinha que arcar com materiais, com tudo, e a empresa venceu a licitação, mas não oferecia qualidade dos cursos. [...] como é prazo aí vencia, por exemplo, o processo de licitação demorava pra sair, a gente já tinha a lista de demandas lá, aí o curso de repente aprovava e vinha o recurso você tinha, a secretaria tinha aquela obrigação de gastar em dois meses, um curso de 70 hs, 90 hs tinha que ser dado em um mês, então foi bastante complicado isso. Tinha turmas que a gente tinha que remanejar, e os sindicatos, os 10 sindicatos tiveram problemas, porque com a menor eles tinham que arrumar estrutura desde xerox até oferecer café né, espaço, lanche pra pessoas e avaliação que a gente fez por isso mesmo.” (Entrevistado 8- filiado a CUT).*

Além de não romper com os propósitos de dar mais conhecimentos ao trabalhador para facilitar a sua exploração do trabalho, os recursos liberados esbarravam na lentidão da burocracia. Nesse sentido, a Federação achou importante tomar o seguinte procedimento.

*“A avaliação que a gente teve assim que era muito ruim assim, foi bom em certo ponto, trouxe né, os bancários viram um outro papel do sindicato, papel de cidadão, mas a utilização desses recursos a gente achou muito precária, [...] nós lá da FETEC não demos continuidade por conta disso assim, e o que a gente buscou fazer com os sindicatos é buscar outras formas de dar essa qualificação profissional, que é fazer é parcerias com entidades escolares, fazer credenciamentos assim né, e oferecer pros bancários sócios uma forma de convênios com várias entidades de formação e tal, e acho que isso acho que trouxe um melhor resultado.” (Entrevistado 8 - filiado a CUT).*

Nota-se que o problema residiu no fato dos sindicatos não ter conseguido em tempo hábil, pegar os recursos e assim aplicar a formação em questão, ou seja, os cursos

de inglês, espanhol, informática. A preocupação foi interromper os cursos por conta das dificuldades acarretadas pelos trâmites burocráticos, e não porque estava dando continuidade ao discurso oficial, pelo contrário.

*“Era muito ruim assim, foi bom em certo ponto, trouxe né, os bancários viram um outro papel do sindicato, papel de cidadão, mas a utilização desses recursos a gente achou muito precária [...]”* (Entrevistado 8 - filiado a CUT).

Cursos esses que não aparecem com a preocupação, pelo menos no discurso da liderança, em ter conteúdos que se oponham ao conceito neoliberal da empregabilidade, ou mesmo com a recuperação da educação básica e a elevação da escolaridade dos trabalhadores, investindo no desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias, que articulem a educação básica com a formação profissional, para que se convertam em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade para a educação que os trabalhadores concebem e defendem. O diferencial foi que passaram a encaminhar os trabalhadores para fazerem os cursos com outras entidades, provavelmente o Sistema S (SENAR, SENAC, SESI, SENAT, SESC).

Percebemos, por conseguinte, que a ação sindical cutista nesse caso, tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais tão apregoados e inseridos no contexto de reestruturação produtiva. Isso acontece porque a noção de qualificação, proposta pela educação profissional, prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnico-teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

Contudo, encontramos sindicatos que se desfiliam e estão ligados, agora, a outras centrais, ou são autônomos. A Força Sindical foi a central que mais teve perda de filiados. Encontramos uma lista no site da Força Sindical que mostra sindicatos filiados, desses havia informações de 10 sindicatos filiados.

REGIONAL NORTE			
Entidade	Categoria	Presidente	Cidade
SIND.TRAB.IND.VESTUARIO APUCARANA E REG.	INDÚSTRIA	MARIA LEONORA BATISTA	APUCARANA
SIND.TRAB.IND.ALIM.APUCARANA E REGIAO	ALIMENTAÇÃO	ERNANE GARCIA FERREIRA	APUCARANA
SIND.SERV.PUBL.MUN.ARAPONGAS	PÚBLICO	CARMEM SUELI MAZARON	ARAPONGAS
SIND.TRAB.IND.ALIM.ARAPONGAS E ROLANDIA	ALIMENTAÇÃO	NATALINO PINHEIRO BARBOSA	ARAPONGAS
SIND.TRAB.RURALS FIGUEIRA	RURAL		FIGUEIRA
SIND.TRAB.IND.FABR.ALCOOL JACAREZINHO	INDÚSTRIA	JOSE RAMOS VASCONCELOS	JACAREZINHO
SIND.TRAB.IND.FABR.ACUC.ALIM.JACAREZINHO	ALIMENTAÇÃO	VANDERLEY GOMES REZENDE	JACAREZINHO
SIND.EMPR.EMP.ASSEIO CONSER.LONDRINA E REGIÃO	ASSEIO	IZABEL APARECIDA DE SOUZA	LONDRINA
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DE LONDRINA	APOSENTADOS	ANTONIO DIAS LOBATO	LONDRINA
SIND.EMPR.CONDOMINIOS E IMOB.DE LONDRINA**	TURISMO	JOÃO DE DEUS CORREIA	LONDRINA
SIND.EMPR.COM.HOTEL.SIMILARES LONDRINA**	TURISMO	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.GRAFICAS EMP.JOR.LONDRINA**	INDÚSTRIA	REGINALDO CESAR DE CAMPOS	LONDRINA
SIND.EMPR.EMP.REF.COL.REG.NOR.OESTE PR.**	OUTROS	DORIS ANDRADE DA CRUZ	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.FIAÇÃO TECELAGEM LONDRINA **	INDÚSTRIA	CARLOS ROBERTO DUARTE	LONDRINA
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LONDRINA**	METALÚRGICO	SEBASTIÃO RAIMUNDO SILVA	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.ALIM.AFINS C.S.LONDRINA	ALIMENTAÇÃO	FRANCISCO CARLOS FERREIRA	LONDRINA
SIND.EMPR.POSTO COMB.DER.PETR.LONDRINA	DIVERSOS	VERA LUCIA SILVA	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.ALIM.PORECATU	ALIMENTAÇÃO	CELSO FERNANDES DE MATTOS	PORECATU
SIND.TRAB.IND.ALIM.AFINS JAGUAPITÃ	ALIMENTAÇÃO	CLAYSON RAMOS MATTOS	JAGUAPITÃ
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DA FORÇA SINDICAL CORNELIO PROCOPIO	APOSENTADOS	MAURO DE PAULA RAMOS	CORNELIO PROCOPIO

Fonte: <http://www.forcasindical-pr.org.br/index.php?endereço=entidades.php&edregional=3>

**\*\* Sindicados filiados a Força Sindical que atenderam a pesquisadora**

No total entrevistamos oito representantes de sindicatos. Sendo que desses, quatro sindicatos estavam se desfiliando da FS. O Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina, o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de Londrina, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, regiões Norte e Oeste do Paraná. Apenas o sindicato dos gráficos não havia oficializado o descredenciamento da Força Sindical.

Os motivos de desligamento são variados, contudo apenas um quis registrar o porquê da saída da entidade da Força Sindical.

*“Na verdade a gente continua lá com proposta de filiação, lá tem lá só que a gente não cumpre, já não tá mais participando, até porque as centrais, elas monopolizaram os comandos Rio - São Paulo, ela é voltada mais para o sindicato dos metalúrgicos, então coisa, ela não vem de encontro aos anseios do trabalhador gráfico. Então, nos achamos por bem nós ausentarmos temporariamente, até pra ver o que vai se decidir futuramente, o que vai acontecer com as centrais, hoje elas já estão legalizadas, vamos ver o que, qual vai ser as ações delas daqui pra frente.”* (Entrevistado 2 - filiado a FS)

Ao perguntarmos sobre a atuação da ação sindical na oferta dos cursos observamos que as ações das centrais sindicais não apenas em Londrina, mas em outras regiões eram ou são, em sua maioria, pertencentes ao *Subgrupo A* – iniciativas na perspectiva da chamada "formação contínua", destinadas aos trabalhadores empregados, com o objetivo de capacitá-los para novas qualificações (em decorrência das mudanças tecnológicas e novas formas de organização e gestão do trabalho) e/ou melhorar suas condições de concorrer no mercado de trabalho; e ao *Subgrupo C* – cursos técnicos regulares para jovens (em idade escolar) voltados para os filhos dos associados e abertos à comunidade local.

Vejamos que, os sindicatos filiados a Força Sindical ao utilizar os recursos do FAT, ofereceram cursos na chamada formação contínua, e na realidade esses cursos, no período analisado, segundo as lideranças foram destinados para:

*“[...] todas as áreas. Tinha para área de turismo, hotelaria, alimentação, metalúrgico tinha várias áreas. Cursos de telemarketing, curso de recepcionista de hotel, de garçom, injeção eletrônica, montagem de computadores.”* (Entrevistado 5 - filiado a FS).

*“[...] desde 2001, dados cursos de informática que além do trabalhador comum se estende a seus familiares também. Até os 16 anos pode se fazer os cursos de informática na nossa escolinha própria, custeado é, por recursos próprios do sindicato do empregados em comércio hoteleiro e também dos empregados em condomínios.”* (Entrevistado 1 - filiado a FS).

*“[...] ele é aberto pro dependentes da pessoa desde que tenha mais de 16 anos. Porque o mercado oferece hoje diz que a empregabilidade é depois dos 16 anos.”* (Entrevistado 2 - filiado a FS).

*“[...] voltado sempre pro seus associados e pro seus dependentes, o trabalhador da base metalúrgica sempre tem. Sempre a gente tá procurando havendo procura assim, interesse em tá realizando esses cursos, a gente procura montar turmas já e trazer os cursos.”* (Entrevistado 5 - filiado a FS).

Observamos com base nos relatos dos filiados a FS, que tais cursos não eram abertos a comunidade geral. Já os cursos ministrados pela CUT, não na região de Londrina, já buscavam atender outros grupos sociais. Segundo um entrevistado o sindicato no qual ele é filiado quando recebeu dinheiro do FAT começou a trabalhar:

*“[...] uma espécie de pequeno colégio, acho também que é uma pequena, vamos dizer assim, talvez colônia, não nas férias. Acho que são 80 meninos, que, meninos assim com, são família abaixo da linha da pobreza. Então está lá, mantém a escolinha, a escola. Então, esse o sindicato do Bancário de Curitiba, já o de São Paulo trabalha com a FENABAN, com os meninos de rua.”* (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Veja que as iniciativas são para cumprir o papel do Estado, que com o passar do tempo está se eximindo de responsabilidades com a educação dos filhos do trabalhador e daqueles que estão sobre a sua tutela ou política assistencial, como os meninos de rua. São ações paliativas destinadas a minimizar a pressão social sobre a questão do emprego e dos próprios cursos de qualificação.

O Sindicato dos Bancários da região de Londrina ofertou cursos:

*“[...] de inglês, nós fizemos a partir daí um projeto de qualificação profissional para os bancários, incluindo cursos de inglês, espanhol, informática com várias etapas.”* (Entrevistado 8 - filiado a CUT).

Na entrevista, a liderança colocou que foi a pedido dos próprios filiados. Outra entrevistada expôs que seu sindicato ofertou cursos diversos, desde:

*“[...] de matemática financeira, cursos de dança, curso de língua, cursos de várias coisas com recursos do FAT [...].”* (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Ao mesmo tempo em que percebemos um conformismo, vemos também nos relatos dos entrevistados, questionamento sobre a finalidade desses cursos feitos com recursos do FAT, que para alguns são formas de:

*“Agora, na verdade, esses são trabalhos, do meu ponto de vista dentro daquela linha de responsabilidade social. São trabalhos dentro dos limites do capital. Trabalhos que são na verdade pra esconder a grande miséria, da exploração, a grande opressão, que o capital faz com os trabalhadores.”* (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

*“[...] se a proposta era ampliar a consciência daquele trabalhador, em relação à vida sindical, eu não acredito, eu acho que muito pelo contrario, deturpou porque a pessoa não vê o sindicato mais como um instrumento de luta, e de reivindicação e luta, e de transformação social, mas vê o sindicato com um prestador de serviços que vai lá por cursos a disposição pra pessoas estarem se aperfeiçoando em alguma área, então particularmente eu tive essa crítica em relação à participação do sindicato nesses projetos dos FAT.”* (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Talvez o fato de ser lideranças militantes da CUT há certo tempo, e tendo como base de formação a defesa da apropriação do conhecimento, o direito à educação como direito inalienável, como condição necessária não apenas a participação ativa do trabalhador nas políticas de geração de emprego e renda, mas também como medida de suas possibilidades no exercício pleno da cidadania, fez com que não conseguissem executar quando aplicada na prática os cursos de qualificação.

Uma das questões que nos preocupava era saber como e para que os recursos do FAT tinham ido. Dessa forma, vimos que foram investimentos em cursos que já são ofertados pelo Sistema S, ou pelo próprio SINE (Sistema Nacional de Emprego) e a rede privada, não inovando tanto assim, pois na verdade foram atividades formativas, que indicam intervenções pontuais, emergenciais de curta duração, ou seja, um tipo de formação profissional sem preocupação com a educação básica. Servindo ao aprofundamento da precarização das relações de trabalho e convertendo-se em adestramento dos trabalhadores; “adestramento” cujo modelo tem sido historicamente desenvolvido pelo sistema S, a serviço do capital, para formar mão-de-obra e não para formar trabalhadores, a partir de abordagens conceituais de direito social e cidadania, condição *sine qua non* para o pleno exercício da cidadania e para o debate e o embate por políticas públicas de geração de emprego e renda.

Os cursos mais ofertados foram o inglês, espanhol, montagem de computador, dança, matemática financeira também foram ofertados no período de análise. Conforme, podemos averiguar na maioria dos relatos das lideranças sindicais tais cursos não inovaram, não qualificaram no sentido apreendido por Karl Marx, de dar subsídio aos trabalhadores, para que estes viessem a conhecer o processo produtivo na sua totalidade, e sim condições para dobrar suas funções parcelares, e muito menos havia dentro do curso possibilidade de discutir e auxiliar os trabalhadores a compreender as transformações das relações de trabalho.

Contudo, observamos no discurso de algumas lideranças sindicais que esses cursos não resolveram e nem amenizaram o problema. Aceitam esses cursos impostos pelas centrais, a contragosto, visto que os cursos não atendiam as demandas mais emergentes de todos e sim para alguns ou os trâmites burocráticos atrapalhavam uso correto dos mesmos. A insatisfação das lideranças não tinha a ver com o fato de tais cursos não serem voltados para a apropriação do conhecimento social e historicamente acumulado, assim como o conhecimento científico e a produção tecnológica, direitos inalienáveis dos trabalhadores.

Entretanto, as lideranças de sindicatos filiados as Força Sindical foram muito enfáticas sobre o assunto. O sindicato responsável pela FS que repassava as atividades entendia que estava tudo ocorrendo nos conformes. Vejamos a fala.

*“[...] eram feitos uma pesquisa, vendo qual a necessidade, de qual área que necessitava mais né. isso é dividindo entre todos os segmentos dos sindicatos filiados: alimentação, vestuário, fiação, metalúrgicos, gráficos, saúde. Então, é analisada assim de maneira geral, pra região o que precisa. Já os cursos do sindicato, que são realizados pelo sindicato são depende do interesse da categoria, então nós sempre deixamos assim, se as pessoas interessadas, hoje, por exemplo, eu quero curso de inglês, vamos tentar fechar uma turma. Se fechar a turma geralmente a gente tenta realizar.”* (Entrevistado 5 - filiado a FS).

Nem todos os filiados foram atendidos. Uma vez que as centrais deixaram em segundo plano a preocupação com escolaridade básica, aqueles que não tinham nenhuma escolaridade nem foram convidados a aprender novos conhecimentos, que os tornassem mais polivalentes, ou seja, foram excluídos na participação desses cursos, apenas as lideranças do sindicato o fizeram.

Em princípio alegou que

*“[...] por falta de estrutura a gente não tinha essa estrutura na época, nós tínhamos aquele a outra parte de lá, mas sim não está fora dos planos não, temos planos sim. [...] não, nós aqui do sindicato participamos [...], nos cursos de computação [...]. Eu participei de cursos na área da saúde, saúde da mulher, participei de um curso de beleza, participei, [...] participei de vários cursos para sindicalista, para a formação sindical.”* (Entrevistado 3 - filiado a FS)

Contudo, no decorrer da entrevista a mesma expôs que:

*“[...] enquanto sindicato eu acho que tem muito mais a ser feito, muito mais a ser feito em relação a Educação mesmo, é nos temos a nossa categoria por ser, não é uma categoria baixa, longe de mim querer menosprezar, mas a nossa categoria a maioria das pessoas são muito simplória, elas são assim bem simplória mesmo, no sentido real da palavra, então eu acho que deveria ser implantado pra todas as pessoas da nossa categoria, é ensino, desde o primeiro ano até uma qualificação maior, [...] gostaria que os sindicatos se unissem e dessem essa chance para o trabalhador, porque nós temos trabalhador na nossa categoria, que para assinar o nome dele, ainda usa a almofada de carimbo né, então, não, né mas é ainda muito constrangedor uma pessoa que não é que não tem uma formação escolar nenhuma, então acho que deveria começar do alicerce.”* (Entrevistado 3 - filiado a FS).

Isso porque a Força Sindical é uma das centrais que em tese, alegam que a Formação Profissional e a escolarização estão atreladas e por conta disso, juntas, devem responder aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos.

Em outras falas temos lideranças que fecharam turmas, para participação, mas eram cursos impostos que vieram.

*“De cima pra baixo não. Nós não tivemos, até porque essa situação de cima para baixo, não foi muito proveitosa, é não vou dizer assim em regra geral né, pelo menos para nós não. Porque todos os cursos que a gente solicitou tiveram poucas vagas e não atendeu as demandas [...]”.* (Entrevistado 1 - filiado a FS).

Outra liderança filiada a Força Sindical expôs que:

*“Pediram o que a gente precisava, nós elaboramos a nossa pauta, mas fomos atendidos em nenhum item do que a gente precisava que era pra área gráfica, ao não ser o básico de informática, mas o básico de informática ele não contempla.”* (Entrevistado 2 - filiado a FS).

Aproveitamos o ensejo, para indagar sobre a qualificação, ou seja, se tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Observamos que a reflexão das lideranças sindicais sobre a qualificação em si tem pontos de vista divergentes, mas o resultado final foi o mesmo, quer dizer, estão fazendo algo com relação ao emprego. Contudo, sem buscar empreender um debate mais crítico sobre a situação do mundo do trabalho, pois consideram o trabalhador muito alienado da realidade, e com pouco interesse.

Para eles ou é

*“[...] complexo na verdade para o trabalhador entender toda essa sistemática, por mais que você queira é ter boa vontade de fazer essas explicações e toda essa coisa aí, ela realmente é meia confusa na cabeça do trabalhador. O trabalhador tem as coisas mais simples, ele entende bem é, vamos dizer assim o mercado de trabalho por oferta e da procura. Você entende, essa situação de enxugar é postos de trabalho, né, substituindo homem pela máquina é uma coisa mais complicada né, isso já vem desde lá do tempo da lavoura quando vou erradicado o café, e o maquinário passaram a ir fazer as plantações de soja, daí o homem veio para a cidade e ficou meio desamparado. É uma situação meia caótica ai vamos dizer com relação a esse entendimento.”* (Entrevistado 1 - filiado a FS).

Ou a

*“ [...] atuação do sindicato, e também vai depender das lideranças, que estão no sindicato se a liderança que está ocupando, fazendo o papel de formador, e que vai contratar os cursos técnicos e que vai transmitir para aquela base sindical, se fizer todo um preparatório com aqueles trabalhadores que estão inscritos no curso até poderia haver esse diferencial né, mas eu conheci as pessoas que estavam envolvidas, em alguns deles, e eu não percebo essa capacidade revolucionária, essa preocupação de conscientizar, na verdade era pra cumprir um protocolo e justificar a entrada daqueles recursos na maioria dos casos.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).*

Ou melhor, isso ocorreria se o instrutor ou o professor de determinado curso fosse da base sindical, e tivesse essa preocupação como bandeira de luta, assim o espaço para pensar essas questões criticamente seria utilizado.

Alem do mais para essa liderança a:

*“[...] pessoa vai dar o curso de inglês ou de espanhol, ele não está preocupado em transmitir a luta de classe ou as contradições do sistema, as dificuldades da relação capital/trabalho, ele vai lá pra ensinar a língua espanhola ou a língua inglesa, e para ele é importante aquilo, a transmissão daquele conhecimento técnico, então eu não vejo e mesmo assim na área de informática, da matemática financeira e mesmo porque eu não vejo em que espaço do curso de matemática financeira que aquela, aqueles alunos e aquele professor ou professora vão ter a oportunidade de parar agora, não vamos mais discutir esse assunto vamos discutir o sistema, então mesmo porque esvaziaria o curso, porque as pessoas que estão indo fazer o curso, eles já não estão propensos a debater política eles vão lá pra adquirir aquele conhecimento técnico que é necessário no trabalho dele.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).*

Caso se busque realizar a conscientização ou uma educação emancipadora depende

*“Então a atuação do sindicato, e também vai depender das lideranças, que estão no sindicato se a liderança que está ocupando, fazendo o papel de formador, e que vai contratar os cursos técnicos e que vai transmitir para aquela base sindical, se fizer todo um preparatório com aqueles trabalhadores que estão inscritos no curso até poderia haver esse diferencial né, mas eu conheci as pessoas que estavam envolvidas, em alguns deles, e eu não percebo essa capacidade revolucionária, essa preocupação de conscientizar, na verdade era pra cumprir um protocolo e justificar a entrada daqueles recursos na maioria dos casos.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).*

Nesse caso enquanto os sindicatos não conseguissem romper com a lógica do capital na área educacional, como expõe Mészáros (2005) não será possível se realizar uma educação de aspiração emancipadora.

Contudo, há aquelas lideranças que pertencem a tendências mais à esquerda da CUT, que concordam que a gestão dos recursos deve estar a cargo dos trabalhadores, mas não concordam com a participação da central na formulação e gestão dos cursos de qualificação (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Tanto que em uma das falas essa liderança se posicionou alegando ser:

*“ [...] contra o sindicato é fazer qualificação sócio profissional.”*  
(Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Ele observa que

*“[...] quem tem que fazer isso é o patrão, quer dizer, não vai fazer a sócio, mas pelos menos a profissional. Eu acho quem tem que qualificar é o capital, porque o trabalhador vai ser subordinado a ele, nós achamos que o capital tem que fazer, hoje o livre dinheiro do FAT não tem que ser usado pro capital qualificar [...].”* (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Ele entende que esses investimentos devem ser feito de forma a retomar as bandeiras históricas de combate ao desemprego, redução da jornada de trabalho, "reforma agrária já e sob o controle dos trabalhadores" e a construção do socialismo (THOMAZ JUNIOR, 2000). Contudo, compreende que o uso do recurso do PLANFOR deve ser voltado para a construção do socialismo, ou seja:

*“[...] hoje tem a economia solidária que é um espaço que no nosso ponto de vista é a volta da construção do socialismo, [...] que na nossa concepção estratégica são cooperativas, então organizar todos esses complexos de cooperativas que a gente fala e qualificar os trabalhadores, porque na verdade a nossa mão de obra está na miséria, é o povo do sem carteira, não tem, é pouca escolaridade, pouca qualificação, nenhuma poupança.”*  
(Entrevista 6 - filiado a CUT).

Nota-se uma mudança na forma e na destinação dos recursos que na verdade não irá romper com a lógica capitalista, pois até que ponto formas de economia solidária, como a operação através de cooperativas, seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista por conta das “fraturas” de um regime de acumulação insustentável, como em espaços mais expressivos da dinâmica de reprodução das economias contemporâneas (TAUILE, 2001).

Entendemos que há, de fato, nestas economias (“solidárias”) inúmeros novos condicionantes e nuances de seu funcionamento que indicam possibilidades efetivamente viáveis de adoção bem sucedida e difusão mais significativa de formas novas e

alternativas de organização social da produção. Porém, ao livre sabor de uma economia de mercado, não adianta fazer considerações ou juízos de valor social se tais alternativas não forem economicamente viáveis; nesta hipótese, elas somente poderão ser adotadas caso se considere a possibilidade de intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais (TAUILE, 2001).

Então como construir um outro espaço econômico, uma vez que como disse o próprio entrevistado:

*“[...] isso tem que ser transformado,[...] com o espaço econômico junto com a economia capitalista neoliberal, é como um copo de azeite e água, são coisas diferentes [...]”. (Entrevistado 6 - filiado a CUT).*

Contudo, para que elas funcionem há necessidade de contar com a intervenção e patrocínio do Estado, só que na atualidade, está se tornando inviável, visto que existe uma diminuição da intervenção estatal nas seqüelas da questão social e a compensação se dá via crescimento da intervenção da sociedade civil. Enfim são elementos que devem ser repensados.

Ainda sobre a questão do espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise das relações de trabalho, no processo de reestruturação produtiva, ouvimos de uma liderança de sindicato, filiada a Força, responsável em repassar, no período os cursos, a seguinte argumentação que os mesmos conseguiam dar uma base crítica sobre as questões do trabalho, ou seja:

*“[...] em todos os cursos, nós temos inclusive uma parte de cidadania. Sempre no início do curso, são dois dias passando essa parte de cidadania, mostrando os direitos e deveres de cada um.” (Entrevistado 5- filiado a FS).*

Tivemos acesso a um dos materiais utilizados, cujo nome é Dicionário de Cidadania. No material encontramos mensagens sobre paz, ética, moral, igualdade, solidariedade. A parte, que foi mencionada pela entrevistada 5, sobre cidadania, na verdade não é um texto propriamente, e sim um verbete, extraído do Dicionário, que define a cidadania como “Qualidade de cidadão. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho dos seus deveres.” (FORÇA SINDICAL DO PARANÁ, [s.d.], p. 18).

Contudo, esta definição se encontra junto a outras também extraídas no Dicionário Aurélio, como democracia, ética, moral, lei, valor, sociedade, solidariedade, políticas públicas. Verifica-se que não tem nenhuma informação a mais, que suscite no leitor

uma reflexão mais crítica sobre a realidade, na qual o trabalhador está inserido. Apenas propagandas sobre as principais lideranças que ocupam cargos de destaque na executiva da central, e maneiras de como a secretária e recepcionista devem se portar no ambiente de trabalho, desenvolvendo várias funções.

O fato de não se perceber a importância de um esclarecimento maior sobre as questões do trabalho na contemporaneidade, se dá em virtude da Força Sindical reproduzir o discurso oficial de qualificar para se manter ou conseguir um emprego. Esse discurso está tão visível que a liderança filiada a Força Sindical reforça que:

*“A qualificação profissional é a base para tudo, pra você continuar, se manter no mercado de trabalho ou até mesmo se inserir dentro do mercado de trabalho e o sindicato tem um papel importantíssimo nisso, porque ele é um representante, ele é que representa o trabalhador, então ele o sindicato que tem que buscar, tem que oferecer isso, pra população.”* (Entrevistado 5 - filiado a FS).

A central cumpre a risca o papel de legitimar as políticas focalizadas e compensatórias, colocando o sindicato como agente responsável em criar condições que corroborem para a empregabilidade do trabalhador. Interessante é que a maioria comunga desse discurso, cada um a sua maneira, mas sem rompimento ou um olhar crítico.

Veamos as falas:

*“[...] em parte, eu acho que em parte e não totalmente porque não depende só da qualificação e não acho que é só a qualificação, que vai, vamos dizer o seguinte, melhorar as condições do trabalhador é um conjunto de situações que vai fazer isso ficar um pouquinho melhor [...].”* (Entrevistado 1 - filiado a FS).

*“[...] procuro estar orientando o meu trabalhador, o trabalhador da área gráfica, a si profissionalizar, quanto mais melhor porque o mercado é exigente, então não fique parado achando que sabem tudo, que todo dia tem coisa nova, principalmente como eu já frisei, a área gráfica todo dia tem alguma coisa nova. O esclarecimento já esses curso que o sindicato proporciona, então a pessoa, o trabalhador ele deve enxergar se tem uma um caminho para ele seguir, se vai ser benéfico, então que se engaje nisso e faça realmente, se valer da sua experiência, dos seus conhecimentos, para tar em primeiro lugar no mercado de trabalho, porque quem não souber trabalhar fica fora mesmo.”* (Entrevistado 2 - filiado a FS).

*“Eu acho que a questão desse tipo de programa de qualificação não dá pra gente medir o alcance positivo disso tudo, a questão sim é que se movimentam as pessoas [...].”* (Entrevistado 4 - filiado a FS).

*“[...] toda a participação tem que ser 100% ou seja, os sindicatos têm que dar condições ao cidadão de fazer os cursos, de aprender ou de se qualificar, mas consciente de que ele terá um trabalho ou não.”* (Entrevistado 3 - filiado a FS).

Com relação ao discurso das lideranças<sup>47</sup> filiadas ou a CUT, há um olhar mais crítico, contudo não rompe com o que está aí, apesar de saber do quadro. Vejamos:

*“Há uma culpa daquele desempregado, porque ele acha que ele não, ele está sendo demitido porque ele não tem a qualificação que a empresa exige, mas na verdade não é isso, o desemprego é estrutural mesmo, a gente sabe que tem uma massa de, essa de massa de operários, de trabalhadores que estão fora do mercado, é uma massa altamente qualificada, então já foi feito pesquisa sobre isso que a maior parte dos desempregados são pessoas com nível superior, então que não conseguem, terminam a faculdade com muito custo, mas não conseguem se colocar no mercado de trabalho [...].”* (Entrevistado 8).

Mesmo lideranças mais críticas não rompem com os pressupostos, não rompem com a lógica do capital e muito menos com o fato do sindicato estar cumprindo as funções do Estado. Até porque a CUT abandonou uma postura de maior enfrentamento, optando por soluções paliativas e compatíveis com a lógica do capital (GALVÃO, 2006). Aliás, os sindicatos já inculcaram a função de gestor.

Com isso, observa-se que há tendências mais moderadas da CUT que defendem abertamente tanto a gestão tripartite do PLANFOR e dos recursos do FAT como um todo, como também a participação ativa na qualificação do trabalho, com a ressalva que essa deve ser integrada à educação básica e que não seja adestradora (THOMAZ JUNIOR, 2000). Entretanto, verifica-se a adesão ao sindicalismo propositivo que assumi novas tarefas, como a prestação de serviços ao trabalhador, se apresentando com um sindicalismo cidadão.

Outras lideranças filiadas a Força Sindical, não abrem mão de gerenciar os recursos públicos. Apenas em alguns casos exigem mais autonomia para usá-los, ou que não fiquem na dependência da central.

Veja essa fala:

*“Poderia estabelecer uma parceria como sindicato, o governo poderia carrear, recursos direto para o sindicato, não precisava ser via central sindical, poderia ser um recurso direto para o sindicato aplicar, porque nos enquanto sindicato de categorias diferentes a gente sabe onde está o nosso futuro trabalhador, nós sabemos, podemos carrear esse recurso, todo esse trabalho, pois já temos experiência, nós sabemos lidar com as pessoas, sabemos qual é a necessidades, nossa trabalhadora ela tem filhos jovens, elas tem filhos adolescentes.”* (Entrevistado 4 - filiado a FS).

---

<sup>47</sup> Essas lideranças pertencem ao grupo mais à esquerda da CUT que concordam que a gestão dos recursos deve estar a cargo dos trabalhadores

De qualquer forma, nota-se que as centrais não se revelaram sintonizadas, o que pode ser atestado através das avaliações precisas que lhes permitam intervir com eficácia para coibir o desemprego, ainda mais para adequar a demanda por emprego aos cursos sistematizados de requalificação profissional, que estão se ampliando sobremaneira, reproduzindo os postulados assistencialistas, muito fortemente arraigados na cultura sindical brasileira (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Diante disso, consideramos que, a participação do sindicalismo<sup>48</sup> na qualificação do trabalho não é seguida, ou não tem a contrapartida de ações políticas específicas e de grande envergadura, capaz de preparar as entidades sindicais para intervirem diante aos desafios iminentes, portanto quaisquer que sejam, a central não influi na escolha dos conteúdos, dos objetivos pedagógicos e técnicos, bem como no perfil do trabalhador que se quer atingir, não influenciando também sobre as condições favoráveis do mercado de trabalho e da política macroeconômica do governo (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Nesse sentido, um aumento da vulnerabilidade das entidades do movimento sindical, que se desdobra da seguinte maneira: a central fica dependente do Estado, o sindicato, da central e conseqüentemente, o trabalho continua preso às amarras do capital e os riscos para a classe-que-vive-do-trabalho são *incalculáveis*. Sendo assim, pelo menos duas dimensões da questão devem ser aprofundadas. A primeira delas, trata-se da complexidade das articulações entre as concepções em pauta sobre requalificação profissional que, de um lado, são defendidas no âmbito estatal e público, na área de ação da SEFOR, e de outro lado defendidas pelas entidades do movimento sindical. O debate aberto e amplo deve ocupar o centro das atenções, para que então, sem rodeios, possa se discutir abertamente as diferentes avaliações em pauta (incluindo as formas de gestão dos recursos financeiros), a ponto de esclarecer os trabalhadores sobre os principais apontamentos que tanto o Estado pretende implementar, quanto as entidades privadas, mas em especial as sindicais (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Porque até então, as centrais sindicais como disse uma entrevistada, não

---

<sup>48</sup> Com isso não se está negando a importância da confrontação com o Estado e com a burguesia. O que se põe em relevo é que é possível sim, os sindicatos e as centrais lutarem para que haja transparência na gestão dos recursos públicos e que esses estejam prioritariamente sob fiscalização direta dos trabalhadores, como é o caso do FAT. Deve comparecer na análise, a distinção entre gestão "tripartite" dos recursos e lisura na sua gestão - o que de pronto, colocaria um basta nos anunciados desvios de recursos públicos para o sistema S - da responsabilidade de sinalizar o perfil ideal do trabalhador, para essa ou aquela atividade, comprometendo-se também a tornar-se dependente das verbas do FAT, absurdamente centralizadas pelas centrais, o que gera em alguns casos, disputas, pois as entidades sindicais independentes podem ser alijadas do esquema (THOMAZ JUNIOR, 2000).

fizeram nenhuma reflexão, o que acontece elas fazem apenas execução, ou seja:

*“Não houve possibilidade de reflexão sobre absolutamente nenhum dos itens acima citados, na verdade os sindicatos apenas fizeram o papel de inscrever pessoas e mandar para o curso. Neste processo os recursos vieram do FAT que repassaram pela a central nacional e a central nacional encaminhou para a central estadual, que posteriormente encaminhou para as regionais. a contribuição dos sindicatos parceiros foi em recursos financeiros para cobrir despesas de custeio. sobre o montante geral não tive acesso á essas informações.”* (Entrevistado 4 - filiado a FS)

Dessa forma, ao se pretender a qualificação do trabalho, antes de despertar somente as atenções para as questões que costumeiramente se apresenta, faz-se necessário estimular a sociedade e fundamentalmente os trabalhadores, nesse momento, para se discutir sobre qual (is) o (s) formato (s) de organização societal capaz (es) de redescobrir os sentidos, que sustentam a lógica destrutiva do capital. A começar pela reflexão sobre a eliminação da superexploração do trabalho<sup>49</sup>. Assim, estar-se-ia diante de outra lógica do metabolismo societário (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Em suma, analisamos que para que isso ocorra será preciso uma mudança drástica, porque segundo os discursos das lideranças sindicais não há por parte dos filiados um interesse em se organizar, eles estão preocupados em manter o seu trabalho. Veja essas falas:

*“ [...] algumas pessoas sim, algumas pessoas se manifestam, comentam, demonstra qual a sua opinião, outras já se inculcam, não gostam de comentar, tem gente, hoje infelizmente no Brasil, as pessoas não gostam de falar de política, não gostam de comentar nem religião essas coisas, então algumas pessoas sim, a gente observa.”* (Entrevistado 5 - filiado a FS)

*“O trabalhador ele reclama pra você, olha a hora que chega na hora do pega pra capar mesmo, ele pergunta já, como já perguntarem para mim, num caso de uma greve que propus, uma greve numa empresa. E se o patrão me mandar embora você vai lá comprar o arroz na lá em casa? Mas não é eu que tenho que ver isso você quer comprar meio quilo, ou que me pagar cinco quilos se pra você tiver bom comprar de meio quilo em meio quilo, então não posso mudar sua vida, não posso te ajudar.”* (Entrevistado 2 - filiado a FS).

---

<sup>49</sup> Nos momentos que se antepõem diante de nós, para discutirmos o que ensinar e por que aprender e aproveitar, nada mais providencial do que refletirmos profundamente, temas que se sobrepõem a esses assuntos e que estão sendo abolidos do dia-a-dia da luta política sindical e dos cursos de formação política.

Percebemos que as lideranças também estão desanimadas com o quadro predominante, e algumas estão mais preocupadas em manter suas posições de diretoria dentro do sindicato.

#### 4.3 AÇÃO SINDICAL E OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NA GESTÃO LULA

A Força Sindical foi a central mais afinada com o governo Fernando Henrique Cardoso. Defendeu abertamente o "maior acordo do mundo" para pagamento das perdas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), além de apoiar a proposta de "flexibilização" da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A situação da central mudou com o governo Lula, em virtude dos cortes feitos na distribuição dos recursos do FAT.

Mesmo sem esses recursos a mais, em Londrina, alguns sindicatos filiados as essas centrais continuam a prestação de serviços com a participação do empresariado, Sistema S, DIEESE, etc. e através da contribuição mensal dos filiados.

O Sindicato dos Metalúrgicos tem dado continuidade aos cursos. Contudo, são cursos mais pontuais. Veja a fala:

*“Nós temos sempre, trazemos qualificação profissional, tanto pros diretores qualificando, nós fizemos até cursos do DIEESE, feito agora de negociação coletiva, curso de PLR (Participação em Lucros e Resultados), mas sempre estamos montando turma de informática básica, secretariado que é uma turma quem está em andamento, voltado sempre pros seus associados e pros seus dependentes, o trabalhador da base metalúrgica sempre tem. Sempre a gente tá procurando havendo procura assim, interesse em tá realizando esses cursos, a gente procura montar turmas já e trazer os cursos.”*  
(Entrevistado 5 - filiado a FS).

A Força Sindical perdeu espaço na gestão Lula para a corrente majoritária<sup>50</sup>, pertencente a Central Única dos Trabalhadores, que segundo Galvão (2006) faz uma crítica

---

<sup>50</sup> A CUT, é hoje, uma entidade fragmentada, e poderíamos até afirmar, desprovida de qualquer identidade aglutinadora de suas diferentes facções. A explicitação inequívoca de tal fragmentação decorreu da profunda crise em que está mergulhado o mundo do trabalho, e em parte, dela decorreu. Esta fragmentação, cujo germe, na realidade, remonta ao tempo de sua fundação, tornou-se, gradativamente mais aguda. Ela gestou, portanto, no âmbito da própria central, a partir da ação de agentes e de agências a ela vinculados que, agora, apoiados na hegemonia conquistada, movem-se em direção a interesses distintos daqueles que constituíram suas bandeiras iniciais de luta (RUMMERT, 2005).

superficial ao governo, denunciando os efeitos colaterais da política econômica, como desemprego elevado e a queda na renda, mas não exige a ruptura do modelo adotado.

Contudo, são essas facções que apóiam o gerenciamento dos recursos governamentais para qualificação dos trabalhadores. Assim como, também acreditam que o fortalecimento da identidade política e metodológica cutista é fundamental para o seu posicionamento em defesa da classe trabalhadora, considerando-se o novo contexto da correlação de forças na disputa em torno de um novo modelo de desenvolvimento em nosso país.

Ao ser notificada sobre os cortes de repasses, a CUT se manifestou com grande preocupação, visto que acreditavam estar usando os recursos do FAT, para melhorar as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, que vem sofrendo com a exploração do desemprego e da informatização dos vínculos de contratação. Até porque isto implica que os trabalhadores e as trabalhadoras que constroem a CUT estejam inseridos em distintos espaços, públicos e privados, realizando uma intervenção propositiva qualificada, que se desdobre em ações concretas na sociedade, na política e na cultura. O objetivo maior da Política Nacional de Formação é aquele que aponta para a consolidação do projeto político e sindical da CUT em todas as suas dimensões. (CONCUT, 2003).

Contudo, entendemos a centralidade que as ações da CUT passaram a expressar no âmbito da educação da classe trabalhadora, e que não resultou de um significativo processo de compreensão, por parte da maioria das entidades cutistas, da importância da problemática da educação básica e profissional, em decorrência de seu papel essencial para a formação integral dos trabalhadores, tendo em vista a construção de uma reação contra-hegemônica aos ditames do Capital.

Não significou, assim, a expressão de uma plena valorização da temática educacional, mas decorreu, sobretudo, de uma ênfase conferida por pelo menos duas vertentes externas: a exigência explicitada pelo capital, de que a classe trabalhadora apresentasse maior grau de escolaridade e qualificação e a política pública de formação profissional implementada pelo governo federal, que possibilitou o acesso, por diferentes agências da sociedade civil, entre elas as sindicais, a significativos recursos oriundos do FAT. (RUMMERT, 2005).

Por um lado, não devemos ignorar o fato de que, ao longo da vigência do PLANFOR, embora o montante de recursos tenha se alterado de modo significativo a cada ano, comparativamente, a CUT recebeu uma parcela significativamente menor, em relação por exemplo, ao recebido pelo Sistema S, e menos do que a Força Sindical, para realizar as ações

de formação profissional. Por outro lado, é necessário registrar que, apesar disso, tais recursos eram bastante expressivos para a agência, num período de ampla retração do emprego formal, e conseqüentemente, de redução de arrecadação pelas entidades sindicais.

Vários estudos demonstram que o volume de recursos destinados à CUT para o desenvolvimento das ações educativas, ao longo dos últimos anos, vem superando, em muito, o orçamento anual de várias entidades sindicais. Tal aspecto mobilizou de forma significativa vários setores da Central, que viram no FAT uma via de ampliação de recursos para o movimento sindical (RUMMERT, 2005).

De qualquer forma, os recursos do FAT distribuídos via PLANFOR nesse período, apesar de permitirem as entidades sindicais ampliar espaços, criar escolas, contudo, não auxiliou a resgatar os trabalhadores para a defesa de seus direitos, como direito a um emprego, mas sim, a ser “adestrado” para ser mais polivalente no trabalho, ou até mesmo empreendedor. Sendo assim, não se buscou a realização de uma educação emancipatória, mas uma confluência com a ação do empresariado e do governo na busca de formação/qualificação profissional como fator de produtividade e de competitividade de empresas (SOUZA, 2006).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX, passamos por várias transformações nas relações de trabalho, oriundas das novas formas de trabalho inseridas nas empresas, no setor produtivo, com novos padrões organizacionais e tecnologicamente avançados, resultado na introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como, da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (Antunes, 2000).

Sendo assim, tais mudanças tiveram um forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando a precarização e o enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva (DRUCK; FIQUEIRAS; NEVES, 2000). Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital.

O desemprego crescente tende a reforçar a não negociação com os trabalhadores diante as formas e conseqüências da reestruturação produtiva. A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação, buscando outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação e requalificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

O quadro delineado em funções desses fatos já citados faz com o movimento sindical brasileiro, que em outros momentos tinha um perfil - em especial a CUT - combativo (reivindicativo - econômico), passe a mudar para um modelo mais defensivo, pautado em ações moderadas, nas quais se enfatiza mais as reivindicações realistas, a negociação e o fortalecimento da sociedade civil (BILEK, 2004).

Temos, na atualidade, um movimento sindical que não está mais limitado a negociar os direitos dos trabalhadores, mas também a gerir, principalmente, os fundos e as cooperativas, desenvolvendo assim o sindicalismo gerencial. Sindicalismo esse de dirigentes que executam políticas definidas em outras instâncias, por exemplo, no âmbito do capital e do Estado (BILEK, 2004).

Os sindicatos passam a gerir formas orientadas e delineadas pelo capital, e formas essas resultantes da crise do próprio sistema capitalista. Lembrando que por conta dessa crise todas as instituições estão sendo remodeladas, para auxiliar no processo de recuperação da acumulação, incluindo os sistemas de ensino. Sendo assim, a educação

profissional tem um papel de destaque, pois ao invés de ajudar a constituir um processo formativo integral que busca compreender a problemática social do trabalhador, como sujeito de direitos e de ações na sociedade, reduzem-no a mera condição de capital humano em formação (SINDOCEFET, 2005), promovendo e criando condições para a privatização dessa área de ensino. No lugar dos sindicatos reagirem fortemente contra essas iniciativas e ao fechamento desse espaço público destinado a educação profissional, passam a assumir o gerenciamento e execução de cursos rápidos de qualificação profissional, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[...] e com os próprios empresários de educação profissionalizante [...] Além de executarem uma política de formação extremamente excludente, ajudam a reforçar o caráter ideológico dado a falta de qualificação, indicada como causa de emprego para muitos trabalhadores. (BILEK, 2004, p. 120).

Essa situação foi sendo delineada à medida que construímos nossa análise, apesar de ter enfrentado muitas dificuldades para entrevistar os dirigentes e lideranças responsáveis pelos sindicatos filiados às centrais: CUT e FS. Tanto que o número de entrevistados cutistas foi pequeno, mas significativo, enquanto os outros (sindicatos filiados a Força Sindical) foram mais participativos e menos resistentes. Verificamos que a qualificação profissional promovida pelos sindicatos em especial a FS, apresentou e apresenta (uma vez que mesmo sem recursos do FAT ainda estão em andamento) na realidade, uma forma de adaptar o trabalhador a ser mais flexível no trabalho, ter mais habilidades com equipamentos, ser mais vigilante das máquinas, visto que, o curso de informática tem sido a vedete, quando abertos aos sindicalizados e seus dependentes.

Observamos também nos relatos que nem todos os sindicatos filiados às centrais, principalmente a FS, foram atendidos com os cursos de “qualificação”, devido o grau de instrução dos filiados. A liderança e presidente do sindicato, em princípio alegou que o sindicato não tinha estrutura para fechar turmas e receber os cursos. No fechamento da entrevista percebemos que era por conta da dificuldade dos filiados que tiveram pouca escolaridade ou nenhuma.

Contudo, os cursos em questão não tinham a finalidade de abarcar conhecimentos que fornecessem condições de escolarizar esses trabalhadores, vejamos então que a FS teve no período dificuldade em conciliar discurso e prática, visto que em seus documentos o enfrentamento dos desafios do contexto atual, faz de acordo com a integração

entre os sistemas produtivo e educacional, no sentido de que a formação profissional e a escolarização, juntas, respondam aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos.

Nesse sentido, por que os filiados desse sindicato permaneceram de fora, cabendo apenas as suas lideranças dirigentes participarem dos ofertados. Por isso, consideramos que a política de formação adotada foi excludente, porque não atendeu a todos e sim uma minoria.

E os cursos foram direcionados apenas para complementar a formação do trabalhador com mais um conhecimento parcelar e não total, nesse sentido, se faz necessário pessoas que já tenham a base escolar, leitura e escrita solidificadas, para que não se perca tempo, visto que os cursos são de curta duração dentre 40 a 100 horas.

Desta forma, a análise que fizemos dessas ações defensivas no campo das políticas públicas foi que a ação sindical não rompeu com o projeto neoliberal, ou seja, as propostas implementadas pela ação sindical tenderam a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. E isso ocorre porque a noção de qualificação e requalificação, trabalhada pela educação profissional prende-se à flexibilização do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo.

Tem-se uma continuidade nas ações dos capitalistas e do Estado ou podemos dizer uma grande parceria estimulada por diversos interesses. O Estado subordina a educação profissional visando tornar essa modalidade educativa um trampolim para a modernização das relações de trabalho, mas sem a sua participação no sentido de gerenciar e executar tais ações. Tem-se o processo de desresponsabilização e abertura a parcerias multipartites, paritários, etc., nos conselhos, coordenadorias. Nesse sentido, ele apenas fomenta e articula as políticas globais e repassa para o gerenciamento da sociedade civil, em especial aos sindicatos.

Ao olharmos como eram as ações do movimento sindical, quando na sua formação no país tem se um quadro bem diferente da atualidade. A educação era uma bandeira de luta para garantir e melhorar as condições de trabalho e a reivindicação de direitos sociais e não apêndice do sistema capitalista. Passado quase um século da articulação entre ação sindical e a educação no Brasil tem se um quadro em que movimento sindical “bebe” e “comunga” dos pressupostos ditados tanto por capital, como empresários e agências internacionais e, por órgãos estatais como a Secretaria de Formação (SEFOR).

Os cursos organizados e ofertados pela ação sindical vêm ao encontro com interesses desses segmentos da sociedade, no sentido de adestrar e treinar os trabalhadores. Apesar da Força Sindical usar na introdução das apostilas verbetes sobre cidadania, ética, democracia, etc. acreditando que estavam inserindo conhecimentos que complementem a vida dos trabalhadores no sentido de melhorar de forma individual. Entretanto, na verdade, são conceitos importantes demais para estimular o pensar crítico dos trabalhadores no coletivo, do que usá-los somente para conformação do quadro em que se encontram as relações de trabalho.

Mesmo dentro da reflexão das lideranças mais críticas cutistas que não concordam inteiramente com as ações, mas também não procuraram desenvolver outras atuações que rompessem como quadro, ao contrario no período em que os recursos do FAT foram disponibilizados a preocupação eram conseguir realizar os cursos 100%, sem relacionar dentro ou do curso de dança ou matemática financeira questões sobre a realidade do trabalhador.

Algumas lideranças se preocuparam em culpar o trabalhador, que não gosta ou tem medo de expor, exigir direitos, não gosta de falar sobre essas questões, etc. Mesmo assim, avaliamos que houve uma omissão de todos no processo, não só da classe trabalhadora, mas das organizações da mesma, que aderiram sem muita resistência a ordem vigente, sem reforçar as bases, de forma a fortalecer para romper com esses medos, receios, etc. e assim estimular a participação mais crítica e resistir por mais tempos aos imperativos do capital.

Os cursos promovidos com recursos do FAT que poderiam ser usados para organizar os trabalhadores e assim preparar a resistência dos mesmos, tendo como bandeira a educação<sup>51</sup> profissional, foram utilizados para formar os trabalhadores para empregos precarizados. Sem a preocupação em informá-los sobre os perigos da reestruturação produtiva, das reformas: trabalhista e previdenciária.

Compreendemos então, que essa não informação do trabalhador ocorreu em virtude dos sindicatos não priorizarem nesses cursos para a formação sindical. Desse modo, abriu-se campo para se negligenciar a participação e discussão de um projeto político e educacional, voltado para emancipação. A preocupação da ação sindical residiu em captar recursos para manter a estrutura burocrática das centrais. Tanto que ao ser anunciado em 2003

---

<sup>51</sup> Uma educação que se fundamente dentro do processo de trabalho visto como principio educativo, com uma concepção de educação profissional politécnica, voltada para a formação omnilateral e o ensino integrado que objetivam uma formação humanizadora, visando à libertação, a inclusão e a transformação social.

o corte desses recursos as principais centrais receptoras (CUT e FS), ficaram exasperadas porque tiveram que fechar escolas, dispensar professores e instrutores, etc.

Uma outra questão que norteou o trabalho foi analisar se dentro do discurso da CUT havia um rompimento com relação a questão da empregabilidade. Haja vista que a FS tem a empregabilidade como bandeira de luta, ou seja, essa central trabalha a perspectiva que ao oferecer tais cursos eles estão seguindo caminho certo no sentido de preparar o trabalhador para enfrentar, com maiores chances de sucesso, a luta por um espaço no mercado de trabalho. Entendem que os cursos criam condições para garantir a empregabilidade e o desenvolvimento de cada cidadão (FORÇA SINDICAL PARANÁ, [s.d.]).

Já a Central Única dos Trabalhadores, em tese, analisa que o fato dos trabalhadores estarem fora ou dentro do mercado não é por ocasião de estar ou não qualificado, visto que não há trabalho para todos. Por conta disso, acreditam que o viés para resolver essa problemática seria através da Economia Solidária<sup>52</sup>. Não se observa na maioria dos relatos sobre a questão de estarem participando ativamente desse processo de formação profissional, tirando um espaço que por obrigação é de responsabilidade do Estado ou do capital. São poucas as lideranças que têm essa compreensão, dois entrevistados expuseram que quem qualifica é o capital. Ou que o sindicato poderia participar desse processo com parceiro sem interferência direta das centrais e como mediador. O detalhe é que o Estado utiliza os sindicatos e as centrais, assim como, os canais abertos na sociedade civil para não ter que arcar 100% com a responsabilidade.

Dessa forma, o quadro de qualificação trabalhado pelas centrais em estudo não abriu ou rompeu com a ordem vigente e muito menos se criou canais para se analisar criticamente junto com os trabalhadores a realidade imposta por essa ordem. Os sindicatos, assim como outras instituições sociais estão à mercê dos imperativos desse contexto de crise do capital. Desse modo, os cursos de educação profissional ofertados são formas de articular as necessidades do mercado as dos trabalhadores, ou seja, o próprio sindicato reforça a idéia de que é o curso que mantém o trabalhador em situação de emprego, e não expõe que há falta de empregos.

---

<sup>52</sup> Essa discussão extrapola os limites desse trabalho, mais informações ver texto Tauli (2005).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectiva do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J.S.(org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996. p. 109-161.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.15, nov. 2000, p. 1-24.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São paulo. Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/ult2001.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

ALVES, Giovanni. Desemprego estrutural e trabalho precário na era da globalização. **Boletim Eletrônico Economia Net**. Artigo aceito em 01/10/2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2006.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista**. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/globalization/toyota.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2000.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelo de competência: notas dialéticas. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 47-81.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Eder; GENTILE, Paulo. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ANDRADE, Flávio Anício. **A formação do “cidadão-trabalhador”**: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/gtteeaped/trabalhos/andradefl>> . Acesso em: 3 fev. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O avesso ao trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BALTAR, Ronaldo. Neoliberalismo, modernização empresarial e organização sindical. **Revista da ADUEL - Sindiprol**, Londrina, ano 1, n.1, p. 47-50, fev. 1996.

BANCO MUNDIAL. Documento das metas 2005. **Resumo sobre o Brasil**: progressos no desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br/indexphp/content/view/7.html>>. Acesso em: 7 abr. 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa [et. al.]. **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs.) **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 143-172.

BATISTA, Roberto Leme. A panacéia das competências: uma problematização preliminar. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação**: contradições do Capitalismo Global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 82-114.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Fim de Século. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, São Paulo, v.12, n.2 abr./jun.,1998. p.21-26.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. A transfiguração crítica. In: \_\_\_\_\_. **Valor e capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1980. Cap. 3.

BERNARDO, J. Integração econômica mundial e ilusões nacionalistas. In: \_\_\_\_\_. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000. Cap. 2.

BIANCHETTI Lucídio; PALANGANA, Isilda Campaner. Sobre a relação histórica entre escola e sistema produtivo: desafios qualificacionais. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262d.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BILEK, Luiz Lauro. **Mundialização do capital e crise do sindicalismo**: o caso do sindicato dos Bancários de Londrina (1985-2004). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Hucitec, 1991.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 maio. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2000**: repasse de recursos 2000. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2001**: repasse de recursos 2001. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2002**: repasse de recursos 2002. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CASAGRANDE, Nair. As transformações no mundo do trabalho na virada de século: qual a educação predominante?. **Revista Eletrônica Argumento**, v.1, 2004, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/tramse/argos/2004\\_04\\_19\\_trab.html](http://www.ufrgs.br/tramse/argos/2004_04_19_trab.html)>. Acesso em: 6 dez. 2005.

CATTANI, A. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n.5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo no fim de século. Economia e Sociedade. **Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, n.1, p.1-30, ago. 1992.

CONCUT (2000). Resoluções do 8º CONCUT. Disponível em <http://www.sindicato.com.br/7concut/textobase.htm>. Acesso em: 7 jun. 2006

CUT. A política da CUT sobre Formação Profissional. **9º plenária da CUT. 1999**. Disponível em: < <http://ilo.law.cornell.edu/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/sind/xvi/index.htm>>. Acesso em: 6 set. 2006.

CRUZ, Antonio. **Janela estilhaçada**: a crise de discurso do novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEBREY, Carlos. **A lógica do capital na educação brasileira**: a reforma na educação profissional (1990-2000). Goiânia: Alternativa, 2003.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, set/dez. 2001. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

DELUIZ, Neise; GONZALES, Wânia; Pinheiro. Ongs e políticas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, maio/ago. 2003

DIEESE. Formação profissional: um novo espaço de negociação. **Boletim nº 207**. 1998. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estago98.xml>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

DIEESE. **Nota à Imprensa**. São Paulo: DIEESE, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET> . Acesso em: 11 jan. 2005.

DRUCK, Graça; FIQUEIRAS, Luiz; NEVES, Laumar. Sindicatos e dirigentes sindicais na Bahia dos anos 90: diagnóstico e perspectiva. **Cadernos CRH**, Salvador, n.33, p. 143-178. jul./dez. 2000.

DESEP. **Emprego e renda**: evolução do mercado de trabalho em 1999; o mercado de trabalho no 1º trimestre de 2000, n.3 maio 2000.

EDUCAÇÃO de trabalhadores é pauta na CUT: entidade debate projeto de formação profissional e para a cidadania. **Informação em Rede**. São Paulo, ano 3, n.22. p. 1-14, nov./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 8 dez. 2005.

ESPOSITO, Mauricio. Poder sindical é dividido no FAT. **Folha de São Paulo**. 27 jul., quinta feira, 1999. Caderno Dinheiro B1.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. O diálogo entre economia e educação como chave para entendimento da aquisição da qualificação. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262d.htm>>. Acesso em: 22 de jan. 2006.

FERNANDES, Fátima; ROLLI, Cláudio. Sindicatos vão encolher com mudanças. **Folha de São Paulo**. 10 nov., quinta feira, 2002. Caderno Dinheiro B1.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucilia. O PLANFOR e a reconstituição da educação profissional. **Trabalho e Educação**. Revista do NETE. jul./dez.1999 e jan/jun 2000. p. 93-110.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação. In: GENTILE, Pablo. (org.) **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

FORÇA SINDICAL DO PARANÁ. **Secretária recepcionista com internet**. [Curitiba]: Coordenação Estadual de Qualificação, [s. d.].

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Edart, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: NOSELLA, Paolo. **Dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 13-25.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista.** São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILE, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FRIGOTTO Gaudêncio. Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.147, p. 7-14, out./nov. 1999.

FREYSSINET, Michel. A divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.1, n.2, p. 73-103, semestral. 1989.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxo. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, n.14, 2 sem. 2006.

GENTILE, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, Faculdade de Educação do Rio Grande do sul, v.20, n.1, p. 5-15, jan/fev. 1995.

GENTILE, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-42.

GONZALEZ, Cláudio. Sem verbas do FAT, centrais sindicais irão suspender centros de atendimento. **Revista Eletrônica Diário Vermelho.** Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0910/0910\\_centrais.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0910/0910_centrais.asp)>. Acesso em: 20 set. 2005.

GRACIOLLI, Edilson José. **O ideário neoliberal e a Força Sindical.** Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/Sindical.pdf>>. Acesso em: 17 dez 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. As transformações políticas: econômicas do capitalismo no final do século XX. In: \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 115-184.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 2002.

HERRERA, Rémy. O motor quebrado do crescimento. 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2003/10/01/motor.html>>. Acesso em: 8 dez. 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, São Paulo, v.12, n.2, p.27-32, abr/jun.1998.

IBGE. Censo de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 ago 2004

INVERNIZZI, Noela. **Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira**: tendências dos últimos vinte anos. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, DPC/IG. 2000.

JULIO, Marcelo. Crise do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação no trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 115-142.

KORNIS, George E. M. Entre o futuro do capitalismo e o capitalismo futuro: a long and winding road. **São Paulo em Perspectiva**, SEAD, São Paulo, v.12, n.2, p.92-99, abr./jun.,1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

KUENZER Acácia Zeneida. Desafios teóricos metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v.26, n.1, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252e.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

KUENZER, Acácia. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n.70, p. 17-33, abr. 2000.

KURZ, Roberto. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAIMER, Adriano Guedes. **Novo papel dos sindicatos**. São Paulo: LTr, 2003.

LEITE, Eunice M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lucia (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 20-42.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro: Revista de Estudos Socialistas**, São Paulo, p. 19-30, maio. 1999.

LIMA, Almerico – A CUT e os novos desafios da educação profissional. In: **A CUT e os novos desafios da Formação Sindical e da Educação**. Núcleo Temático Educação do Trabalhador. São Paulo, Escola Sindical/CUT, 2000. p. 70-76. (Série Formação Sindical em Debate; 3).

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano 18, n.60, p. 1-19, dez. 1997.

MANFREDI, Silvia. Desafios da CUT no campo da educação do Trabalhador. In: **A CUT e os novos desafios da Formação Sindical e da Educação**. Núcleo Temático Educação do Trabalhador. São Paulo, Escola Sindical/CUT, 2000. p. 70-76. (Série Formação Sindical em Debate; 3)

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo: o capital e suas determinações conceituais constitutivas**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. Disponível em: <<http://www.vinculando.org>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAGEL, Lizia Helena. **O conhecimento a serviço do desenvolvimento: uma "revolução" conceitual e prática (1997)**. Disponível em: <[http://www.urutagua.uem.br/ru25\\_conhecimento.htm](http://www.urutagua.uem.br/ru25_conhecimento.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2006.

PAULO NETTO, José. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria Conceição B; PAULO NETTO, Jose (orgs.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 64-93.

POCHMAN, Marcio; BARRETO, Reginaldo Muniz; MENDONÇA, Sergio Eduardo Arbulu. Ação sindical no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, SEAD, São Paulo, v.12, n.1, p. 10-24, abr./jun.,1998.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, José Waldir; OURIQUES, Nildo Domingues (orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2.ed. São Paulo, Xamã. [s.d]. p. 15-38.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. **Movimento sindical: passado, presente e futuro**. 2.ed. Brasília: DIAP, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, set. 2002

ROGGERO, Rosemary. Breve reflexão sobre as relações entre novas demandas de qualificação e formação profissional no movimento do capitalismo contemporâneo. **Boletim Técnico do Senac**, São Paulo, v.27, n.2, p. 1-18. maio/ago. 2000. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262e.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

RUMMERT, Sonia Maria. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital? **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 3, n.3, p. 1-25. 2005.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANDRINI, João. Desemprego entre os jovens atinge 32%. **Folha de São Paulo**. São Paulo, quinta feira, 14 set. 2006. Caderno Dinheiro B1.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller; Circulo do Livro, 1994.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. **EPSJV**, FioCruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/27/gt09/t095.pdf>> Acesso dia 06 de fevereiro de 2006

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. Antigos e novos campos da ideologia do capital na educação do trabalhador. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação**: contradições do Capitalismo Global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 82-114.

SANTOS, Eliana Maria dos. **Limites e potencialidade dos espaços institucionais democráticos**: a experiência do Conselho Estadual do Trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, a política multilateral e Nações Unidas. **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo, v.19, n.53, p. 30-48, jan/abr. 2005.

SAUL, Renato. As raízes renegadas da teoria do capital humano **Sociologias**, Porto Alegre., n.12, p. 1-26, jul./dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 31 jan. 2006.

SENAC. **Educação e trabalho**: a educação profissional no Brasil. São Paulo: SENAC. Disponível em: <<http://www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2006.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINDOCEFET. Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: uma análise crítica. **Cadernos de Debates**, Curitiba, abr. 2005.

SINGER, Paul. A dinâmica do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **O capitalismo, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo. Ed. Moderna, 1995. Cap. 3.

SINGER, Paul. Globalização e empregos: debate com Paul Singer (medidor). **Novos Estudos CEBRAP**, Brasília, n.45, p. 133-149, jul. 1996.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; PUC, 1996. p. 15-38.

SOUZA, Francisco Heitor de M. **Estratégias do Banco Mundial e definição de políticas educacionais no Brasil**. Disponível em: <[www.apropucsp.org.br/revista/r14\\_r04.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r14_r04.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2006.

SOUZA, Jose dos Santos. A nova cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 173-201.

SOUZA, José dos Santos. A nova institucionalidade da política de educação e ação sindical. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação: contradições do Capitalismo Global**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 299-342.

SOUZA, Maria das Graças Galvão de. **A complementação da escolaridade do trabalhador na empresa: uma experiência baiana**. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/gtteamped/20ra/GT09>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

SOUZA, Donaldo Bello de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. Novos cenários produtivos e a educação profissional: a perspectiva das centrais sindicais. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, maio/ago., 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262a.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2005.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **Globalização e educação: o ensino médio e sua atuação na Integração Nacional**. Monografia (Bolsa de Estudo da Fundação Milton Campos e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Menção Honrosa) – Brasília/DF, 1998.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **Trabalho, qualificação e as políticas para o ensino médio no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2000.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **O ensino profissionalizante nas políticas educacionais no Brasil e no Paraná**: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP - Prof<sup>a</sup>. Maria do Rosário Castaldi. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2003.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária: trabalho submetido ao seminário internacional. **Teorias de Desenvolvimento no Novo Século**. 2001. p. 1-18. Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf#search='economia%20solidaria'](http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf#search='economia%20solidaria)>. Acesso em: 10 out. 2006.

TAVARES, Maria Conceição. O dissenso de Washington: In: SOBRINHO, Barbosa Lima [et. al.]. **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 67-80.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?: uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v.63, n.69, p. 1-22, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm#dez>>. Acesso em: 3 jun. 2006.

TIRAMONTI, Guillermina. O cenário político e educacional dos anos 90: a nova fragmentação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.100, p.21-35, mar. 1997.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O neoliberalismo no sindicalismo**: uma análise das bases sociais da Força Sindical 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/download/Patricia1doc>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

WOLFF, Simone. A informática enquanto ferramenta da mundialização do capital. **Revista da Aduel-Sindiprol**, Londrina, n.4, jan./jul. 1999.

ZANETTI, Maria Aparecida. **Política educacional e LDB**: algumas reflexões (1997). Disponível em: <[www.milenio.com.br/ifil/Biblioteca/zanetti.htm](http://www.milenio.com.br/ifil/Biblioteca/zanetti.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2006.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**  
**Questionário com roteiro de entrevistas**

---

## QUESTIONÁRIO COM ROTEIRO DE ENTREVISTAS

---

### ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS LIDERANÇAS SINDICAIS NA CIDADE DE LONDRINA.

Sindicato \_\_\_\_\_ Filiado a Central: \_\_\_\_\_

***“Analisar sociologicamente, a relação Trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal e propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementadas pelo Estado e propostas e respostas da ação sindical submetidas ou não a tais políticas de formação/qualificação dos trabalhadores, no período que compreende 1998 a 2005, respectivamente, no Estado do Paraná”.***

- Quanto tempo participa do sindicato?
- O sindicato tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o sindicato oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?
- Quantas pessoas foram atendidas nesse período de 2001 ao primeiro semestre de 2006? O tempo de duração dos cursos? Quais áreas que esses cursos abrangem? Para que tipo de trabalho?
- Enquanto representante do sindicato, como Sr. (a) avalia a participação dos sindicatos na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr.(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?
- A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das indústrias ou dos trabalhadores?
- O fato de se ofertar via sindicato cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?
- Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais? Quem faz o que?

**APÊNDICE B**

**Texto com transcrição das entrevistas abertas feitas com lideranças  
sindicais**

---

**TEXTO COM TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS ABERTAS  
FEITAS COM LIDERANÇAS SINDICAIS**

---

**Sindicato:** Empregados de condomínio e imobiliários de Londrina

**Sindicato :** Empregados do Comercio, Hotelaria e Similares de Londrina

Filiação à entral: ex-FORÇA SINDICAL out /2005 e atualmente, filiado à Nova Central

*“Analisar sociologicamente, a relação Trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal e propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementadas pelo Estado e propostas e respostas da ação sindical submetidas ou não a tais políticas de formação/qualificação dos trabalhadores, no período que compreende 1998 a 2005, respectivamente, no Estado do Paraná”.*

**Entrevistado 1:** “Nós temos dois **Sindicatos**: o **Sindicato** dos empregados no comercio hoteleiro e similares de Londrina e os **Sindicatos** dos empregados em condomínio e imobiliários de londrina”

**Nilda:** E até este ano vcs estão filiados a Força Sindical?

**Entrevistado 1:** Não, não estamos mais filiados à força sindical , hoje nos pertencemos à Nova Central.

**Nilda:** Essa desfiliação foi quando, quando que ocorreu?

**Entrevistado 1:** A filiação da Nova Central, ela foi filiado no final do ano passado, mais ou menos em outubro do ano passado.

**Nilda:** Até em setembro vcs tinham ...

**Entrevistado 1:** Éramos ai filiados a Força Sindical.

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 1:** Na verdade eu tenho duas etapas. Eu tenho do ano de 1978, quando iniciei na área em (...) daí eu comecei a participar do **Sindicato** fui tesoureiro naquela época , depois eu sai um período e voltei em 89, no movimento sindical e estou até hoje.

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução especifico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 1:** na realidade a gente tem muito pouco, gente tem desenvolvido um trabalho ai, a gente acha que é pouco, poderia fazer muito mais, mas é muito dificultoso. Nós temos atualmente desde 2001, dados cursos de informática que além do trabalhador comum se estende a seus familiares também. Até os 16 anos pode se fazer os cursos de informática na nossa escolinha própria, custeado é, por recursos próprios do **Sindicato** do empregados em comércio hoteleiro e também dos empregados em condomínios .

**Nilda:** Esse presente está acontecendo desde 2001 até agora.?

**Entrevistado 1:** desde 2001 até a presente data.

**Nilda:** Quantas pessoas foram atendidas nesse período de 2001 ao primeiro semestre de 2006? O tempo de duração dos cursos? Quais áreas que esses cursos abrangem? Para que tipo de trabalho?

**Entrevistado 1:** olha foi um numero, vamos dizer assim, na escolinha de informática até nós fizemos uma reunião esses dias atrás ai, e achamos um numero ai próximo de 450 pessoas. Porque um o curso de informática naturalmente ele dura três meses aproximadamente, três meses, quatro meses, então na área de informática só em hotelaria 450 pessoas. Condomínio mais umas 150 a 200 pessoas aproximadamente.

**Nilda:** então esse curso é para pessoa ter noções de operar computador e para hotelaria no caso seria ?????

**Entrevistado 1:** é mesmo que a pessoa não tenha nenhuma noção, evidente ela vai ter essa noção básica nesse cursinho né .

**Nilda:** então, sim é mais na área de informática... na área de condômino também.

**Entrevistado 1:** na área de informática .... na área de condomínio também nós temos a área de informática porque são coligados os **Sindicatos**, independente vamos dizer assim cada **Sindicato** também tem um projeto, por exemplo, de comércio hoteleiros nós fazemos manipulação de alimentos né, ai já um outro segmento bem direcionado, né. Esse programa de alimentação segura, exigido pelo ANVISA, qualificação ai, um pouquinho, mais avançada. Em condomínio, em específico, cursos na área de portaria de condomínios, tanto portaria como zeladoria, faxineiro, também tem ministrado cursos também devo dizer que é em parceria com a SICOND.

**Nilda:** Sincond?

**Entrevistado 1:** Sincond, área de condomínios que é a área patronal

**Nilda:** **Sindicato** patronal ?

**Entrevistado 1:** **Sindicato** patronal na área de condomínios

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 1:** em parte, eu acho que em parte e não totalmente porque não depende só da qualificação e não acho que é só a qualificação, que vai, vamos dizer o seguinte, melhorar as condições do trabalhador é um conjunto de situações que vai fazer isso ficar um pouquinho melhor, não só a formação, muitas vezes se fala que olha precisamos de empregados com formação e tal, mas daí a condição financeira, a parte financeira, salário que é aquilo que vamos dizer o seguinte, que almeja o trabalhador não compensa né, por isso também, essa vamos dizer seguinte, mudança de ramo de atividade né, às vezes eu busco uma melhor condição e vamos dizer, condomínio não me dá essa melhor condição, vou para área hoteleira, onde eu também poderia aparentemente ser melhor, tem taxa de serviço, a tal gorjeta estimativa chamada. Eu acho que é mais ou menos por ai não só formação, formação é interessante mas não é a chave .

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das industrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 1:** não a própria entidade organizou, confesso que no passado tinha lá esse cursos profissionalizantes, ofertados pelas centrais, mais é nós pouco participamos dessa situação. Nos tínhamos mais condições próprias, sempre alocamos recursos próprio pra fazer esses cursinhos de formação.

**Nilda:** Vcs não participaram e esses cursos então, o Sr poderia dizer é mais amparado aqui nas exigências do mercado aqui então, não veio uma coisa de cima para baixo, não?

**Entrevistado 1:** de cima pra baixo não. Nós não tivemos, até porque essa situação de cima para baixo, não foi muito proveitosa, é não vou dizer assim em regara geral né, pelo menos para nós não. Porque todos os cursos que a gente solicitou tivemos poucas vagas e não atendeu . (...)

**Nilda:** O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 1:** é complexo na verdade para o trabalhador entender toda essa sistemática, por mais que vc queira é ter boa vontade de fazer essas explicações e toda essa coisa ai, ela realmente é meia confusa na cabeça do trabalhador. O trabalhador tem as coisas mais simples, ele entende bem é, vamos dizer assim o mercado de trabalho por oferta e da procura. Você entende, essa situação de enxugar é postos de trabalho, né, substituindo homem pela máquina é uma coisa mais complicada né, isso já vem desde lá do tempo da lavoura quando vou erradicado o café, e o maquinário passaram a ir fazer as plantações de soja, daí o homem veio para a cidade e ficou meio desamparado. É uma situação meia caótica ai vamos dizer com relação a esse entendimento.

**Nilda:** vocês já conseguiram fazer alguma discussão nessa área com eles, com os trabalhadores que vocês atendem?

**Entrevistado 1:** olha na verdade a gente sempre que possibilita na nossa assembléia a gente faz discussões desse sentido, mas é atinge, vamos dizer assim atinge uma minoria e não a maioria. Esse é um problema serio, os **Sindicatos** também tem que se refletir esse alvo.

**Nilda:** Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais?quem faz o que?

**Entrevistado 1:** Os recursos são alocados da própria entidade, da no caso de bares e hotéis tem uma verba destinado para esse fim, chamado formação de mão de obra, onde o empregador contribui com 2% da sua folha de pagamento mensal, a gente aloca essa verba para esses recursos. Na área de condomínios nós já não temos para a formação da mão de obra, a gente retira esses recursos da taxa assistencial, de reversão assistencial . então é mais dificultoso , vamos dizer, mas temos feito na medida do possível

**Nilda:** as máquinas, o espaço é tudo de vocês ou vocês alugam a sede de alguma outra entidade?

**Entrevistado 1:** não. Vamos dizer o seguinte, em questão de sala, a sala é própria nossa nós compramos a sala e instalamos lá, a máquina foi cedida pelo CDI. O CDI é que nos forneceu, vamos dizer, os computadores que temos na escola de informática.

**Nilda:** os profissionais da área , que você estava falando...

**Entrevistado 1:** os profissionais, ai, já foi um contato com o SENAC, e através do Senac que a gente ministra esses cursos, professores, o espaço do Senac , é e a gente só entra com a parte financeira .

**Apesar do entrevistado não ter mencionado, mas foi com recursos do FAT, via FS, que foi possível construir uma estrutura para receber os alunos que fariam os cursos de profissionalização.**

**Sindicato:** dos trabalhadores das Industriais em Gráficas do estado do Paraná  
Filiação á Central: FORÇA SINDICAL

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 2:** do **Sindicato** como presidente , eu participo a seis anos

**Nilda:** quais as ????

**Entrevistado 2:** no geral são 10 anos, 9 anos

**Nilda:** Vocês são filiados a Força Sindical ?

**Entrevistado 2:** no momento nós estamos sem filiação a nenhuma Central Sindical

**Nilda:** Vocês estiveram filiados a Força por quanto tempo?

**Entrevistado 2:** estivemos filiados a Força Sindical por sete anos.

**Nilda:** começou de que período a que período, mais ou menos o Sr lembra?

**Entrevistado 2:** 2000, 98, 2000 até um ano (2005) atrás. Na verdade a gente continua lá com proposta de filiação, lá tem lá só que a gente não cumpre, já não tá mais participando, até porque as centrais, elas monopolizaram os comandos Rio - São Paulo, ela é voltada mais para o **Sindicato** dos metalúrgicos, então coisa, ela vem de encontro aos anseios do trabalhador gráfico. Então, nos achamos por bem nós nos ausentarmos temporariamente, até pra ver o que vai se decidir futuramente, o que vai acontecer com as centrais, hoje elas já estão legalizadas, vamos ver o que, qual vai ser as ações delas daqui pra frente.

**Nilda:** Então é assim, vcs só não foram lá e falaram a gente não está mais vinculado a vcs estamos vinculados a outra entidade, vcs não oficializaram isso só se ausentarem de participar das atividades, porque a maioria das propostas é mais para o metalúrgicos, não contempla a classe que vcs representam

**Entrevistado 2:** não contempla a classe gráfica

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 2:** já tivemos até 2001, ate foi quando a Força nos proporcionava isso, junto numa parceria com a Força, qualificamos bastantes trabalhadores na área gráfica. Os cursos de inglês, espanhol, é, montagem e manutenção de computadores, injeção eletrônica, garçons, informática básica, né , fizemos bastante coisa ai, no passado e agora depois da copa, a gente já ta com previsão de voltar esses cursos. Tivemos aqui no ano passado, formando mos 17 pessoas na área de informática, o básico de informática e formamos uma pessoa já direcionada para as gráficas também, que é o arte finalista, onde ele aprendeu lá o Corel, Page Make, aprender a fazer as artes gráficas

**Nilda:** Esse trabalho era feito manual e aprendeu a usar o computador, usar os recursos do computador.

**Entrevistado 2:** no ramo gráfico a tecnologia ela todo dia ela tem uma nova no ramo gráfico, então a gente procura aperfeiçoar a pessoa, para ta.... o próprio, a própria classe patronal já está fazendo esse remanejamento dentro da gráfica, ao invés de dispensar usar a pessoa em outras funções ali.

**Nilda:** então não está tendo a dispensa eles aproveitam aquele corpo, os recursos humanos que eles tem..a

**Entrevistado 2:** aproveita a mão de obra que eles já tem ali que já entende um pouco.

**Nilda:** esses cursos ai no caso, eles só atendem quem está trabalhando ou é aberto as pessoas de fora

**Entrevistado 2:** ele é aberto pro dependentes da pessoa desde que tenha mais de 16 anos. Porque o mercado oferece hoje diz que a empregabilidade é depois dos 16 anos

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 2:** a gente, eu procuro sempre estar orientando o meu trabalhador, o trabalhador da área gráfica, a si profissionalizar, quanto mais melhor porque o mercado é exigente, então não fique parado achando que sabem tudo, que todo dia tem coisa nova, principalmente como eu já frisei, a área gráfica todo dia tem alguma coisa nova.

**Nilda:** o sr passa para aquela questão de que ele tem responsabilidade de se manter no trabalho ou assim olha procure se qualificar porquê o mercado está exigente tal, é uma coisa a mais que vc vai ter para se manter empregado, não que a responsabilidade é tua, e sim pra concorrer como os demais. Qual que é o esclarecimento, assim que vc, quando eles vêm conversar e tal?

**Entrevistado 2:** o esclarecimento já esses curso que o **Sindicato** proporciona, então a pessoa, o trabalhador ele deve enxergar se tem uma um caminho para ele seguir se vai ser benéfico, então que se engaje nisso e faça realmente, se valer da sua experiência, dos seus conhecimentos, para tar em primeiro lugar no mercado de trabalho, porque quem não souber trabalhar fica fora mesmo

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das indústrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 2:** basicamente era as exigências do trabalhador mesmo, o que ele pede para tar fazendo, o que ele acha que ta precisando melhor lá conhecimentos deles, enquanto a classe patronal nos ajudam mesmo é com o financeiro para ta formando essa mão de obra que é para ele mesmo, então nos não temos uma interferência deles, no que quer e no que não quer. Eles até as vezes querem uns cursos mais direcionados a área gráfica só que devido ao alto custo de material, matéria prima, que é tinta e papel não dá pra vc ficar ensinando e jogando fora, esse material. Tem que ter um reaproveitamento. Até eu propus para eles, que nos fizéssemos, o **Sindicato** criasse uma gráfica, compraria os equipamentos seria mais um ,

**Nilda:** um lugar de aprendizado

**Entrevistado 2:** e uma concorrência com eles desleal, né, rrsrsrs, que eu não teria os encargos eu não vou poder jogar fora o papel e a tinta, né.

**Nilda:** O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 2:** tem condições sim, quanto mais conhecimento tanto nessas questões previdenciária, eu mesmo até procure esclarecer ate politicamente,

evidenciando o contexto geral, procuro esclarecer todos, no que me perguntam, tudo e ai que eu entender procuro esclarecer a pessoa em tudo que puder ajudar a ser um cidadão conhecedor de direitos e de deveres.

**Nilda:** mas ai é ele quem vem atrás no caso, vocês não criam situações, não?.

**Entrevistado 2:** o **Sindicato** cria algumas situações sim.

**Nilda:** Nas reuniões assembléias

**Entrevistado 2:** nas assembléias principalmente, onde a gente tem na parte de assuntos gerais, onde a gente toca nesses assuntos para estar esclarecendo né.

**Nilda:** o que sr. percebe quando o assunto vem a tona

**Entrevistado 2:** na maioria das vezes a gente percebe uma apatia, conformado, conformismo com a situação, isso é inevitável, isso a gente não pode negar que não, não vou dizer que são todos, mas a maioria tem essa apatia, para mim ta bom

**Nilda:** isso que é cruel. imagino a gente que trabalha a tanto tempo quando fica ouvindo essas coisas como (...)

**Entrevistado 2:** o trabalhador ele reclama pra você, olha a hora que chega na hora do pega pra capar mesmo, ele pergunta já, como já perguntarem para mim, num caso de uma greve que propus, uma greve numa empresa. E se o patrão me mandar embora vc vai lá comprar o arroz na lá em casa? Mas não é eu que tenho que ver isso você quer comprar meio quilo, ou que me pagar cinco quilos se pra vc tiver bom comprar de meio quilo em meio quilo, então não posso mudar sua vida, não posso te ajudar.

**Nilda:** vocês trabalham com os empregados ou é da área patronal ?

**Entrevistado 2:** nos trabalhamos com os empregados.

**Nilda:** Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais? quem faz o que?

**Entrevistado 2:** na verdade o **Sindicato** ele corre atrás de tudo. Ele vê as empresas que vai dar os cursos, ele contrata as escolas dar os cursos, o patronal ele já tem uma verba pré-fixada que eles nos repassam anualmente para tar fazendo esses cursos, ai essa formação profissional né.

**Nilda:** nesse período em que vocês estavam com a CUT...

**Entrevistado 2:** com a Força

**Nilda:** até vc chegou a comentar, a Força eles ajudaram financeiramente em algum momento ?

**Entrevistado 2:** a Força ajudou financeiramente sim, com boa parte dos recursos que precisava. Só que foi uns cursos que para área gráfica mesmo, ele não teve assim, não foi direcionado para área gráfica. Ate que naquele momento a gente tava tendo uma rotatividade por ali no setor, então a gente entendeu que poderíamos estar proporcionando uma outra função pro gráfico

**Nilda:** vocês fizeram porque não tinha ver nada com a demanda de vcs, quais foram os cursos que eles ... então veio lá de cima então, não vieram aqui sentaram com vocês, quais os cursos que nós (...)?

**Entrevistado 2:** então, pediram o que a gente precisava, nós elaboramos a nossa pauta, mas fomos atendidos em nenhum item do que a gente precisava que era pra área gráfica, ao não ser o básico de informática, mas o básico de informática ele não

contempla .. e hoje nós proporcionamos o básico de informática pra quem nunca mexeu no computador e tal. Agora se já tem uma iniciação, esse já nos colocamos para fazer um programa específico lá pra gráfica, jornal

vamos dizer, os computadores que temos na escola de informática. Que a tendência do mercado gráfico que essas máquinas que hoje elas são operadas aí por dois, três pessoas, vai ficar para uma pessoa só.

**Nilda:** qual a reflexão que o sr faz dessa parceria da Força com os **Sindicatos** aqui no geral aqui, quando o Sr olhou a proposta deles e tal assim, que idéia o Sr teve mais ou menos?.

**Entrevistado 2:** eu sempre estive com o pé atrás com relação a todas as centrais, elas desvirtuou como estão tentando desvirtuar para venha o sindicalismo. A pessoa usa mais como degrau política partidária, um trampolim para política partidária, e a uma coisa que não tenho ambição política partidária não tenho, trabalho em **Sindicato**, não apoio e não gasto um centavo com isso. Então, as pessoas desvirtuaram para que serve realmente o sindicalismo, até esses cursos, na verdade, se for analisar a fundo dentro da minha visão, foge o para que o **Sindicato** existiu, essa função social não cabe, na minha opinião ao **Sindicato**, mas vc tem que proporcionar, já que não fazem isso, no Estado não funciona, vc tem que buscar com o mínimo de recurso que vc tem na mão vc tenta fazer alguma coisa.

**Nilda:** e essa parceria que se tem com o fundo de amparo ao trabalhador, seu olhar no tempo que o sr participou junto a Cut

**Entrevistado 2:** a Força

**Nilda:** o sr acha que acrescentou alguma coisa ao trabalhador?

**Entrevistado 2:** não sei de que forma foi feito isso não, de como foi distribuído, eu acho, o que chegou para nos aqui foi um dinheiro jogado no ralo. Eu não vi ninguém sair de lá formado, capacitado para alguma coisa não. Isso é no geral não só a Força

**Sindicato:** dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Londrina - SIEMACO

Filiação á Central: FORÇA SINDICAL

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 3:** 17 anos

**Nilda:** e nesse intervalo que vc tem participado, o sindicato tem algum projeto na área em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 3:** tem si ta o projeto já foi elaborado está em fase de término, vai ser lá em Curitiba na região de Almirante Tamandaré por ali, onde está sendo feito uma escola que é pra graduar os nossos trabalhadores, que nem é pra profissionalização, mas pra graduação mesmo.

**Nilda:** Em algum momento junto com a Força Sindical vcs ofertaram algum curso na área de informática, na área de culinária?

**Entrevistado 3:** nos aqui não, que eu tenho consciência, tenho o conhecimento só os metalúrgicos, da Força Sindical, são filiados a Força Sindical, nos ate o momento não, por falta de estrutura a gente não tinha essa estrutura na época, nós tínhamos aquele a outra parte de lá, mas sim não está fora dos planos não, temos planos sim.

**Nilda:** Quais os cursos que vcs pretendem estar ofertando?

**Entrevistado 3:** olha Marketing e computação, que é o que está no auge, somente são esses currsos. Nos pretendemos oferecer marketing e a computação.

**Nilda:** fora dessa área vcs nunca participaram de nenhuma outra atividade de formação para os trabalhadores, nunca encaminhou o pessoal para nenhum outro curso

**Entrevistado 3:** não, aqui a nos encaminhamos assim pra as empresas procuram. As empresas nos procuram querendo trabalhadores, então a gente encaminha os trabalhadores, dependendo da empresa elas dão o curso para os funcionários, mas nós aqui .

**Nilda:** no período que decorreu a 2001 a 2006, até 2005, vocês não participaram de nenhuma proposta, nenhum curso ofertado pela Força Sindical, vcs não inseriram ninguém aqui do **Sindicato**? Que cursos forma esses?

**Entrevistado 3:** não, nós aqui do **Sindicato** participamos foi a Maria do Rosário, estava aqui que eu te mostrei, ela fez computação, a Maria fez. Eu participei de cursos na área da saúde, saúde da mulher, participei de um curso de beleza, participei, eu só não participei mesmo da computação porque meus horários não batia nos dias e participei de vários cursos para sindicalista, para a formação sindical. isso

**Nilda:** então nesse **Sindicato** nesses cursos as pessoas que foram atendidas vc, a Maria?

**Entrevistado 3:** a Maria do Rosário, a Marília, nos tivemos interesse em fazer. A Divonete andou fazendo mas foram poucos dias, umas quatro pessoas mais ou menos.

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 3:** ah como que eu avalio? Eu avalio que toda a participação tem que ser 100% ou seja, eu acho que o **Sindicato**, os **Sindicatos** têm que dar condições ao cidadão de fazer os cursos, de aprender ou de se qualificar, mas consciente de que ele terá um trabalho ou não. Eu avalio o seguinte Nilda, eu acho sim que quando vc tem alguma coisa de boa a ser dado, vc dê, quando vc não tem guarde pra si o que é ruim, porque eu acho que o que eu não quero pra mim não quero para as outras pessoas. Eu acho que essas empresas não deveriam precarizar tanto, porque antes de ser um trabalhador é um ser humano, que merece dignidade, merece respeito, merece receber pelo que trabalha né, mas ai também nem culpo tanto as empresas, mas também nossa política, porque nossa política governamental deixa muito a desejar. Eles olham muito pro próprio umbigo e não vêem o que está acontecendo ao redor.

**Nilda:** a Sra percebe uma ausência do Estado né.

**Entrevistado 3:** muito grande, muito grande mesmo, uma falta mesmo, como que vou te dizer, é um descaso, um descaso por parte dos nossos governantes.

**Nilda:** não representam realmente os trabalhadores.

**Entrevistado 3:** , não, não .

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das indústrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 3:** não entendi a pergunta.

**Nilda:** as diretrizes da central, da Força Sindical

**Entrevistado 3:** que eu conheço, que eu sei, eu conheço o Paulinho, que faz a importância do sindicalismo cidadão, nossa questão é o **Sindicato** cidadão, conheço o Butica, conheço o Sr Manacesses de Oliveira, conheço a Donizete, que também é umas das diretoras, então essas pessoas que, o Sebastião Raimundo que sim que eu tenho mais contato por estar aqui em Londrina. Mas essas pessoas, são as pessoas que eu conheço e sei que elas estão a fim de implantar o **Sindicato** cidadão mesmo, que olhe o lado social do ser humano, do trabalhador, que não é visto com os outros olhos.

**Nilda:** com relação à atuação do **Sindicato** junto com a educação, nesse intervalo que a sra convive com isso (...) qual a reflexão que vc faz sobre as propostas que estão sendo construídas, que esses dirigentes estão construindo?

**Entrevistado 3:** pois é a reflexão minha é, enquanto **Sindicato** eu acho que tem muito mais a ser feito, muito mais a ser feito em relação a Educação mesmo, é nos temos a nossa categoria por ser, não é uma categoria baixa, longe de mim querer menosprezar, mas a nossa categoria a maioria das pessoas são muito simplória, elas são assim bem simplória mesmo, no sentido real da palavra, então eu acho que deveria ser implantado pra todas as pessoas da nossa categoria, é ensino, é dentro do local, ... desde o primeiro ano até uma qualificação maior, eu, pelos menos eu Isabel, gostaria que o **Sindicato**, que os **Sindicatos** se unissem e dessem essa chance para o trabalhador, porque nos temos trabalhador na nossa categoria, que para assinar o nome dele, ainda usa a almofada de carimbo né, então, não, né mas é ainda muito constrangedor uma pessoa que não é que não tem uma formação escolar nenhuma, então acho que deveria começar do alicerce. Esse é o meu ponto de vista .

**Nilda:** nas diretrizes da central, lá na documentação que eles fazem, eles fazem as propostas, e tal, constatou alguma coisa pra isso.... que possa estar ajudando

**Entrevistado 3:** não , não porque na já faz, inclusive dia 20 agora vai haver uma reunião da Intersindical aqui em Londrina , porque nos tínhamos a força sindical

norte, só tinha Curitiba e Londrina, ela foi extinguida daqui de Londrina então ficou só a Intersindical Sindical. mas eu nunca vi ninguém levantar essa bandeira é pra se começar lá de baixo mesmo, mas eles estão mais voltados, sim para o social, para o cidadão, mas eu acho que tudo pra se começar tem que vir de baixo, tem que começar por baixo mesmo. Eu chego para um dos nossos associados, vou pegar a minha convenção e vou ler para ele, quando ele tem alguma noção do que eu estou dizendo ele às vezes nem pergunta nada, quando ele não tem noção nenhuma aí é que não pergunta mesmo, fica constrangido, então pego a minha convenção, pego convenção aqui, quando estou na base eu procuro falar de forma que o trabalhador esteja entenda o que eu estou dizendo, tem muita coisa que até que eu às vezes não entendo, mas eu procuro falar de uma maneira clara, de uma maneira é na linguagem dele, que ele entenda mesmo o que estou dizendo para ele.

**Nilda:** mastiga dá uma mastigada no conteúdo e joga para ele.

**Entrevistado 3:** bem mastigado e joga para ele, para ele entender saber o que é eu estou dizendo, o que eu quero passar para ele.

**Nilda:** e a participação deles, como que é ?

**Entrevistado 3:** quando associados, eles são como que vou dizer, eles não são assim, a nossa categoria ela é mais assídua na área da saúde. A área mais procurada é área da saúde, porque o nosso **Sindicato** tem uma assistência é um trabalhador sindicalizado. Então é uma assistência que é dada para o trabalhador que se estende para família. Então, nessa assistência todas as especialidades, nos temos dentro do **Sindicato**, oferecemos para eles e na questão trabalhista só quando eles sai da empresa que as vezes, eles querem saber quanto eles tem que receber, tem direito, então a gente vai até eles, e se apresenta muito em época de festa, pessoal bem festeiro, nosso pessoal é bem festeiro, mas é assim, eles tem consciência de que são associados tem consciência porque são associados, porque a gente procura tratar todo mundo com clareza explicar com clareza, né, eles são assim, eles nos procuram quando precisa.

**Nilda:** tem uma adesão grande ?

**Entrevistado 3:** olha é razoável a nossa adesão, é porque como eu estou dizendo, tem muitas pessoas muito que são bem simplória, então você senta, vc explica uma vez, duas vezes, explica três vezes, todas vezes fizer necessária, mas daí a pessoa fala assim quanto eu vou ter que pagar. É a pessoa que não tem assim nenhum esclarecimento, ele não visa o benefício, ele visa o que vai sair do bolso. 90% é assim, aí que dor no meu bolso, ou seja, então para essas pessoas, a gente vai uma vez, vai duas, vai três, quantas vezes ligarem. Olha vem aqui explica, eu tenho duvida nisso, tem duvida a gente vai. E daí vc já pensou vc vai se associar, é acho que agora não deixa pro mês que vem, aí eu estou cheio de dívida aí é 30,00 reais que vai tirar. Não, vai tirar esses trinta reais vai ser somado, porque olha só se é só e 30,00 que vc vai investir em vc, certo, se é vc e a família, são 30,00 é pra vc e sua família, porque quando tem os eventos que tem festas, agora em julho não me lembro, não estou recordando a data, nós vamos ter tem, vamos ter um curso viu, um curso pra explicar para o trabalhador porque significa a nossa convenção, que é a cartilha do trabalhador cada um deles tinha que ter uma, é nossa convenção ainda não sei onde vai ser dado esse curso, mas normalmente é no Hotel do Lago. Daí é para toda a classe é pra massa mesmo vai, aquilo que eu estou dizendo pra vc, vai aqueles que estão interessados, que querem mesmo saber né.

**Nilda:** quem vai financiar, vcs ou a força?

**Entrevistado 3:** não esse daí é o **Sindicato**, é o **Sindicato** de Curitiba daí, eles vem pra cá vem como pessoal, vem com advogados, vem com professores, vem pra explicar direitinho.

**Nilda:** pergunto se é a Força, no caso ela está cedendo recursos, fazendo licitação, arrumando o espaço???

**Entrevistado 3:** a força sindical, a central?

**Nilda:** no caso ela vai ter uma participação direta, pergunto se é a força

**Entrevistado 3:** eu não sei se vai ser a Força ou se vai ser a. porque assim Força Sindical é a central, e não temos uma Federação né, então eu não sei se vai ser pela força sindical ou se vai ser pela federação. Então ainda como estou dizendo, eu só sei o mês em julho, só não me recordo a data, nem sei também quem vai patrocinar isso aí, com certeza é uma das duas ou a força sindical ou a federação .

**Nilda:** ela é bem atuante com vcs? Ela tem alguma preocupação em atender a demanda de vocês?

**Entrevistado 3:** a Força, olha aqui com a gente aqui em Londrina, não sei se é pela gente ser do interior, mas em Curitiba é mais atuante .

**Nilda:** entrevistei outro **Sindicato** o rapaz colocou reclamou que vcs ficaram mais marginalizado, (...) e ha uma outra central..ela tem ate um nome já. Esqueci qual que é o nome .

**Entrevistado 3:** a intersindical estão querendo criar, já foi criado essa intersindical, ela se reuniu agora, mas ela não vai continuar sendo força mas era a antiga força sindical que era ali na Rua: Bahia, senão engano onde nos participamos foi lá no cincão no **Sindicato** dos motoristas, não sei também se ganho força não, viu Nilda (...) mas é o seguinte ali vai ser Davi contra Golias. Uma intersindical que está começando agora diante de uma força sindical

**Nilda:** Isabel vc falou dos cursos de vcs vão ofertar na área de marketing e computação. Esses cursos que vcs estão preparando no sentido pra formar o trabalhador tem alguma parceria, além do **Sindicato**, tem alguma empresa que está aí ajudando vcs, os professores, máquinas, ?

**Entrevistado 3:** não, só o **Sindicato** mesmo.

**Nilda:** e assim dentro dessa proposta, que vai ser uma proposta pioneira no caso, que é uma iniciativa de vcs, tem algum outro projeto para encaixar as outras formações para atender aqui a demanda de Londrina, alguns empresários já procuraram vcs nesse sentido,. Sabendo das exigências das pessoas aqui, sabendo a exigência do mercado vc estão preparando outras coisas, outros cursos para essas pessoas associados, filiados?

**Entrevistado 3:** olha Nilda esses cursos que estou dizendo pra vc, vão ser feitos sim , vai ser feito sim, mas tudo que vem aqui para nos vem de Curitiba, porque lá fica a nossa federação, vem através deles. Aqui em Londrina, por enquanto que eu sei, claro que futuramente a gente quer que preparar mesmo uma pessoas que saia daqui um administrador de empresa, “administrador de empresa” tendo noção do que é administrar uma empresa, tendo noção do que é uma copa, tendo noção do que é uma ascensorista, de que uma telefonista, então pretendemos expandir para outros campos com certeza, em outras áreas, não focar só na computação e no marketing.

**Nilda:**que nem vc falou da compreensão, que vc falou que participou, nem nas convenções não tem nada voltado para as pendências do públicos aqui de vcs ?

**Entrevistado 3:** é como eu te disse se tem alguma coisa está com o Sr. Manasses que é o presidente da Federação. Nos participamos de convenções, participamos de seminários, mas a ultima palavra fica com ele, ele passa pra gente

olha é assim, assim o que vcs acham? Nós damos a nossa opinião mas a ultima palavra fica com ele.

**Nilda:** mas agregam algumas coisas, colocam algumas coisas lá também.

**Entrevistado 3:** sim, sim colocamos, claro, colocamos nossas idéias, colocamos nossas discussões colocamos o que nós queremos ou que não, colocamos nossas opiniões também, com certeza.

**Nilda:** a questão dos **Sindicatos** na educação mesmo assim tem nada definido...

**Entrevistado 3:** não temos nada definido ainda, até porque ele está em campanha e só vai ser definido, com certeza depois disso, depois esse período....

**Nilda:** no caso seria isso, como vcs nesses curso não tem outras parcerias não tem sebrae, senai, sesc, alguma empresa grande, os trabalhadores

**Entrevistado 3:** por enquanto, não, não que eu saiba, tudo e ainda projeto, né, não tenho conhecimento, se existe

**Nilda:** e esses recursos que vão sair vcs pegar da confederação e da Força

**Entrevistado 3:** da federação com certeza, porque , com certeza vão haver parcerias sim Nilda, não se tem como montar, digamos aqui sala de aula só com alunos, tem que ter professor, tem que ter material didático, tem que ter computador em si, quer dizer, então a parceria vai ter que vir, agora de onde, de que forma, não sei, mas tem que haver sim.

**Sindicato:** dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, regiões norte e oeste do Paraná

Filiação á Central: foi filiada a FORÇA SINDICAL até 2005.

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 4:** desde 1994, dá 12 anos de participação no movimento sindical

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 4:** nosso **Sindicato** nunca teve assim um programa de qualificação de formação profissional, próprio, nos estivemos filiados a força sindical, no período de 1997 a 2005. e nesse período, teve um programa de qualificação de mão de obra que era pros associados, os representados e seus dependentes, nós estivemos envolvidos nesse programa.

**Nilda:** Quais os cursos que eles ofertaram, se lembra na época?

**Entrevistado 4:** Os cursos que mais tivemos pessoas interessada eram os cursos de informática, tinha línguas, tinha outros cursos relacionados com a representação em si dos **Sindicatos**, ou seja se eu represento o pessoal da área de restaurante industrial, teria que ter cursos na área de restaurante industrial, quem representa hotelaria, cursos na área de hotelaria, metalúrgico idem. Só que na nossa área nunca teve um curso, assim específico da área de restaurante industrial. Eu me lembro que na época, nos fizemos um projeto, nosso **Sindicato** fez um projeto, de quais os cursos que seria interessante vir para o nosso segmento, mas esses cursos não vieram. Eles ficaram mais com o foco na questão do espanhol, na questão da informática, na questão mais da área metalúrgica e também na questão da área da hotelaria, tinha bastante cursos na área de hotelaria, mas especificamente para esse segmento, de restaurante industrial, a gente não teve, quem aproveitou aqueles cursos daquela época foram os filhos dos nossos associados.

**Nilda:** Quantas pessoas foram atendidas nesse período de 2001 ao primeiro semestre de 2006? O tempo de duração dos cursos? Quais áreas que esses cursos abrangem? Para que tipo de trabalho?

**Entrevistado 4:** não tenho idéia de quantas pessoas foram atendidas nunca fiz esse levantamento, mas eu lembro assim a gente mais ou menos 10 **Sindicatos** filiados a Força Sindical, e quando viam as vagas, as vagas eram distribuídas entre os 10 **Sindicatos**. Cada um ficava com um numero x de vagas. Ai a gente fazia a inscrição mandava para lá.

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 4:** eu acho que a questão desse tipo de programa de qualificação não dá pra gente medir o alcance positivo disso tudo, a questão sim é que se movimentam as pessoas, porque vc sabe brasileiro não gosta muito de estudar não, as pessoas não de estudar, não gostam de se qualificar e quando vc fala assim vc vai fazer qualificação, a pessoa fala assim, mas depois eu vou ter um emprego e ai, vc fala não, as pessoas querem uma coisa direcionada, eu faço o curso então eu tenho uma vaga que vai ser ofertada pra mim. Então, é muito difícil assim você medir a eficácia desses programas de qualificação. O tema, por ser difícil de medir a

eficácia, já significa que tem algo que é para ser repensado, pois quando uma coisa é eficaz, você sabe que é eficaz desde o início, desde o planejamento, então coloca dúvidas com relação à eficácia desse tipo de programa, porque pra mim, enquanto dirigente sindical eu penso que esses cursos de qualificação, de formação, não de requalificação, mas de formação mesmo, tem que ta, inserido direto na sociedade. Por exemplo, onde está o jovem, do ensino médio, ele não está na escola pública da periferia, esses cursos deveriam ser carreados para lá, até por uma questão assim territorial, eu estou aqui e represento os meus trabalhadores, eles moram em regiões de diferentes da cidade lá no Leonor, no cinco conjuntos, então eles estão espalhados por toda a cidade, esses cursos deveriam ser direcionados por pontos específicos, você ir buscar a pessoa onde ela está. Eu lembro quando era ofertado, esses cursos vc tinha que ser dado vale transporte e lanche, se vc vai lá com um curso desses, lá na escola tipo um contra turno mesmo, esses cursos os jovens estudam de manha, vc arruma esse espaço para fazer o curso a tarde, o jovem está no bairro dele, não tem a questão do transporte, está próximo da casa dele, não tem questão do lanche, de ter que pagar lanche, pra mim, sabe eu acho é equivocada esse tipo de organização, de formação, de programa, deveria ser mais direcionado mesmo assim pro jovens.

**Nilda:** e assim no caso ai, pela sua reflexão não seria assim a entidade, no caso seria o Governo tem se preocupar em ocupar essas crianças, fornecendo esses cursos poderia em se estabelecer uma parceria como **Sindicato**, mas ai

**Entrevistado 4:** poderia estabelecer uma parceria como **Sindicato**, o governo poderia carrear, recursos direto para o **Sindicato**, não precisava ser via central sindical, poderia ser um recurso direto para o **Sindicato** aplicar, porque nos enquanto **Sindicato** de categorias diferentes a gente sabe onde está o nosso futuro trabalhador, nós sabemos, podemos, carrear esse recurso, todo esse trabalho pois já temos experiência, nós sabemos lidar com as pessoas, sabemos qual é a necessidades, nossa trabalhadora ela tem filhos jovens, elas tem filhos adolescentes Então, essa questão de mandar pela central deveria enviado direto para o **Sindicato**. Até porque assim, quando vc envia par ao **Sindicato** vc envia um monte de recursos menor, sabe, então cada **Sindicato** faria prestação de contas, desse recurso. Eu acho que simplificaria, ao invés

**Nilda:** ao invés a central usar como um intermediadora,

**Entrevistado 4:** ao invés de usar a central como um intermediadora é um passo a mais na minha opinião, porque assim, quem está nas centrais são os próprios sindicalistas mesmo. Nós temos autonomia nos **Sindicatos** para deliberar, para fazer utilização de recursos, pra fazer prestação de contas, então deveria ser o próprio **Sindicato**, não precisaríamos de um intermediário. A central também eu vejo que ela tem um assim deveria estar relacionada com outras questões do movimento sindical, mais gerais, essas especificas, onde vc tem que estar com o trabalhador na base, tem que ser nos **Sindicatos** mesmo. E o **Sindicato** ele sabe onde que ta a necessidade, e utilizar mais o espaço que vc tem né, porque assim as escolas públicas elas estão ai, o espaço está lá, as pessoas estão lá, independente de vc fazer só com o jovem, vc pode fazer com a comunidade no geral utilizando o espaço publico. Existe essa abertura nas escolas, tem muito espaço, tem espaço sobrando para vc falar de qualificação. E a questão da requalificação ai já tem que ser como trabalhador que está empregado, né, vc falou muito assim de fazer curso para trabalhador que está em risco de perder o emprego, isso tem de ser dentro da própria fábrica. É um **Sindicato** também pode fazer essa parceria, pega o recurso vai lá e conversa com o empresário. Olha vamos fazer a qualificação do pessoal que

tem, via de regra. Essas fábricas também têm estrutura fazer qualificação e requalificação. Tem esse detalhe vc faz a formação, a capacitação de acordo ali com que a empresa, as regras internas da empresa, já fica tudo no ambiente de trabalho.

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das indústrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 4:** olha Nilda, assim esses cursos quando vieram pelas centrais, já vem com as apostilas prontas. Como eu não participei da central nessa área de formação, não era diretora dessa área era apenas um **Sindicato** filiado, não posso dizer pra vc com certeza que as apostilas, elas foram construídas de uma convergência, de um consenso entre representante sindical da central e o empresariado, provavelmente houve essa discussão, mas eu me lembro bem que foi muito interessante naqueles cursos esse foi um ponto que na época foi um ponto positivo que eu destaquei, que você tinha aula, durante os três primeiros dias do curso, vc tinha aula de cidadania.

**Nilda:** é a próxima pergunta, rrsrrsr.

**Entrevistado 4:** a próxima pergunta, então esse foi um ponto, sei que vc percebe que houve a parte que interessava para os **Sindicatos**, as parcerias, deve ter havido discussão, se houve nas questões que denotam, que houve discussão foi essa parte que foi dada pelos **Sindicatos**, falado da instituição **Sindicato**.

**Nilda:** e você que dentro desse espaço houve alguma possibilidade sobre a reflexão sobre o contexto do trabalho. O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 4:** não houve possibilidade de reflexão sobre absolutamente nenhum dos itens acima citados. na verdade os **Sindicatos** apenas fizeram o papel de inscrever pessoas e mandar para o curso.

**Nilda:** Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais? quem faz o que?

**Entrevistado 4:** neste processo os recursos vieram do fato que repassaram pela a central nacional e a central nacional encaminhou para a central estadual, que posteriormente encaminhou para as regionais. a contribuição dos **Sindicatos** parceiros foi em recursos financeiros para cobrir despesas de custeio. sobre o montante geral não tive acesso á essas informações.

**Sindicato** dos Metalúrgicos de Londrina  
Filiado a Central: Força Sindical

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 5:** cinco anos

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 5:** sim, esteve procurado trazer cursos de qualificação profissional. Nós temos sempre, trazemos qualificação profissional, tanto pros diretores qualificando nos fizemos até cursos do DIEESE, feito agora de negociação coletiva, curso de PLR (participação em Lucros e resultados), mas sempre estamos montando turma de informática básica, secretariado que é uma turma quem está em andamento, voltado sempre pro seus associados e pro seus dependentes, o trabalhador da base metalúrgica sempre tem. Sempre a gente tá procurando havendo procura assim, interesse em tá realizando esses cursos, a gente procura montar turmas já e trazer os cursos.

**Nilda:** O que é PLR, e para qual área, qualquer área, qualquer de empresa?

**Entrevistado 5:** participação em lucros e resultados. é um programa, onde o funcionário participa do lucro da empresa. Ele visa assim, melhorar qualidade da fabricação, organização, isso que, na verdade é um incentivo para o funcionário. É feito um acordo documentado certinho onde o funcionário recebe uma parte do lucro depositado. Em outras empresas tem o nome de abono, outras falam que é poupuado. Rsr rsrs...

**Nilda:** Quantas pessoas foram atendidas nesse período de 2001 ao primeiro semestre de 2006? O tempo de duração dos cursos? Quais áreas que esses cursos abrangem? Para que tipo de trabalho?

**Entrevistado 5:** no momento nós só estamos com cursos voltados mais para pessoas que trabalham na área metalúrgica. Cursos de informática, gestão eletrônica. No ano de 2001, acho que até 2004, no início de 2005, nós tínhamos cursos realizados pela Força Sindical que era com recursos do FAT, que era o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Só que esses recursos foram cortados, não foram mais repassado depois que o Lula assumiu a presidência. Esses cursos com recursos do FAT, eram cursos mais diversificados pra todas as áreas. Tinha para área de turismo, hotelaria, alimentação, metalúrgico tinha várias áreas. Cursos de telemarketing, curso de recepcionista de hotel, de garçom, injeção eletrônica, montagem de computadores, ah eram muitos cursos, não consigo lembrar todos agora.

**Nilda:** Quantas pessoas foram atendidas nesses cursos?

**Entrevistado 5:** teve no primeiro ano que eu entrei aqui, foi em 2001, foram duas mil pessoas, então, em torno disso por ano. Então foi até ruim, até prejudicial pra todos nós, foi cortado, a gente atendia muita gente, nós tivemos casos assim de pessoas que conseguiram promoção dentro da empresa, outras que estavam desempregadas conseguiram trabalho em função do curso.

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a)

faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 5:** eu acho que a qualificação profissional é a base para tudo, pra vc continuar, se manter no mercado de trabalho ou ate mesmo se inserir dentro do mercado de trabalho e o **Sindicato** tem um papel importantíssimo nisso, porquê ele é um representante, ele é que representa o trabalhador, então ele o **Sindicato** que tem que buscar, tem que oferecer isso, pra população.

**Nilda:** mas o que vc acha, vc acha é obrigação do **Sindicato** ta fazendo essa participação ou seria o Estado que deveria ofertar?

**Entrevistado 5:** não seria o Estado, porque afinal nós já contribuimos pra isso né. o Fundo de Amparo ao Trabalhador, na verdade, ele é formado de recursos nossos de quem trabalha, então na verdade o **Sindicato** é apenas um mediador. Ele vai apenas, o **Sindicato** ta direcionando esses recursos pra quem realmente necessita.

**Nilda:** sobre essa questão da mudança no quadro de empregos ai, vc acredita que essa qualificação está revertendo esse quadro?

**Entrevistado 5:** não somente isso, porque hoje a situação econômica, política do nosso país está meio complicada, então, não só a qualificação. Tem muita gente qualificada ai que está sendo mandada embora, perdendo assim o emprego, mais ajuda muito, eu acho que faz a diferença, porque as vezes tem muitas áreas que tem vagas de emprego, mas não tem pessoas qualificadas.

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das industrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 5:** então, os cursos da Força eram feitos uma pesquisa, vendo qual a necessidade, de qual área que necessitava mais né. isso é dividindo entre todos os segmentos dos **Sindicatos** filiados: alimentação, vestuário, fiação, metalúrgicos, gráficos, saúde. Então, é analisada assim de maneira geral, pra região o que precisa. Já os cursos do **Sindicato**, que são realizados pelo **Sindicato** são depende do interesse da categoria, então nós sempre deixamos assim, se as pessoas interessadas, hoje, por exemplo eu quero curso de inglês, vamos tentar fechar uma turma. Se fechar a turma geralmente a gente tenta realizar.

**Nilda:** As indústrias e as empresas não procuram vcs pra pensar algum curso, ajudar preparar???

**Entrevistado 5:** sim, inclusive nos procura, nos fizemos uma parceria agora com o **Sindicato** patronal e com a, nos fizemos um curso com Whrite Martins, um Simpósio de soldagem, uma parceria entre os três: **Sindicato** profissional, **Sindicato** patronal e a empresa. Foi muito bom.

**Nilda:** e foi sugestão deles até.

**Entrevistado 5:** sim, foi uma procura, foram eles quem procura a gente. Mas, normalmente quem nos procura, porque nós somos **Sindicatos** dos trabalhadores, então são os trabalhadores que procuram qualificação. Uma, eles vem sabendo que sabendo né que nós temos esse costume de estar realizando esses cursos, sempre estão procurando.

**Nilda:** que bom que tem a participação das pessoas, né.

**Entrevistado 5:** sim...

**Nilda:** O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)? Nesses espaços quando vcs abrem as turmas,

apresentamos professore, por acaso a organização, os dirigentes aqui da entidade vão lá chamam os trabalhadores para participar do debate, pra fazer uma reflexão, e dizer pra eles olha vcs estão aqui tentando conseguir mais uma formação pra vcs, profissional, mas seguinte, não é sua responsabilidade pelo desemprego, vc está desempregado, não é porque culpa tua, é porque tem uma conjuntura que não há emprego pra todos.

**Entrevistado 5:** sim, nos sempre em todos os cursos, nos temos inclusive uma parte de cidadania. Sempre no inicio do curso, são dois dias passando essa é parte de cidadania, mostrando os direitos e deveres de cada um.

**Nilda:** e vcs percebem que tem, está conseguindo o objetivo de fazer com que ele tenha olhar critico sobre a situação que ele está vivendo?

**Entrevistado 5:** algumas pessoas sim, algumas pessoas se manifestam, comentam, demonstra qual a sua opinião, outras já se inculcam, não gostam de comentar, tem gente, hoje infelizmente no Brasil, as pessoas não gostam de falar de política, não gostam de comentar nem religião essas coisas, então algumas pessoas sim, a gente observa.

**Nilda:** vc percebe que assim, cada um está preocupado em garantir a sua sobrevivência e não olhar como é que está em torno, sendo que essa consciência critica que vai ajudar a melhorar a sua situação, vs vê uma certa omissão das pessoas, como é complicado isso.

**Entrevistado 5:** sim as pessoas parecem que têm medo de falar, medo se manifestar sua opinião, dá sua opinião a respeito.

**Nilda:** mesmo no espaço, mesmo no espaço do **Sindicato**.

**Entrevistado 5:** mesmo no espaço do **Sindicato**, tanto nos fazemos realizamos as assembléias pra correção de reajuste de salário, da data base da categoria vem muito poucas pessoas comparece, o interesse de estar buscando seu direito de estar brincando pelos seus direitos é muito pouco, são poucas as pessoas.

**Nilda:** por isso que o **Sindicato** reorganiza seu espaço, acaba indo pra defensiva, no sentido de estar defendendo só o emprego.

**Entrevistado 5:** defendendo os direitos dos trabalhadores, que esses dias queriam ainda queriam tirar alguns.

**Nilda:** não, os projeto estavam tramitando pela câmara e agora estava no senado, senão ficar esperto.

**Entrevistado 5:** a reforma sindical, com redução trabalhista estão querendo realizar, quase acabaram com as férias, foi pra votação mas...

**Nilda:** 13º também eu lembro estava no pacote, tem conseguir mobilizar

**Entrevistado 5:** mas não conseguiram ainda

**Nilda:** Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais? quem faz o que?

**Entrevistado 5:** quando viam os recursos do FAT já era direcionado somente, era tudo, ele via, o recurso via total, para cobertura de todos os custos dos cursos .

**Nilda:** não, tinha parceiros, o espaço onde vcs davam os cursos, como que era, os professores quem que pagavam?

**Entrevistado 5:** era tudo com recursos do FAT, na verdade o parceiro era a Força Sindical que distribuía, a Força Sindical Nacional, ela distribuía os recursos para cada regional, daí direcionando para cada região, a necessidade de cada região, esses recursos era repassado.

**Nilda:** é assim, eles conversavam com vcs, não coisas que já viam lá de cima pra já vcs adequarem a realidade daqui.

**Entrevistado 5:** um pouco sim, eles já viam mais ou menos definidos os cursos, mas são feitas sempre muitas reuniões, muitos seminários, congressos onde se definem isso nacionalmente.

**Nilda:** daí vcs mandam pra lideranças daqui, para que elas possam colocar os projetos da região.

**Entrevistado 5:** sempre, exatamente

**Nilda:** vc percebeu se teve um atendimento maior os desses projetos regionais ou ficou mais assim atendimento em âmbito de atendimento nacional, o que eles consideram importante ou que as regiões consideram importante, na sua opinião o que foi mais priorizado?

**Entrevistado 5:** o que as regiões.

**Nilda:** teve uma participação maior das regionais, então.

**Entrevistado 5:** teve bastante, até nessa época era bem atuante as regionais, principalmente a nossa aqui em Londrina, na pessoa do Sebastião, ele sempre foi muito atuante.

**Nilda:** por isso vim atrás de vcs, tudo mundo falava, não

**Entrevistado 5:** nós fizemos também uma vez parceria com a secretaria do trabalho, também recebia recursos do FAT, nos tínhamos recursos para realizarmos esses cursos através da Secretaria do Trabalho. A Secretaria do Trabalho, é um conselho municipal do trabalho que definem quais são os cursos né, é feito uma planilha anualmente e enviada pro Estado, daí lá eles distribuem e aí nós éramos uma executora.

**Nilda:** vcs tem essa documentação aí, que eu possa tirar cópia pra colocar no trabalho?

**Entrevistado 5:** não eu não tenho documentação desses cursos comigo, tudo para Curitiba, pra São Paulo, foi quando nós tínhamos que prestar contas né.

**Nilda:** aí vcs tinha que colocar nos relatórios?

**Entrevistado 5:** tudo, em documentação toda enviada pra lá, nós não temos.

**Nilda:** não ficou nada com vc, tá difícil de encontrar material pra tá registrando porque daí vc leva pra academia para dar o caráter científico, esse que é o objetivo da minha dissertação, dar o caráter científico ao esse trabalho de vcs.

**Entrevistado 5:** a documentação que nós temos é a documentação realizada com recursos do **Sindicato** mesmo. Com recursos dos associados que pagam mensalidade, a empresas que contribuem com o **Sindicato** aí é direcionada uma parte para realizar esses cursos. Esses cursos realizados com recursos dos **Sindicatos** eu tenho documentação.

**Nilda:** aí é com **Sindicatos** dos metalúrgicos .. a pesquisa, o que a gente está trabalhando? A gente está trabalhando com as propostas e respostas das centrais sindicais com relação a esse período de crise do trabalho, no caso de vcs repassam via **Sindicato** para ser feitos esses cursos, aí estou perguntando se vc tem alguma coisa, mais aí que consta às diretrizes, proposta pedagógica, seria mais isso, os conteúdos desses cursos, finalidade desses cursos, seria isso.

**Entrevistado 5:** aqui não tenho, porque as apostilhas eram feitas em Curitiba né, estadual e depois eram repassadas, vinha tudo pronto, tivemos que alocar as turmas, fazer as inscrições e realizávamos os cursos aqui.

**Nilda:** mesmo do material que foi trabalhado o curso, não ficou nada

**Entrevistado 5:** não temos nada aqui, foi passado tudo pra lá, até porque tínhamos que mandar tudo, não ficávamos com documentação nada.

## Roteiro de entrevista das lideranças Sindicais Cutistas.

**Sindicato** Dos Bancários de Curitiba

filiado a Central: Central Única dos Trabalhadores.

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 6:** Olha, eu participo do **Sindicato** desde 67.

**Nilda:** o sr já tem uma trajetória?

**Entrevistado 6:** bastante grande, antes no movimento estudantil. Eu estou na luta desde 63. há 43 anos.

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 6:** sou filiado ao **Sindicato** dos bancários. Olha deixa eu, na verdade estou aposentado e sou da direção da Cut, estou afastado do **Sindicato** já há uns 10 anos. eu sei que o **Sindicato** tem um projeto, é um projeto com os parceiros dentro do campo da rede de responsabilidade social, e forma meninos com, é uma espécie de pequeno colégio, acho também que é uma pequena, vamos dizer assim, talvez colônia, não nas férias. Acho que são 80 meninos, que, meninos assim com, são família abaixo da linha da pobreza. Então estão lá, mantêm a escolinha, a escola. Então, esse o **Sindicato** do bancário de Curitiba. O de São Paulo trabalho com a Fenaban, com os meninos de rua. Agora, na verdade, esses são trabalhos, do meu ponto de vista dentro daquela linha de responsabilidade social. São trabalhos dentro dos limites do capital. Trabalhos que são na verdade pra esconder a grande miséria, da exploração, a grande opressão, que o capital faz com os trabalhadores. Isso daí, a responsabilidade social pra mim acaba sendo isso. Mas na verdade, por exemplo, vamos continuar

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr(a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 6:** bom eu, isso daqui eu não entrei muito na outra pergunta, bom eu sou contra o **Sindicato** é fazer qualificação sócio profissional, quem tem que fazer isso é o patrão, quer dizer, não vai fazer a sócio, mas pelos menos a profissional. Eu acho quem tem que qualificar é o capital, porque o trabalhador vai ser subordinado a ele.. nos achamos que o capital tem que fazer, hoje o livre dinheiro do FAT não tem que ser usado pro capital qualificar, hoje com, tem a economia solidária que é um espaço que no nosso ponto de vista é a volta da construção do socialismo, e nesse espaço, como é um espaço onde o centro é o homem e não a acumulação privada, e está sobre a égide do trabalho, então esse dinheiro do FAT tem que ser usado na qualificação profissional desses trabalhadores, que na nossa concepção estratégica são cooperativas, então organizar todos esses complexos de cooperativas que a gente fala e qualificar os trabalhadores, porque na verdade a nossa mão de obra está na miséria, é o povo do sem carteira, não tem, é pouca escolaridade, pouca qualificação, nenhuma poupança, e isso tem que ser transformado, pra gente poder construir esse outro espaço econômico. Pode dizer que é junto com o espaço econômico junto com a economia capitalista neoliberal, é como um copo de azeite e água, são coisas diferentes, mas o que eu quero dizer é vc falou no ultimo, na ultima

coisa da frase , vc falou alguma coisa pra mim que me passou que a resposta seria mais ou menos o seguinte, uma resposta talvez concreta, posso ate estar dando uma bola fora. Eu faço parte do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, nesses últimos três anos o conselho liberou 10 milhões reais pros cursos profissionalizantes, do meu ponto de vista, foram cursos pra aumentar a rotatividade de mão de obra e para ajudar o capital informal fornecendo mão de obra qualificada pra informalidade. Pois é uma coisa, não empreendedora, numa facção tem uma costureira que é a costureira dona das máquinas, que as outras costureiras usam, é um sistema que não, não tem nada , não tem direito, não tem salário, não jornada de trabalho, não direito previdenciário, não tem nada, nada.pra vc ter uma idéia, uma prova é vc juntar uma camisa em Sarandi, em Paissandu é 0,50 centavos, vc vai a Maringá, aquela camisa custa 89,00. não sei se respondi mas tou te dando dados, que depois vai usar.

**Nilda:**A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das industrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 6:** eu já respondi nós não fazemos isso, cursos de qualificação profissional, nós somos radicais, quem faz é o patrão, é o capital, agora esses cursos pra economia solidária, nos estamos com o trabalho, vamos dizer, é nas bases da cooperativas, na sociedade civil, justamente tentando ajudá-los a construir o processo de desenvolvimento sustentável, territorial sustentável solidário, na qual as cooperativas, não cria um ajuntamento de cooperativas, nós criamos varias com uma política pública de educação, com uma política pública de crédito, aí sim dinheiro do FAT é endereçado justamente para potencializar a questão da qualificação profissional desses trabalhadores. É um processo de geração de trabalho e renda, articulado com a construção de uma nova sociedade.

**Nilda:** certo, esse seria o projeto correto né..Já está conseguindo distribuir isso

**Entrevistado 6:** nós estamos tentando, hoje pra vc ter uma idéia o conselho do trabalho, aqui Estadual nos botamos 50% dos recursos do FAT, pra economia solidária, que é do trabalho, 50% nos cursos do capital, estamos agora conseguindo. O conselho do trabalho do Paraná é o único no Brasil, que faz isso, usa o capital mesmo.

**Nilda:**O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 6:** (...) vc já ouviu falar da teoria do Caos. A teoria do Caos fala justamente isso, que o calculo pra mim um grande problema hoje, se vc tiver uma posição, vc já ouviu falar do Negrio. Negrio é um teórico do império, da multidão é um italiano, foi brigadista e tal.é um professor que faz faculdade

**Nilda:**Ele é militar, qual a função dele mesmo fez ciência sociais, é militar, professor , filosofo, historiador ..a gente bebe na fonte dos sociólogos, né.

**Entrevistado 6:** de filosofia, o interessante dele é que ele fala sobre o império, que eu acho que e tem que falar e sobre a questão da multidão, porque dentro dos movimentos sócias, eles não são controlados, ou por partidos ou por outras entidades, por ex. Fórum Social Mundial aquele caos, é a multidão, tocar carros nos carros em países, a multidão são trabalhadores de segunda classe, é a revolta

desses trabalhadores com a informalidade. Eu falo da informalidade, porque nos Estados Unidos....,

**Nilda:** exatamente, eles querem os mesmos direitos de franceses, porque essas pessoas que estão nessa segunda classe ai, são aqueles que não são reconhecidos como franceses.

**Entrevistado 6:** na verdade eles são, os garotos são, mas são trabalhadores como segunda classe, ai não são franceses, porque o francês tem um tratamento especial, eles tocam fogo no símbolo do capitalismo, o automóvel, mas também tem o pessoal, aquelas leis sobre

**Nilda:** o primeiro emprego, estavam querendo mexer, o Estado francês tentando organizar, tirar alguns benefícios, isso desencadeou revolta entre os mais jovens (...)

**Entrevistado 6:** vc quer ver uma coisa, essa questão da informalidade é uma questão tão seria, nos Estados Unidos, vc ve tem aquelas leis de imigração, aquelas coisas, vc aqueles caras machando fazendo passeata, mas se vc, a gente começar a perceber o quê que é o terrorismo, esse negócio terrorismo, porque um brasileiro foi morto e não vai acontecer nada com os policiais, porque o brasileiro é um informal internacional, a mão de obra barata, a gente poderia chamar que são os bárbaros que trabalhavam no império em Roma, e tem que ser controlado, então o um controle, uma ideologia pegar um maluco do dia, um Bin Laden, criar toda, um cara ajudar o cara para destruir as torres, talvez que eles sabiam que há muito tempo que eles iriam demolir algumas coisas nos Estados Unidos (...) por isso que o brasileiro lá a policia não vai ser, e eu pergunto a vc eu acho que os trabalhadores têm a ferramenta mais importante para essa, a sociedade, como vou dizer, dos bens imateriais, quando eu fabrico um copo eu gasto matéria prima, o trabalho é o mesmo pra fabricar o outro, não é assim, mas quando eu fabrico um Cd, eu não faço isso, só matéria prima e o trabalho só pras caixinhas e o, agora a música que ta lá dentro eu faço cópia, reproduzo milhões de vezes sem gastar nada, tanto nos Estados Unidos, ele produz o programa e nós cucaratia e mais os tigres asiáticos produzimos a televisão.

## Roteiro de entrevista das lideranças Sindicais Cutistas.

**Sindicato** dos Bancários de Curitiba

filiado a Central: Central Única dos Trabalhadores – CUT/Pr.

**Entrevistado 7:** eu não fiquei muito envolvida com esse sistema, porque eu sempre tive um questionamento em relação aos **Sindicatos** atuais como instrumentos da qualificação profissional, então, e também notei um desvirtuamento muito grande da proposta, eu acho sim, o **Sindicato** lá dos bancários fez cursos de matemática financeira, cursos de dança, curso de língua, cursos de várias coisas com recursos do FAT, então é claro que a base quando vai pro curso ela sempre aproveita alguma coisa, as pessoas quando fazem um curso, por mais assim deficitário que seja, por mais problemas, possa ter, ela sempre tira algo proveitoso, mas se a proposta era ampliar a consciência daquele trabalhador em relação à vida sindical, eu não acredito, eu acho que muito pelo contrario, deturpou porque a pessoa não vê o **Sindicato** mais como um instrumento de luta, e de reivindicação e luta, e de transformação social, mas vê o **Sindicato** com um prestador de serviços que vai lá por cursos a disposição pra pessoas estarem se aperfeiçoando em alguma área, então particularmente eu tive essa crítica em relação à participação do **Sindicato** nesses projetos dos FAT.

**Nilda:** O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 7:** vai depender de quem estiver monitorando esses cursos, se houver uma equipe de trabalho que já tem essa visão política da sociedade percebendo as contradições do sistema, a luta de classes presente nas propostas do governo, com tendências a privilegiar um setor da sociedade, com a flexibilização dos direitos e tal, ai se essa monitoria tem essa percepção do todo, ela vai conseguir imprimir esse caráter pro curso, vai suscitar o debate, mas na maioria dos casos as pessoas não estão preparadas pra fazer este debate são pessoas técnicas. Pessoa vai dar o curso de inglês ou de espanhol, ele não está preocupado em transmitir a luta de classe ou as contradições do sistema, as dificuldades da relação capital/trabalho, ele vai lá pra ensinar a língua espanhola ou a língua inglesa, e para ele é importante aquilo, a transmissão daquele conhecimento técnico, então eu não vejo e mesmo assim na área de informática, da matemática financeira e mesmo porque eu não vejo em que espaço do curso de matemática financeira que aquela, aqueles alunos e aquele professor ou professora vão ter a oportunidade de parar agora, não vamos mais discutir esse assunto vamos discutir o sistema, então mesmo porque esvaziaria o curso, porque as pessoas que estão indo fazer o curso, eles já não estão propensos a debater política eles vão lá pra adquirir aquele conhecimento técnico que é necessário no trabalho dele. Então a atuação do **Sindicato**, e também vai depender das lideranças, que estão no **Sindicato** se a liderança que está ocupando, fazendo o papel de formador, e que vai contratar os cursos técnicos e que vai transmitir para aquela base sindical, se fizer todo um preparatório com aqueles trabalhadores que estão inscritos no curso até poderia haver esse diferencial né, mas eu conheci as pessoas que estavam envolvidas, em alguns deles, e eu não percebo essa capacidade revolucionária, essa preocupação

de conscientizar, na verdade era pra cumprir um protocolo e justificar a entrada daqueles recursos na maioria dos casos.

**Nilda:** quais eram as bases que central traçou para organiza os cursos de formação profissional?

**Entrevistado 7:** eu não posso te informar porque eu não fiz parte da secretaria de formação, a minha participação era como dirigente, nessa época eu era presidente da FETEC no Paraná e não participava diretamente dessas, desse debate direto a minha percepção é mais do que eu percebi em relação aos alunos

**Nilda:** quando o pessoal sentou para fazer, vc não participou, simplesmente estava com a proposta eles passaram e daí encaminharam para a reflexão.

**Entrevistado 7:** exato

**Nilda:** Nessa questão da formação o pessoal da Força Sindical com quem eu conversei eles tinham uma parte que era destinada aquela de atuação área e uma parte destinada à questão da cidadania, a CUT organizou alguma coisa nesse sentido, do material didático, pra ta repassando pro trabalhador ?de informar direitos, deveres.

**Entrevistado 7:** isso sempre tinha cartilha, essas coisas, sempre tinha um material ou outro né, mas eu não vi

**Nilda:** mas não estava sistematizados nesses cursos não né?

**Entrevistado 7:** não me recordo, exatamente porque faz algum tempo dessa participação.

**Nilda:** Obrigada, pela atenção, para encontrar o pessoal dessa época, porque rodou, mudou as diretorias, então foi difícil da época que participou disso, difícil heim?

**Entrevistado 7:** da época? verdade tanto que eu participava da presidência da FETEC. A Fetec não encaminhou cursos do FAT, recursos do FAT e nem cursos do FAT, porque nós não tínhamos essa compreensão e que tinha que usar, fazer esse trabalho, o papel do **Sindicato** pra nós é outro papel.

**Nilda:** vcs era Federação dos Trabalhadores dos Bancários?

**Entrevistado 7:** Federação dos Trabalhadores das Empresas de Crédito, ligada ao **Sindicato** dos bancários, entretanto, não é a participação é a visão, é a visão desse projeto de qualificação profissional é essa, os **Sindicatos** utilizaram sem muita consciência....

**Nilda:** sem consciência... qualificou na sua opinião, trouxe alguma , aproveitou assim e que nem vc falou todo curso traz alguma

**Entrevistado 7:** aproveita né a pessoa vai lá pra aprender a falar espanhol, alguma coisa ela pega né, acho que não foi um dinheiro jogado fora, não é mesmo, foi uma iniciativa, mas eu acho que as centrais sindicais elas acabam utilizando o projeto como uma forma de exercício do poder, quem tinha a verba, quem tava com a caneta cheia de tinta tinha mais poder sobre os **Sindicatos**, e se cacifava para depois se reeleger nos seus cargos, entendeu... isso foi uma forma de exercício do poder, utilização desse projeto ai que não teve grandes debates nas bases foi mais uma coisa imposta, vem de cima pra baixo, o **Sindicato**, qual o **Sindicato** que está sem recurso que não vai achar legar receber recursos, pra fazer um curso e tal, até há uma boa intenção em quem está executando, mas eu acho que foi um período muito nebuloso da história do Brasil, um período que nós tínhamos que fazer a

resistência contra o neoliberalismo, e fazendo curso que resistência é essa, é uma adaptação ao neoliberalismo,.

**Nilda:** ah e isso mesmo que a pesquisa está procurando a compreensão se tem ou não um rompimento com as propostas do neoliberalismo?

**Entrevistado 7:** claro que não é um coadjuvante da proposta, o problema do neoliberalismo, da sociedade é você, enquanto individuo, então você vai fazer um cursinho lá pra ficar mais qualificada pra ser a vencedora do grupo, não é questionar, não esse sistema neoliberal está retirando direitos, reduzindo empregos, está concentrando renda então vamos mudar essa relação, nós não podemos ser competidores apenas, nós temos que ter, viver solidariamente numa sociedade. Se bem que não tem sistema que resista sem a solidariedade clássica, então o trabalhador a culpa é minha se eu não estou desempregado aqui hoje é porque que eu não tinha a qualificação profissional necessária. Não é verdade o sistema é excludente, então essa questão foi muito, enquanto alguns quebraram a cara, brigaram, resistiram um grande numero de sindicalistas, tava lá fazendo cursinho be-a-bá, e pronto e qual é a participação deles na resistência, não vejo como.. só, nem gosto de falar muito.

**Nilda:** não houve, é isso que a pesquisa quer ta procurando mostrar que tem respaldo, estão respaldando o tempo todo às noções neoliberais, ai e a reestruturação produtiva, e a culpa é do trabalhador. que se tornar empregável

**Entrevistado 7:** individual vá fazer curso... a faculdade não pode ser entendida apenas uma ferramenta para levar ao emprego. Ela é uma ferramenta pra educação, formação social, é uma coisa do conhecimento humano, em todo mundo tem obrigação de ser um pesquisador de, ou de pegar aquilo. Diga-me o que? a lei dos estágios, o cidadão está lá estudando, fazendo um curso de Direito na faculdade, ai vai fazer um estágio no banco, se ele ficar na agência ele não vai aplicar uma linha do que ele está aprendendo no curso de Direito, o que é isso, é fraude, estágio fraudulento usando a mão de obra barata, então nós combatendo e combatendo isso. Isso é um desvirtuamento, então para que, um bancário que está lá, vendendo seguro na agência, pra que ele precisa de um curso de Direito, não é, é técnica de venda pura. O curso superior que ele vai fazer não é pra aquele trabalho específico, ela vai fazer um curso superior ou pra depois ele se tornar um profissional da área ou vai fazer um curso superior simplesmente para ele se tornar uma pessoa melhor, entende e contribuir com isso para o conjunto da sociedade.

## Roteiro de entrevista das lideranças Sindicais Cutistas.

**Sindicato** dos Bancários de Londrina.

filiado a Central: Central Única dos Trabalhadores

**Nilda:** Quanto tempo participa do **Sindicato**?

**Entrevistado 8:** 15 anos **Sindicato** dos Bancários de Londrina. Eu atuo na federação dos Bancários representando região aqui que a gente chama VIDA, que é o **Sindicato** dos Bancários de Londrina, Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti. Eu represento esses **Sindicatos** na Federação dos Bancários. Eu sou secretaria de formação da Federação dos Bancários da CUT.

**Nilda:** O **Sindicato** tem algum projeto em execução na área educacional ou de formação profissional para seus filiados, tanto os trabalhadores como para os filhos destes? Quais os cursos que o **Sindicato** oferta? Tem algum projeto em execução específico entre 2001 ao primeiro semestre de 2006 para a formação profissional?

**Entrevistado 8:** nós tivemos dois anos que nós fizemos projetos com recursos do FAT, pro dez **Sindicatos** que nos temos filiados a FETEC, Federação dos Bancários da Cut, senão me engano o período foi de 98 a 99, então os projetos eram de qualificação profissional, cursos de, que foi feito um levantamento nos **Sindicatos** de base, os **Sindicatos** levantaram quais eram os cursos prioritários, essa foi a primeira etapa que era demanda dos trabalhadores, daí foi visto que a informática, era bastante cobrada, curso de inglês, nós fizemos a partir daí um projeto de qualificação profissional para os bancários, incluindo cursos de inglês, espanhol, informática com várias etapas e mandamos o projeto para Secretaria do Trabalho (...) conseguimos os recursos e o funcionamento que foi um pouco complicado, porque, agora eu não sei como está era aprovado o projeto e ai o projeto ia pra, como é que chama quando abre concorrência pública, para licitação para as empresas que iam concorrer e era o menor preço que ganha, então o que acontecia nós tínhamos a demanda, só que a gente não conseguia acompanhar a qualidade desses, exigir a qualidade, porque em cima daquela demanda a secretaria abria o processo de Licitação, a empresa que ganhava era de menor preço e, muitas vezes nós do **Sindicato** que tinha a maior demanda tinha que arcar com materiais, com tudo, e a empresa venceu a licitação, mas não oferecia qualidade dos cursos. A avaliação que a gente teve assim que era muito ruim assim, foi bom em certo ponto, trouxe né, os bancários viram um outro papel do **Sindicato**, papel de cidadão, mas a utilização desses recursos a gente achou muito precária, como é prazo ai vencia, por exemplo, o processo de licitação demorava pra sair, a gente já tinha a lista de demandas lá, ai o curso de repente aprovava e vinha o recurso vc tinha, a secretaria tinha aquela obrigação de gastar em dois meses, um curso de 70 hs, 90 hs tinha que ser dado em um mês, então foi bastante complicado isso. Tinha turmas que a gente tinha que remanejar, e os **Sindicatos**, os 10 **Sindicatos** tiveram problemas, porque com a menor eles tinham que arrumar estrutura desde xerox até oferecer café né, espaço, lanche pra pessoas e avaliação que a gente fez por isso mesmo, nós lá da FETEC não demos continuidade por conta disso assim, e o que a gente buscou fazer com os sindicatos é buscar outras formas de dar essa qualificação profissional, que é fazer é parcerias com entidades escolares, fazer credenciamentos assim né, e oferecer pro bancários sócios uma forma de convênios com várias entidades de formação e tal, e acho que isso acho que trouxe um melhor resultado. A avaliação assim que a gente fez é que esse processo de recursos do FAT, muitas vezes acabava sendo mal utilizado, vc tinha o recurso mas tinha que

usar num determinado tempo, muito curto e aquela demanda que vc tinha, se tinha que trabalhar num curso de 60 hs de espanhol, tinha que dar no mínimo em quatro meses, pra ser um bom curso, pra ter por exemplo uma reposta né, vc tem duas ou três (...)

**Nilda:** Enquanto representante do **Sindicato**, como sr (a) avalia a participação dos **Sindicatos** na oferta de Educação Profissional, acredita que tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Qual a reflexão que o Sr (a) faz desses cursos, quando analisa o quadro em que há uma destruição dos postos de trabalho e apenas a criação de empregos precários?

**Entrevistado 8:** há uma culpa daquele desempregado, porque ele acha que ele não, ele está sendo demitido porque ele não tem a qualificação que a empresa exige, mas na verdade não é isso, o desemprego é estrutural mesmo, a gente sabe que tem uma massa de, essa de massa de operários, de trabalhadores que estão fora do mercado, é uma massa altamente qualificada, então já foi feita pesquisa sobre isso que a maior parte dos desempregados são pessoas com nível superior, então que não conseguem, terminam a faculdade com muito custo, mas não conseguem se colocar no mercado de trabalho, enquanto por exemplo, a construção civil que está absorvendo um pouco, outros setores que não tem tanta exigência estão absorvendo mais do que a qualificação, então é uma falácia mesmo sobre essa questão de quem precisa se qualificar de quem não tem estudo não tem trabalho, é uma dificuldade mesmo dessa estrutura do capitalismo.

**Nilda:** A entidade quando organiza os cursos de formação profissional se ampara nas diretrizes da central ao qual está filiada ou se fundamenta nas exigências do empresariado da região, das indústrias ou dos trabalhadores?

**Entrevistado 8:**

**Nilda:** O fato de se ofertar via **Sindicato** cursos na área da Educação profissional possibilita também a abertura de espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise do mundo do trabalho, onde além da reestruturação produtiva tem também as reformas da legislação social (sindical, previdenciária e trabalhista)?

**Entrevistado 8:**

**Nilda:** Quais são os parceiros da entidade na execução dos projetos de formação profissional? Os recursos vêm de onde? A contribuição dos parceiros é de quanto em percentuais? quem faz o que?

**Entrevistado 8:**

## **ANEXOS**

**ANEXO A**  
**Certificados**

GOVERNO DO ESTADO

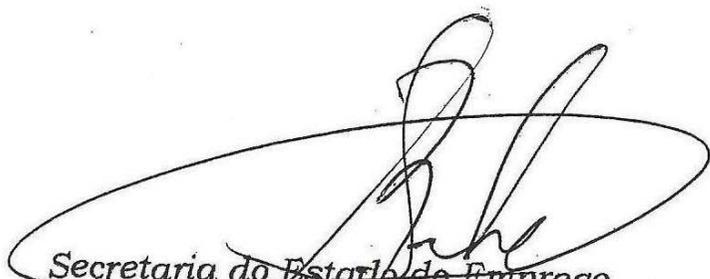
PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO  
E RELAÇÕES DO TRABALHO



**Força Sindical do Paraná**

Certificamos que **Rangel Tonizam** participou do Curso de **Montagem e Manut. de Computadores** promovido pela Força Sindical do Estado do Paraná, em convênio com o Ministério do Trabalho, SEFOR/CODEFAT/SERT, realizado no período de **11/12/00 à 11/01/01** com carga horária de **88** horas e **100%** de frequência.



Secretaria do Estado do Emprego  
e Relações do Trabalho

Curitiba, 18 de Janeiro de 2001.



Sérgio Butka - Presidente  
Força Sindical  
do Estado do Paraná



# CERTIFICADO

Certificamos que, **EDSON PEREIRA**, concluiu o curso de **INJEÇÃO ELETRÔNICA**, executado pela Força Sindical do Estado do Paraná, em parceria com a Força Sindical Nacional, convênio MTE/SPPE/CODEFAT/Força Sindical, realizado no período de **03/02/03** à **28/02/03**, com carga horária de **90** horas.

Curitiba, 20 de Março de 2003

Presidente da Força Sindical do Estado do Paraná



# CERTIFICADO

Certificamos que, **MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS PAIXÃO**, concluiu o curso de **INFORMÁTICA BÁSICA**, executado pela Força Sindical do Estado do Paraná, em parceria com a Força Sindical Nacional, convênio MTE/SPPE/CODEFAT/Força Sindical, realizado no período de **03/02/03 à 28/02/03**, com carga horária de **90 horas**.

Curitiba, 20 de Março de 2003

Presidente da Força Sindical do Estado do Paraná



# CERTIFICADO

Certificamos que, **DAPHINY CRISTINA DE FREITAS PAIXÃO**, concluiu o curso de **INTR. A OP. DE TELEMARKETING**, executado pela Força Sindical do Estado do Paraná, em parceria com a Força Sindical Nacional, convênio MTE/SPPE/CODEFAT/Força Sindical, realizado no período de **10/02/03 à 21/02/03**, com carga horária de **45 horas**.

Curitiba, 20 de Março de 2003

Presidente da Força Sindical do Estado do Paraná

**ANEXO B**  
**Planilhas**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO  
DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

PLANFOR - 2000  
Repasso de Recursos - 2000

ENTIDADES	DATA Assinatura	VALOR TOTAL DE 2000 - FAT R\$	VALOR DA CONTRAPARTIDA DE 2000 R\$	RECURSOS LIBERADOS EM 2000								TOTAL LIBERADO em 27/12/2000
				Primeira Parcela		Segunda Parcela		complemento 2ª parcela		Descontingido		
				VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	
Assoc. de Com. Educativa Roquette Pinto - ACERP(*)	24/ago	400.000,00	**	100.000,00	21/set	100.000,00	4/out	100.000,00	10/Nov**	50.000,00	01/Nov***	400.000,00
Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA	17/mar	1.000.000,00	251.862,00	500.000,00	4/abr	500.000,00	9/nov	**	**	**	**	1.000.000,00
Ass. Membros DOS Trib. de Contas do Brasil - ATRICON	28/jun	500.000,00	100.000,00	300.000,00	28/jun	200.000,00	11/set	**	**	**	**	500.000,00
Central Única dos Trabalhadores - CUT	23/mar	85.000.000,00	7.000.000,00	17.500.000,00	4/abr	12.250.000,00	28/ago	2.345.000,00	9/nov	2.905.000,00	21/nov	35.000.000,00
CNCSENA	12/abr	2.700.000,00	1.243.000,00	810.000,00	18/abr	1.890.000,00	11/abr	**	**	**	**	2.700.000,00
CNA/SENAR	17/mar	2.700.000,00	675.000,00	1.350.000,00	23/mar	1.350.000,00	26/abr	**	**	**	**	2.700.000,00
CHISENAI	21/mar	3.000.000,00	810.000,00	1.500.000,00	5/mar	1.500.000,00	8/nov	**	**	**	**	3.000.000,00
Comunidade Solidária - AAPCS	16/mar	10.000.000,00	14.231.138,00	7.000.000,00	23/mar	3.000.000,00	16/ago	**	**	**	**	10.000.000,00
Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT/CT	1/mar	10.000.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	9/mar	3.500.000,00	15/ago	1.800.000,00	11/abr	**	**	10.000.000,00
Depart. Inters. de Estat. e Estudos Sócio-Econ. - DIEESE	3/abr	900.000,00	175.696,00	450.000,00	4/abr	450.000,00	10/nov	**	**	**	**	900.000,00
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	3/jul	1.000.000,00	310.000,00	600.000,00	7/jul	238.000,00	20/nov	**	**	**	**	738.000,00
Faculdade Lat. Americana de Ciências Sociais FLACSO	**	500.000,00	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
Federação Nacional das APAE's	3/abr	1.000.000,00	665.000,00	500.000,00	20/abr	500.000,00	18/abr	**	**	**	**	1.000.000,00
Força Sindical	1/mar	25.000.000,00	5.000.000,00	12.500.000,00	8/mar	8.750.000,00	19/jul	3.750.000,00	6/set	**	**	25.000.000,00
Fundação Roberto Marinho/CNUP/IESP	28/mar	13.900.000,00	13.900.000,00	7.800.000,00	9/jul	6.100.000,00	20/nov	**	**	**	**	13.900.000,00
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - SM/SP	1/mar	13.000.000,00	2.600.000,00	8.500.000,00	9/mar	4.590.000,00	19/jul	1.950.000,00	12/set	**	**	13.000.000,00
Sociedade Democrática Sindical - SDS	5/mar	12.000.000,00	2.400.000,00	8.000.000,00	9/mar	4.200.000,00	16/ago	1.800.000,00	20/set	**	**	12.000.000,00
Tribunal de Contas da União - TCU	18/abr	762.279,00	1.289.525,00	400.000,00	27/abr	362.279,00	JUL	**	**	**	**	400.000,00
PROEP	8/dez	20.000.000,00	8.583.638,00	**	**	**	**	**	**	**	**	20.000.000,00
PROFAE	6/abr	45.000.000,00	36.688.371,00	22.500.000,00	28/abr	22.500.000,00	**	**	**	**	**	45.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>168.362.279,00</b>	<b>97.923.027,50</b>	<b>91.210.000,00</b>		<b>71.999.279,00</b>		<b>11.445.000,00</b>		<b>2.955.000,00</b>		<b>154.728.500,00</b>

(\*) Forma de pagamento: 5 parcelas

(\*\*) Terceira parcela

(\*\*\*) Quarta parcela

Valor da 5ª parcela da ACERP liberada em 27/12/2000, no valor de R\$ 50.000,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO  
DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

PLANFOR - 2001

Repasso de Recursos - 2001

ENTIDADES	DATA Assinatura	VALOR TOTAL DE 2001 - FAT R\$	VALOR DA CONTRAPARTIDA DE 2001 R\$	RECURSOS LIBERADOS EM 2001						TOTAL LIBERADO até 05/02/2002
				Primeira Parcela		Segunda Parcela		Termo Aditivo		
				VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	
Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA	23/mar	1.000.000,00	223.622,00	500.000,00	10/jun	500.000,00	17/out			1.000.000,00
Central Única dos Trabalhadores - CUT	25/abr	35.000.000,00	7.000.000,00	17.500.000,00	27/abr	17.500.000,00	14/set			35.000.000,00
CHAUSENAS (*)	24/abr	2.700.000,00	675.000,00	1.350.000,00	27/abr	1.350.000,00	23/ago	3.000.000,00	28/dez	7.640.000,00
CNCISENAC	15/mar	2.850.000,00	1.374.000,00	1.425.000,00	27/mar	1.425.000,00	24/ago	4.000.000,00	11/dez	8.850.000,00
CNCISENAC (**)	13/set	3.850.000,00	772.000,00	1.930.000,00	2/out	1.930.000,00	4/dez	4.000.000,00	28/dez	7.860.000,00
Capacitação Social - AACPS	15/mar	10.000.000,00	10.715.405,00	5.000.000,00	28/mar	5.000.000,00	1/ago	2.500.000,00	28/dez	12.500.000,00
Confederação Geral dos Trabalhadores - CGTACT	15/mar	10.000.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	28/mar	5.000.000,00	1/ago	400.000,00	13/set	10.400.000,00
Depart. Inters. do Estad. e Serviços Socio-Econ. - DIEESE	15/mar	900.000,00	462.332,00	450.000,00	24/mar	450.000,00	8/nov			900.000,00
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (*)	8/set	823.730,00	290.000,00	420.000,00	2/out	403.730,00	21/dez			823.730,00
Faculdade Lit. Americana de Ciências Sociais FLACSO	20/set	500.000,00	205.000,00	500.000,00	25/dez					500.000,00
Federação Nacional dos APAE's	3/mar	400.000,00	190.000,00	400.000,00	24/mar	400.000,00	9/out			400.000,00
Força Sindical	18/mar	38.000.000,00	7.600.000,00	19.000.000,00	28/mar	19.000.000,00	1/ago	2.000.000,00	28/dez	40.000.000,00
Fundação Roberto Marinho/CNFRIBSP	8/mar	9.500.000,00	9.500.000,00	4.750.000,00	31/mar	4.750.000,00	21/set			9.500.000,00
Fundação Cultural Palmira	19/dez	328.855,54	63.531,10	328.855,54	21/dez					328.855,54
Postealco	8/out	200.000,00	40.000,00	100.000,00	17/out	100.000,00	6/nov	200.000,00	21/dez	400.000,00
Social Democracia Sindical - SDS	18/mar	12.000.000,00	2.400.000,00	6.000.000,00	2/abr	6.000.000,00	29/ago	1.000.000,00	28/dez	13.000.000,00
Tribunal de Contas do União - TCU (*)	25/abr	1.000.000,00	771.995,00	500.000,00	27/abr	500.000,00	28/dez			1.000.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>129.480.385,54</b>	<b>64.272.865,10</b>	<b>65.151.655,54</b>		<b>64.308.730,00</b>		<b>17.100.000,00</b>		<b>148.500.385,54</b>
PROFAE	28/ago	30.000.000,00	56.000.000,00	10.000.000,00	21/dez	10.000.000,00	25/dez			20.000.000,00
PROEP	15/mar	30.000.000,00	148.440.464,00	1.800.000,00	17/out					1.800.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>60.000.000,00</b>	<b>204.440.464,00</b>	<b>11.800.000,00</b>		<b>10.000.000,00</b>				<b>21.800.000,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>189.480.385,54</b>	<b>248.713.349,10</b>	<b>76.951.655,54</b>		<b>74.308.730,00</b>		<b>17.100.000,00</b>		<b>170.300.385,54</b>

OBS.: (\*) Devolução de recursos: 1) ICU - 1ª parcela R\$ 181.047,83 e 2ª parcela R\$ 500.000,00

2) ENAP - 2ª parcela R\$ 276.000,00

(\*\*) Termo Aditivo nº 002/2002 - Data de assinatura: 05/02/2002

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO  
DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

PLANFOR - 2002

Reposiç. de Recursos - 2002

ENTIDADES	DATA <small>Realização</small>	VALOR TOTAL DE 2002 - FAT R\$	VALOR DA CONTRAPARTIDA DE 2002 R\$	RECURSOS LIBERADOS EM 2002								TOTAL LIBERADO até 05/12/2002
				Primeira Parcela		Segunda Parcela						
				VALOR R\$	DATA Liberação	VALOR R\$	DATA Liberação	PARTE R\$	DATA Liberação	PARTE R\$	DATA Liberação	
Central Única dos Trabalhadores - CUT	6/mar	30.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00	3/abr	15.000.000,00	**	3.750.000,00	02/out	3.750.000,00	11/out	22.500.000,00
Confederação Geral dos Trab. - CGT/CT	6/mar	10.000.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	6/mar	5.000.000,00	**	1.250.000,00	02/out	1.250.000,00	11/out	7.500.000,00
DIEESE	1/abr	300.000,00	69.475,00	150.000,00	4/abr	150.000,00	28/ago	**	**	**	**	300.000,00
Força Sindical	6/mar	36.000.000,00	7.200.000,00	18.000.000,00	6/mar	18.000.000,00	**	9.000.000,00	28/11	**	**	27.000.000,00
Social Democracia Sindical - SDS	6/mar	12.000.000,00	2.400.000,00	6.000.000,00	6/mar	6.000.000,00	**	1.500.000,00	02/out	1.500.000,00	11/out	8.000.000,00
Associação Nac. de Coop. Téc. - ANCA	4/out	500.000,00	106.221,00	300.000,00	16/out	200.000,00	**	**	**	**	**	300.000,00
Capacitação Solidária - AAPCS	17/out	3.500.000,00	1.528.047,10	2.500.000,00	24/out	1.000.000,00	**	**	**	**	**	2.500.000,00
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - CM/SENAI-DN	17/out	5.000.000,00	1.045.562,99	3.500.000,00	31/out	**	**	**	**	**	**	3.500.000,00
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	7/nov	4.000.000,00	1.027.000,00	2.000.000,00	13/nov	2.000.000,00	5/des	**	**	**	**	4.000.000,00
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	21/nov	3.880.000,00	778.000,00	1.940.000,00	5/nov	1.940.000,00	25/nov	**	**	**	**	3.880.000,00
subtotal		105.180.000,00	23.074.305,08	54.390.000,00		49.290.000,00		15.500.000,00		6.500.000,00		60.480.000,00
PRCEP	17/11	50.000.000,00	82.589.271,00	15.000.000,00	20/set	**	**	**	**	**		15.000.000,00
PROFAE	17/11	30.000.000,00	27.557.000,00	5.000.000,00	18/10	**	**	**	**	**		5.000.000,00
subtotal		80.000.000,00	110.146.271,00	20.000.000,00		-		-		-		20.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>185.180.000,00</b>	<b>133.220.576,08</b>	<b>74.390.000,00</b>		<b>49.290.000,00</b>		<b>15.500.000,00</b>		<b>6.500.000,00</b>		<b>100.480.000,00</b>

**ANEXO C**  
**Folder**

## Vagas Limitadas (Sujeitas a confirmação)

Inscrições até dia 23 de Junho/2006, nos seguintes locais:

Filial White Martins - Fone/Fax: (43) 3377-8818  
Londrina - E-mail: nilson\_sanches@praxair.com

**SINDIMETAL** - Rua Bahia, nº 430 - Londrina - Pr  
Fone/Fax: (43) 3324-1152, com Franciele

**NÃO DEIXE PARA ÚLTIMA HORA!**

Realização

**WHITE MARTINS**  
Fazendo a diferença

patrocinado por



**GEAFER**  
REPRESENTANTE PARANÁ  
\* Aço Inoxidável  
\* Aço para Construção Mecânica  
\* Aço Ferramentas  
FONE: (41) 3025-1121



## V SIMPÓSIO de SOLDAGEM - Pr

AS TENDÊNCIAS EM TECNOLOGIA E SOLDAGEM, PARA INDÚSTRIA MECÂNICA DE LONDRINA E REGIÃO

Dias 28 e 29 de Junho de 2006  
o Sindicato dos trabalhadores da Indústria Mec. Mat. El. de Londrina  
das 19:00 às 22:30 horas

Rua Bahia, nº 430 - Londrina - Pr  
Fone/Fax: (43) 3324-1152, com Franciele



**1º DIA DE EVENTO: dia 28 de Junho.**

OS	Aprox. Término	ATIVIDADE	Responsável
00	19:00	Recepção dos Convidados	Equipe de Recepção.
00	19:20	Abertura Oficial do evento	Orador
00	19:40	Breves palavras dos representantes das empresas realizadoras do evento	**
00	20:40	<b>Palestra 1- SEGURANÇA e MANUSEIO DE CILINDROS E EQUIPAMENTOS OXICOMBUSTÍVEIS</b>	Eng. Sr. Jader Simão Zanin.
00	21:00	<b>Coffe-Break</b>	
00	21:30	<b>Palestra 2- NIVELAMENTO, NOÇÕES BÁSICAS DE ELETRECIDADE NO PROCESSO DE SOLDAGEM MIG-MAG e TIG.</b>	Téc. Amarildo R. de Paiva.
00	22:10	<b>Palestra 3- COMPARAÇÕES DAS FORMAS CONSTRUTIVAS e CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS PARA SOLDAGEM.</b>	Téc. Amarildo R. de Paiva.
00	22:30	<b>Espaço para esclarecer dúvidas, e observações gerais</b>	**

**2º DIA DE EVENTO: dia 29 de Junho.**

OS	Aprox. Término	ATIVIDADE	Responsável
00	19:00	Recepção dos Convidados	Equipe de Recepção.
00	19:10	Breves comentários dos assuntos abordados na data anterior	Orador
00	20:00	PELO PROCESSO MAG, & A NOVA FAMÍLIA DE GASES STARGOLD <i>New Generation</i> <b>CASE: 1- Soldagem pelo processo MIG e TIG</b>	Eng. Sr. Vasco Garcia.
00	20:40	<b>Coffe-Break</b>	
00	21:00	<b>CASE: 2- Soldagem de Aço ao carbono pelo processo MIG-MAG, comparativo entre duas misturas MAG.</b>	Eng. Sr. Jader Simão Zanin e Tec. Amarildo R. de Paiva.
00	22:15	<b>Espaço para esclarecer dúvidas, e observações gerais</b>	

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Ramo de Atividade: \_\_\_\_\_

**PARTICIPANTES**

Nome: \_\_\_\_\_ RG ou CPF \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG ou CPF \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG ou CPF \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

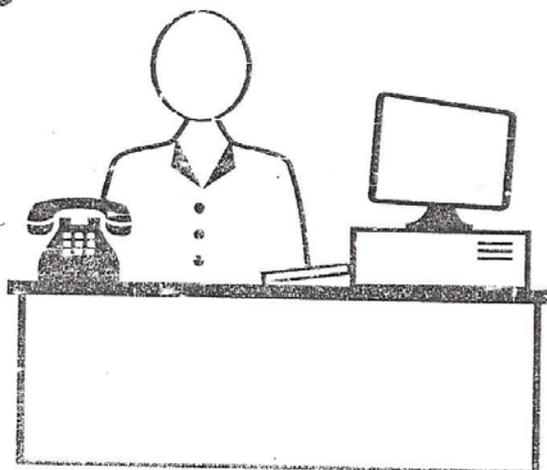
**ANEXO D**  
**Cartilha**



# TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

SECRETÁRIA RECEPTIONISTA  
COM INTERNET



Plano Nacional de Qualificação Profissional

QUALIFICAÇÃO  
Plano Estadual de Qualificação

GOVERNO DO PARANÁ

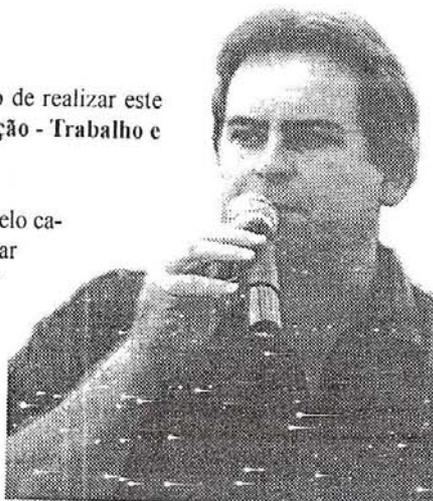
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL

## Apresentação

Quero lhe dar os parabéns pela decisão de realizar este curso e participar do **Projeto Qualificação - Trabalho e Desenvolvimento**.

Tenha certeza de que está seguindo pelo caminho certo, preparando-se para enfrentar com maiores chances de sucesso, a luta por espaço no mercado de trabalho, nestes tempos em que a qualificação e a capacidade de adaptação são condições cada vez mais necessárias para garantir a empregabilidade e o desenvolvimento de cada cidadão.



Há cinco anos a Força Sindical do Paraná, definiu a Educação, como uma de suas prioridades pela luta em defesa da cidadania dos milhares de trabalhadores que representa. Desde então qualificamos mais de 30.000 trabalhadores em todo o Estado do Paraná, em mais de 20 cursos, seja nas áreas industrial, comercial, turismo ou serviços. Este ano, nossa meta é a qualificação de mais 15.000 trabalhadores, empregados, desempregados, cooperados ou autônomos.

Este projeto está sendo implantado com recursos do FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador, através de parceria com a Força Sindical Nacional ou com a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – Governo do Paraná.

Assim, a Força Sindical e seu Sindicatos, fieis à sua visão de defender o sindicato cidadão, de defender todos os trabalhadores, empregados ou desempregados, inclusive seus dependentes e jovens candidatos ao primeiro emprego, está disponibilizando mais este CURSO, dirigido a toda comunidade.

Esperamos com este **Projeto de Qualificação - Trabalho e Desenvolvimento**, estar garantindo mais um requisito básico da CIDADANIA de nossos trabalhadores e de nossa comunidade.

Sérgio Butka  
PRESIDENTE

*Secretária Recepcionista com Internet*

**TRABALHO E  
DESENVOLVIMENTO**  
PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

**EXECUÇÃO**  
FORÇA SINDICAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Sérgio Butka**

Presidente

**Clementino Tomaz Vieira**

Secretário de Formação

**José Carlos Trizotti**

Coordenador Técnico Estadual

**PARCERIA TÉCNICO-FINANCEIRA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

**Newton Grein**

Secretário

**Nircélio Zobot**

Cóordenador de Formação Profissional

**RECURSOS FINANCEIROS**  
CONVÊNIO MTE / SPPE / CODEFAT-SERT

**FICHA TÉCNICA**

**Secretária Recepcionista com Internet**

**Elaboração**

**Módulo I - Secretária Recepcionista**

Sandra Giliane Grik  
grik@zipmail.com.br

**Módulo II - Internet**

Reginaldo Claro Machado

**Projeto Gráfico**

Ricardo Socudo

**Direitos Reservados**

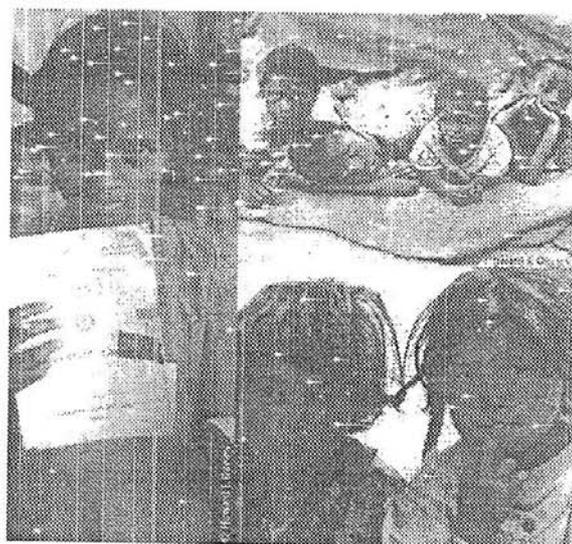
FORÇA SINDICAL DO ESTADO DO PARANÁ  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO  
Rua Lamenha Lins, 981 - Curitiba - PR - 80.250-020  
Fone (41) 219.6000 / Fax (41) 219.6455  
e-mail: forcapr@bsi.com.br



# TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

## DICIONÁRIO DE CIDADANIA



Planfor  
Plano Nacional de Qualificação  
do Trabalho

QUALIFICAÇÃO  
Plano Estadual de Qualificação



MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

GOVERNO  
FEDERAL

## A “Força” da organização

A Força Sindical nacional nasceu em 8 de março de 1991 e embora ainda jovem já reúne aproximadamente mil sindicatos em todo o Brasil. Estes sindicatos juntos representam milhões de trabalhadores dos mais variados setores da iniciativa privada. Seu primeiro presidente fundador, Luiz Antônio de Medeiros, foi eleito deputado federal (SP). Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, é o atual presidente da Força Sindical.

No Paraná a central ganhou força há seis anos, a partir do ingresso de mais de cem entidades sindicais - sindicatos e federações - de todo o estado. Com o ingresso destas entidades, que possuíam uma história no movimento sindical brasileiro, a Força passou a estar presente nas principais lutas dos trabalhadores paranaenses. A central participou da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, da luta das mulheres, dos aposentados, greve nas montadoras de automóveis por melhores salários, dentre outras. Um dos coordenadores deste trabalho foi Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, e em decorrência disso foi eleito presidente da Força Sindical - Pr.

A força política dos dirigentes sindicais paranaenses conquistada nestas lutas trouxe muitos benefícios aos trabalhadores. Um desses benefícios você está conferindo hoje. Este curso profissionalizante que você está tendo a oportunidade de realizar gratuitamente, é um desses exemplos. Só para se ter uma idéia do que isso significa, nestes seis anos mais de 20 mil trabalhadores puderam melhorar suas chances de conseguir um emprego ou garantir uma promoção, graças a esta oportunidade. Neste ano conseguimos mais recursos e estamos dobrando o número de vagas. Só com os recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - liberados diretamente em Brasília, vamos formar mais de 6 mil trabalhadores.

### *Moradia do trabalhador*

Um dos maiores problemas dos trabalhadores brasileiros é a casa própria. Preocupada com esta situação a Força está implementando o maior projeto de habitação que o Paraná já viu. No projeto Moradia do Trabalhador qualquer pessoa poderá adquirir sua casa a preços bem mais baixos que os praticados no mercado e com a vantagem de só começar a pagar depois de estar morando nela.

### *Criança e adolescente*

A Força também não esqueceu das nossas crianças. Apoiou a formação de conselheiros tutelares, que são eleitos pela população para impedir que crianças sejam vítimas de violência e também para cobrar das nossas autoridades mais investimento nesta área. Iniciamos projeto piloto em São José dos Pinhais com 80 crianças carentes. Elas estão tendo a oportunidade de ter o primeiro contato com informática e também aprofundar seus valores, através da auto-estima.

### *Sindicato cidadão*

Estamos preparando lideranças comunitárias e sindicais para atuarem nos seus bairros como defensoras dos direitos do cidadão. Estes conselheiros comunitários estão sendo qualificados em cursos na área dos direitos do consumidor, saúde, educação, criança e adolescente, dentre outros.

A luta por melhores condições de trabalho faz parte das nossas prioridades. O nosso departamento de Saúde do Trabalhador atua na prevenção de acidentes de trabalho, principalmente denunciando as empresas que não respeitam o trabalhador.

Todas estas conquistas estão sendo possíveis graças a organização dos trabalhadores. Mas isso ainda é pouco. Com a sua participação poderemos conquistar muito mais. Neste sentido convidamos você a fazer parte destas lutas. Procure seu sindicato e nos ajude com sua “Força”. Só assim conseguiremos realizar o sonho de todos os brasileiros: construir um país mais justo para todos.

## Lideranças da Força Sindical



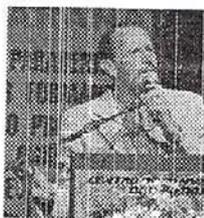
**Luiz Antônio de Medeiros,**  
Presidente fundador da Força Sindical e  
Deputado Federal (SP).



**Paulo Pereira da Silva,**  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores  
Metalúrgicos de São Paulo e  
Presidente Nacional da Força Sindical.



**Sérgio Butka,**  
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande  
Curitiba, segundo Vice-Presidente Nacional da Força  
Sindical  
e Presidente da Força Sindical do Paraná.



**Cláudio Camargo Crê,**  
Presidente da Federação dos  
Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e  
Secretário Nacional de Formação da Força Sindical.



**Clementino Tomas Vieira,**  
Secretário Estadual de Educação

## Presidentes das Regionais da Força Sindical - PR



**Sebastião Santos Simões,**  
Presidente  
da Regional Oeste



**Sebastião Raimundo da  
Silva,**  
Presidente  
da Regional Norte.



**Epifânio Magalhães de  
Oliveira,**  
Presidente da Regional  
Noroeste.



**Antônio Lemos,**  
Presidente  
da Regional Sul.

## Presidentes das Federações filiadas à Força Sindical



**Antônio Sérgio  
Farias,**  
Presidente da Federação dos  
Trabalhadores na Alimenta-  
ção do PR.



**Luiz Ary Gin,**  
Presidente da Federação dos  
Trabalhadores nas Indústri-  
as do PR.



**Wilson Pereira,**  
Presidente da Federação do  
Turismo e Hospitalidade do  
PR.



**Sérgio Gonçalves Lima,**  
Presidente da Federação dos  
Trabalhadores em Educação  
do PR.

**Antônio Lemos,**  
Presidente da Federação dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Saúde do PR.

**Sérgio Butka,**  
Presidente da Federação dos Trabalhadores  
Metalúrgicos do PR.

## Diretoria da Força Sindical do Paraná

<i>Sérgio Butka</i>	<i>Presidente</i>
<i>Rivail A. da Silveira</i>	<i>1o. Vice - Presidente</i>
<i>Luiz Ari Gin</i>	<i>2o. Vice - Presidente</i>
<i>Wilson Pereira</i>	<i>3o. Vice - Presidente</i>
<i>Ariosvaldo Rocha</i>	<i>Secretário Geral</i>
<i>José de Fatima Santos</i>	<i>Secretário Geral Adjunto</i>
<i>João José Gonçalves</i>	<i>Secretário de Finanças</i>
<i>Renato Bertapelli</i>	<i>Secretário de Finanças Adjunto</i>
<i>Clementino Tomaz Vieira</i>	<i>Secretário de Formação Sindical</i>
<i>Nilton Pereira Campos</i>	<i>Secretário de Relações Sindicais</i>
<i>Epifânio Magalhães de Oliveira</i>	<i>Secretário de Relações Institucionais</i>
<i>Gilberto Cruz Rautt</i>	<i>Secretário de Imprensa e Comunicação</i>
<i>Raul Bueno Martins</i>	<i>Secretário de Estudos Sócios Econômicos</i>
<i>Antonio Lemos</i>	<i>Secretário de Políticas Públicas</i>
<i>Luciano Henrique da Silva</i>	<i>Secretário de Políticas e Questões Agrárias</i>
<i>Nuncio Manalla</i>	<i>Secretário de Segurança e Saúde do Trabalhador</i>
<i>Olário Pereira Junior</i>	<i>Secretário de Assuntos Providenciários</i>
<i>Neuralice Cesar Maina</i>	<i>Secretária da Mulher Trabalhadora</i>
<i>Rainer Douglas Kaminski</i>	<i>Secretário de Movimento Popular</i>
<i>Beno Schroder</i>	<i>Secretário dos Servidores Públicos</i>
<i>Ozório João Delmonago</i>	<i>Secretário de Emprego</i>
<i>Pedro Bueno Palusk</i>	<i>Secretário de Cultura</i>
<i>Pedro Celso Rosa</i>	<i>Secretário da Juventude</i>
<i>Roberto Eduardo Eltermann</i>	<i>Secretário do Idoso e Aposentado</i>
<i>Elias Borelle</i>	<i>Secretário de Direito Humanos</i>
<i>Francisco Rodrigues da Silva Sobrinko</i>	<i>Secretário de Relações Internacionais</i>
<i>Ernane Garcia Ferreira</i>	<i>Secretário de Assuntos do Merconsul</i>
<i>Sebastião Raimundo</i>	<i>Secretário do Meio Ambiente</i>
<i>Luiz Antonio Ciunneck</i>	<i>Secretário do Departamento Metalúrgico</i>
<i>Jabes Agibert Pinheiro</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores da Indústria</i>
<i>Francisco C. Ferreira</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores da Alimentação</i>
<i>Gessi Calette</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores da Saúde</i>
<i>Ricardo Vanderley Kligendorf</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores do Turismo</i>
<i>José Carlos Leandro</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores do Comércio</i>
<i>Sérgio Lima</i>	<i>Secretário do Departamento dos Trabalhadores Educação</i>
<i>José Soares Silveira</i>	<i>1º Suplente de Formação Sindical</i>
<i>Roberto Zanetti</i>	<i>2º Suplente de Formação Sindical</i>
<i>Gerson Luiz Vuicik</i>	<i>1º Suplente de Relações Sindicais</i>
<i>José Vilmar Vitorino</i>	<i>2º Suplente de Relações Sindicais</i>
<i>Raul Erlon Candido</i>	<i>1º Suplente de Relações Institucionais</i>
<i>José Carlos A Xavier</i>	<i>1º Suplente de Imprensa e Comunicação</i>
<i>Reginaldo Cesar de Campos</i>	<i>2º Suplente de Imprensa e Comunicação</i>
<i>Francisco de Assis Neves Martins</i>	<i>1º Suplente de Estudos Sócios Econômicos</i>
<i>Marcos A Pietrochinski</i>	<i>2º Suplente de Estudos Sócios Econômicos</i>
<i>Iran Dias</i>	<i>1º Suplente de Políticas Públicas</i>
<i>Manoel Altamir Pereira</i>	<i>2º Suplente de Políticas Públicas</i>
<i>Santo Batista de Aquino</i>	<i>1º Suplente de Emprego</i>
<i>Vanderley Gomes Resende</i>	<i>1º Suplente de Políticas e Questões Agrárias</i>
<i>Moacir Barboza Vieira</i>	<i>1º Suplente de Segurança e Saúde do Trabalhador</i>
<i>Waldemar Dias de Souza</i>	<i>2º Suplente de Segurança e Saúde do Trabalhador</i>

---

**Dicionário de Cidadania**


---

<i>Antonio Brizola</i>	<i>1º Suplente de Assuntos Previdenciarias</i>
<i>Dileta Mercante Late</i>	<i>1º Suplente da Mulher Trabalhadora</i>
<i>Nadia Sloboda</i>	<i>2º Suplente da Mulher Trabalhadora</i>
<i>Wilson Tataren</i>	<i>1º Suplente de Movimento Popular</i>
<i>Alceu Guaraz Almeida</i>	<i>1º Suplente dos Servidores Públicos</i>
<i>Natalia da Costa Zolnir</i>	<i>1º Suplente de Cultura</i>
<i>João Moacir</i>	<i>2º Suplente de Cultura</i>
<i>João Batista Oliveira</i>	<i>1º Suplente da Juventude</i>
<i>Doris Andrade da Cruz</i>	<i>2º Suplente da Juventude</i>
<i>Almir R. A. Prado</i>	<i>3º Suplente da Juventude</i>
<i>Leonilda Maniz D'Almeida</i>	<i>1º Suplente do Idoso e Aposentado</i>
<i>José Barbosa</i>	<i>2º Suplente do Idoso e Aposentado</i>
<i>Silvia Leda</i>	<i>1º Suplente de Direito Humanos</i>
<i>Valdemar B. Rodrigues</i>	<i>1º Suplente de Relações Internacionais</i>
<i>Airton Ferreira da Silva</i>	<i>1º Suplente de Assuntos do Mercosul</i>
<i>João de Deus</i>	<i>1º Suplente do Meio-Ambiente</i>
<i>José da Silva</i>	<i>1º Suplente do Departamento Metalúrgico</i>
<i>Sebastião dos Santos Simões</i>	<i>2º Suplente do Departamento Metalúrgico</i>
<i>José Tarcisio Silva</i>	<i>1º Suplente do Departamento dos Trabalhadores da Indústria</i>
<i>Regina Waichiliski</i>	<i>1º Suplente do Departamento dos Trabalhadores da Saúde</i>
<i>José Valter Batista da Silva</i>	<i>1º Suplente do Departamento dos Trabalhadores do Turismo</i>
<i>José Milton Camargo</i>	<i>1º Suplente do Departamento dos Trabalhadores do Comércio</i>
<i>Murici Alves</i>	<i>2º Suplente do Departamento dos Trabalhadores do Comércio</i>
<i>Francisco Simão</i>	<i>1º Suplente do Departamento dos Trabalhadores Educação</i>

**Direção Estadual**

*Aneli Marques dos Santos*  
*Carlos Roberto Duarte*  
*José Guiraraes*  
*Francisco Carlos Rosa*  
*José Rival Moura*  
*Rubens Martins*  
*Ademir Dias*  
*Geraldo Rocha*  
*Celiton Rocha*  
*Reinaldo Matzak*  
*Sebastião Tevares*  
*Suzi Macedo*  
*Maria Donizete T. Alves*  
*Nelson da Silva de Souza*  
*Alferiz Cruzis*  
*Alfani Alves*

**Conselho Fiscal Efetivo**

*Diamiro Cordeiro da Fonseca*  
*João Roberto Zingra*  
*Daniilo Maba*  
*José Ramos Vasconcelos*  
*Pedro Paulo da Silva*  
*Josevaldo Garcia*

# Dicionário de Cidadania

Amor, Liberdade, Direito, Dever,

Cidadania,

Respeito, Solidariedade,

Leis, Valor, Participação, Tolerância,

Organização, Violência

Democracia, Estado,

Poder, Mídia, Constituição,

Ética, Moral,

Discriminação, Políticas Públicas,

Igualdade,

Globalização, Sociedade...

A confecção deste material teve como objetivo buscar a sua participação. Na nossa visão, "Cidadania" não pode ser apresentada como receita de bolo. Evolui diariamente. Esta evolução é coletiva, não podendo ser construída isoladamente. Neste sentido, tomamos a liberdade de convidá-lo à construir este dicionário com palavras e ações. Afinal de contas, "Cidadania" é um aprendizado constante.

**Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA**

# Eu

## Significado

"Pronome da primeira pessoa do singular.

A personalidade de quem fala".

Dicionário Aurélio

"Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos".

Eduardo Galeano

## "As prisões"

Vivemos em um tempo muito ocupado, em que nossas vidas transbordam atividades, algumas alegres, algumas dolorosas, algumas gratificantes, outras não.

Conta-se muito a história de um homem de uma região do norte do Tibete que decidiu fazer uma peregrinação com seus amigos até o Palácio Potala, a residência do Dalai Lama em Lhasa, um lugar muito sagrado. Era uma época em que marcava uma pessoa por uma vida inteira. Naqueles dias não havia carros ou veículos de qualquer espécie na região, e as pessoas se locomoviam a pé ou a cavalo. Demorava-se bastante para chegar a qualquer lugar, e era perigoso ir muito longe, já que inúmeros ladrões e bandidos assaltavam viajantes incautos. Por esses motivos, a maioria das pessoas nunca deixava sua região natal, do nascimento à morte. A maioria delas nunca havia visto uma casa; moravam em tendas pretas tecidas com fibra de pêlo de iaque.

Quando esse grupo de peregrinos finalmente chegou em Lhasa, o homem do norte ficou assombrado com o Palácio Potala e seus múltiplos andares, suas muitas janelas e a vista espetacular da cidade que se descortinava do alto. Ele enfiou a cabeça por uma abertura bem estreita que servia de janela para ter uma visão melhor, girando a cabeça para direita e para a esquerda, enquanto olhava a vista lá em baixo. Quando seus amigos o chamaram para ir embora, ele puxou a cabeça para trás, com um solavanco forte, mas não conseguia tirá-la da janela. Ficou muito nervoso, puxando de um lado para outro. Por fim, concluiu que estava realmente entalado. Então, disse aos amigos: "Podem ir para casa sem mim. Digam à minha família que a notícia ruim é que morri, mas a notícia boa é que morri no Palácio Potala. Haveria lugar melhor para alguém morrer?". Os amigos eram também gente simples, de modo que, sem muito refletir, concordaram e foram embora. Algum tempo depois, o zelador do templo apareceu e perguntou: "Mendigo, o que você está fazendo aí?"

"Estou morrendo", ele respondeu.

"Por que acha que está morrendo?"

"Por que minha cabeça está entalada."

"E como é que você a pôs aí?"

"Eu a enfiei fazendo assim."

O zelador respondeu, "Então, tire-a da mesma maneira que entrou!"

O homem fez o que o zelador sugeriu, e se soltou. Como esse homem, se conseguirmos enxergar onde é que estamos presos, poderemos quebrar nossas amarras e ajudar os outros a fazer o mesmo. Mas, primeiro, precisamos entender como viemos parar onde estamos.

*Chagdud Tulku Rinpoche*

- Sublinhe a frase que mais lhe chamou a atenção.

- Justifique.

.....

.....

.....

.....

# Poder

Significado

"Ter força. Dispor de força ou autoridade. Direito de deliberar, agir, mandar".

Dicionário Aurélio

"Quando nada parece me ajudar, vou e olho o cortador de pedras martelando a rocha, talvez cem vezes, sem que nem uma só rachadura apareça. No entanto, na centésima primeira martelada, a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu, mas todas as que vieram antes."

Jacob Riis

# Estado

Significado

"O conjunto dos poderes políticos de uma nação. Divisão territorial de certos países. Nação politicamente organizada".

Dicionário Aurélio

# Mídia

Significado

"Designação dos meios de comunicação social, como jornais, revistas, cinema, rádio".

Dicionário Aurélio

# Liberdade

Significado

"Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação.

Poder de agir, no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas".

Dicionário Aurélio

"Para ser livre, tenho de me ver cercado e reconhecido como tal por homens livres  
A liberdade de todos, longe de ser um limite para a minha,  
é sua confirmação, sua realização"

Bakunin 1814 - 1876

## Experiência direta de libertação

...Estamos sempre caminhando não pelo prazer de caminhar, mas pela compulsão de chegar. Só a chegada parece ter importância. Nunca o caminho. Mas a vida está no caminho, da mesma forma que a morte está na chegada. Sempre!

Lutar pela vida quer dizer: lutar só pela chegada. É isso que nos ensinam. Mas isso não é lutar pela vida. É lutar pela morte. Vence na vida aquele que corta mais caminhos, aquele que fica livre mais depressa de um número de obstáculos... Mas é desse jeito que vemos o sentido de caminhar na vida. Caminhamos para ficar livres do caminho. E assim vamos ficar livres da própria vida.

... Na escola as crianças descobrem que não lhes ensinaram a viver com a vida. Descobrem que lhes ensinaram a viver contra a vida. Porque lhes ensinaram a construir um futuro e não um presente. Descobrem que foram condicionados diariamente e nos mínimos detalhes a viver no futuro. Descobrem que não conseguem, não sabem viver no presente.

Descobrem que no lar e na escola lhes ensinaram a subir um morro. Descobrem que lhes impingiram essa compulsão de terem sempre de estar subindo um morro. Mas nunca pela realização, pelo prazer de subir. E sempre e somente pelo prêmio de chegar...e alguns se anulam como indivíduos e como seres sociais ao se recusarem a continuar subindo o morro. Toda a sociedade, que como cada um de seus membros só conhece a realidade da compulsão de subir morro, se encarrega de eliminar aqueles que não aguentam mais a maldição do alpinista como uma meta de sucesso. Porque toda ilusão do morro desaparece ao chegarmos no topo...

*Extraído do Livro Zen*

## Participação

Significado  
"Ato ou efeito de participar".  
Dicionário Aurélio

Todos os países tem leis, mas não há leis que assegurem a aplicação das leis.  
Kouang-tseu  
século III-IV a.C. China

Participação é a ação de participar. Quem participa "faz parte" de algo maior, que o supera e o transcende. O todo é mais que uma soma de partes. Os seres humanos fazem parte de muitos agrupamentos que têm um sentido maior que cada um de seus integrantes: família, grupos sociais diversos, nação, comunidades humanitárias.

Mas "fazer parte" é apenas uma parte do conceito. Participar é, também, "tomar parte" na vida e no destino dos agrupamentos que integramos. Isto é, intervir, opinar e, acima de tudo, decidir sobre as questões relacionadas ao grupo e que, como parte dele, também nos afetam.

"Fazer parte de" e "tomar parte em" conjunto maiores do que cada indivíduo são os dois componentes do significado do termo "participar". Participar é atividade natural do ser humano.

*Maleta Didática Educação para a Cidadania  
Instituto Interamericano de Direitos Humanos*

# Direito

Significado

"Aquilo que é justo reto e conforme a lei.  
Conjunto de normas jurídicas de um país".

Dicionário Aurélio

"Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade".

Artigo 1 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

"A verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se todos cumprirmos os nossos deveres, será fácil obter respeito aos nossos direitos. Se, negligenciando nossos deveres, reivindicamos nossos direitos, estes nos escapam. Tal como fogos fátuos, quando mais os perseguimos, mais se afastarão de nós."

*Mahatma Gandhi*

# Dever

Significado

"Ter obrigação. Estar obrigado. Obrigação. Tarefa. Obrigação moral".

Dicionário Aurélio

Cada direito é na verdade também um dever. Um dever para com o próximo, para com a sociedade, para com o seu país. Se todos nós cumprirmos nossos deveres, com certeza teremos nossos direitos respeitados.

# Tolerância

**Significado**

"Ato ou efeito de tolerar. Tendência a admitir modos de pensar, de agir e de sentir que diferem dos de um indivíduo ou de grupos determinados, políticos ou religiosos".

Dicionário Aurélio

# Igualdade

**Significado**

"Eqüidade, justiça. Qualidade ou estado de igual".

Dicionário Aurélio

# Educação

**Significado**

"Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas".

Dicionário Aurélio

"Feliz aquele que transfere o que se sabe e aprende o que ensina"

Cora Coralina

# Amor

## Significado

"Sentimento que predispõe alguém a desejar o bem do outro, ou de alguma coisa. Afeição, carinho, amizade, ternura".

Dicionário Aurélio

... "É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã, porque se você parar para pensar, na verdade não há".

Renato Russo

# Organização

## Significado

"Ato ou efeito de organizar. Planejamento, preparo. Modo pelo qual se organiza um sistema. Associação ou instituição com objetivos definidos".

Dicionário Aurélio

Quando sentiu que chegava a hora de sua morte, um senhor chamou seus sete filhos e lhes disse: - Quero que cada um de vocês procure um ramo seco e o tragam para mim.

Os filhos obedeceram. O senhor então amarrou os 7 ramos com uma corda e pediu ao filho mais velho que os partisse. Mas por mais esforço que fizesse, o moço não conseguiu. O senhor pediu que tentassem partí-las todos juntos. Mas não conseguiram. Então o senhor desfez o nó da corda que unia os ramos e pediu ao filho mais novo que partisse ramo por ramo. Sem muito esforço o menino foi partindo um a um.

O senhor então disse:

- Meus filhos, já viram que o caçula de vocês pode partir ramo a ramo quando estavam separados. Os ramos unidos, nem o mais forte de vocês, nem todos vocês juntos, conseguiu partir. Quero que se lembrem disso.

*Conto Popular extraído e adaptado da  
"Mala Didática Educação para a Cidadania"*

# Cidadania

Significado  
 "Qualidade de cidadão. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado,  
 ou no desempenho dos seus deveres".  
 Dicionário Aurélio

## **Eu só peço a Deus**

( Solo le pido a Dios )

*Leon Gieco e Raul Ellwanger*

Eu só peço a Deus  
 Que a dor não me seja indiferente  
 Que a morte não me encontre um dia  
 Solitário, sem ter feito o que eu queria

Eu só peço a Deus  
 Que a injustiça não me seja indiferente  
 Pois não peço dar a outra face  
 Se já fui machucado brutalmente

Eu só peço a Deus  
 Que a guerra não me seja indiferente  
 É um monstro grande e pisa forte  
 Toda dor e inocência dessa gente

Eu só peço a Deus  
 Que a mentira não me seja indiferente  
 Se um só traidor tem mais poder que um povo  
 Que este povo não se esqueça facilmente

Eu só peço a Deus  
 Que a futuro não me seja indiferente  
 Sem Ter que fugir desenganado  
 Para viver uma cultura diferente

# Democracia

Significado  
 Governo do povo. Soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da sabedoria popular e da distribuição equitativa do poder que se caracteriza pelo ato eleitoral e pela divisão dos poderes".

Dicionário Aurélio

# Ética

Significado  
 Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto".

Dicionário Aurélio

# Moral

Significado  
 "Conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada".

Dicionário Aurélio

# Lei

Significado  
 Norma de direito ditado pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e desenvolvimento. Norma ou conjunto de normas elaboradas e votadas pelo poder legislativo".

Dicionário Aurélio

# Valor

Significado  
 "Importância de determinada coisa. Qualidade pela qual determinada pessoa ou coisa é estimável em maior ou menor grau".

Dicionário Aurélio

# Sociedade

Significado

"Conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência de grupo. Comunidade".

# Solidariedade

Significado

"Qualidade de solidário. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar outro ou outros".

Dicionário Aurélio

Se eu soubesse de uma coisa útil a minha nação que fosse ruínoza a outra,  
não a proporia a meu príncipe porque sou homem antes de ser francês,  
porque sou necessariamente homem,  
e não sou francês senão por acaso.

*Montesquieu 1689-1755*

# Políticas Públicas

Significado

"Política - Sistema de regras com respeito à direção dos negócios públicos".

Públicas - "Relativo ao destino do povo. Que é de uso de todos".

Dicionário Aurélio

FOLHA DE S. PAULO 39  
 AREA SOCIAL EM QUÊ: Prefeitura de São Paulo deixou de investir R\$ 300 milhões do que estava previsto para a Saúde em 96

## Faltam médicos, macas e remédios

PRICLA LAMBERT  
 de São Paulo

Pagura culpa  
 o Estado

O ESTADO DE S. PAULO

## Doentes mentais vivem em matadouro na BA

Moradores denunciaram  
 que prefeitura de Santana  
 mantém duas pessoas em

cidos. O prefeito do município, médi-  
 co Wilson Neves de Almeida (PS-  
 DB), não estava na cidade. tentam,  
 para falar sobre o assunto.

primeiro caso. Segundo o diretor, te-  
 ria sido o de "uma pessoa de rua"  
 que chegou de madrugada. Embria-  
 gada, teria dito que queria consultar  
 um psiquiatra.

O ESTADO DE S. PAULO

## Guarda é acusado de balar rapaz em escola

## Sem-teto atacam prédio da prefeitura de Betim

Estado do Paraná

## Mortalidade materna cresce em São Paulo

da Reportagem Local

a mortalidade materna deu um

qual ele é selecionado. O índice de  
 21,6 representa uma morte de mãe  
 para cada 1.400 partos.

Gazeta do Povo

# Globalização

Signifi  
 "Referente a global. Global: Tomado ou computado em globo, por inteiro, integral,  
 Relativo ou pertencente ao globo terre  
 Dicionário Au

## "Cuidado com o nosso único planeta"

Cuidado todo especial merece nosso planeta Terra. Temos unicamente ele para viver e morar. É um sistema de sistemas e superorganismos de complexo equilíbrio, urdido ao longo de milhões e milhões de anos. Por causa do assalto predador do processo industrialista dos últimos séculos esse equilíbrio está prestes a romper-se em cadeia. Desde o começo da industrialização, no século XVIII, a população mundial cresceu 8 vezes, consumindo mais e mais recursos naturais; somente a produção, baseada na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes. O agravamento deste quadro com a mundialização do acelerado processo produtivo faz aumentar a ameaça e, conseqüentemente, a necessidade de um cuidado especial com o futuro da Terra.

Trágico é o fato de que faltam instâncias de gerenciamento global dos problemas da Terra. A ONU possui cerca de 40 projetos que tratam de problemas globais, como os climas, o desflorestamento, a contaminação do ar, dos solos e das águas, a fome, as epidemias, os problemas dos jovens, dos idosos, as migrações, entre outros. Para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo. Importa desenvolver uma ética do cuidado.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente elaborou uma estratégia minuciosa para o futuro da vida sob o título: "Cuidando do Planeta Terra". 1. Construir uma sociedade sustentável. 2. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos. 3. Melhorar a qualidade da vida humana. 4. Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta Terra. 5. Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra. 6. Modificar atitudes e práticas pessoais. 7. Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio-ambiente. 8. Gerar uma estrutura nacional para integrar desenvolvimento e conservação. 9. Constituir uma aliança global.

*Saber Cuidar - Ética do humano*  
 Leonardo Boff

# Discriminação

Significad  
 "Ato ou efeito de discriminar. Separação, apartação, segregação  
 discriminação racial"  
 Dicionário Aurélio

# Violência

## Significado

"Ato violento. Constrangimento físico ou moral.  
Uso da força. Coação".  
Dicionário Aurélio

"Violência é todo ato que desconsidera o ser humano, tratando-o como coisa".  
Marilena Chauí

## Trombadinhas e Trombadões

O Brasil tem sido considerado com razão o país mais paradoxal do mundo, pois se situa entre as dez maiores economias do planeta e no entanto ombréia com as nações mais atrasadas quanto aos indicadores sociais. Nossa distribuição de renda é tão perversa que espanta os estudiosos, já que a cada decênio se faz ainda maior a distância entre os super-ricos e os pobres e miseráveis, como se o nosso sistema de produção e distribuição de riqueza estivesse viciado, montando com um "programa" fraudulento, destinado a aumentar crescentemente o fosso entre os ricos e pobres.

Numa sociedade assim tão desigual desenvolve-se um clima psico-social deletério, caracterizado pelo "saí-se quem puder", pela subversão de valores e pelo acúmulo explosivo de precauções, medos, raivas, frustrações, ódios, ressentimentos, rancores, invejas, angústias e ansiedades que deságuam no atual quadro de violência patológica em todos os setores do convívio social - do trânsito à criminalidade, da vida familiar à ação política, da televisão às ruas, em toda parte.

Essa conturbação explica simultaneamente o nosso alto índice de doenças mentais - de novo um dos mais elevados do mundo - e as violências aparentemente inexplicáveis

dessa barbárie em que estamos mergulhando no que tange à brutalidade explícita das ruas, com delinquentes, maus policiais e cidadãos desarvorados disputando a palma da insanidade e assombrando o mundo com espetáculo de uma sociedade onde a vida humana vale muito menos que de um bezerro: a síndrome de matupé...

Mas há neste País paradoxo ainda mais flagrante: é o que envolve os maus-chamados "meninos de rua", esses marginalizados considerados generalizadamente marginais. Eles estão sendo exterminados em grande número em quase todas as capitais, vítimas de uma espécie de "solução final" brasileira que os poderes públicos não conseguem debelar e que a sociedade em geral aprova por comissão ou conivência.

O paradoxo consiste na comparação entre o que acontece com esses meninos e o que ocorre com os criminosos e contraventores de "colarinho branco".

De um lado temos o **funesto amálgama** entre os meninos que simplesmente buscam nas ruas a sobrevivência própria ou do núcleo familiar - com pequenos serviços, mendicância ou prostituição - e os poucos que de alguma maneira agridem a sociedade com pequenos delitos (os estudos indicam que estes são menos de 1% do total). O tratamento que o Estado - através principalmente dos agentes da Lei - e a sociedade dispensam a esses misturados no camburão social do preconceito e da rejeição é discriminatório, isento e cruel, chegando a configurar um caso típico de **genocídio interno**. Eles se tornaram verdadeiros bodes expiatórios de uma sociedade conturbada pela crise social (esse processo é muito claro para os que conheceram de perto o holocausto dos judeus, e em parte por isso o extermínio dos meninos brasileiros tem causado Horror na Europa).

De fato, os meninos jogados nas ruas se tornaram as vítimas preferenciais, porque indefesas e vulneráveis, desse "mal-estar" generalizado que avassala o Brasil. A insatisfação com tudo e com quase todos ao redor leva muitas pessoas a participarem irrefletidamente do linchamento moral desses discriminados, apoiar uma violência policial ou até aprovar ou estimular o massacre ininterrompido e covarde.



## Paz

Uma figura que impressionou todo o século XX é seguramente Gandhi (1869-1948). Nascido na Índia, formou-se em direito em Londres e trabalhou por mais de 20 anos na África do Sul (1893-1915) defendendo os imigrantes indianos, vítimas da segregação racial. Ele via a essência da mensagem de Jesus no sermão da montanha, no amor, na recusa a toda violência, na veneração aos pobres e no compromisso com uma vida simples. Tais idéias impressionaram profundamente Gandhi e o ajudaram a formular sua própria visão da não-violência e da atuação política como cuidado com o povo.

Na Índia Gandhi se entregou à tarefa de organizar o povo contra a dominação inglesa. Começou pregando o boicote aos produtos ingleses, especialmente aos tecidos. Incentivou o resgate da tradição familiar de tecer suas roupas em casa. Convocou para a desobediência civil. Foi preso inúmeras vezes. Famosa ficou a "Marcha para o Mar" em 1930. Por um decreto dos colonizadores, os indianos não poderiam comprar sal, a não ser aquele monopolizado pelos ingleses. Gandhi mobilizou milhares e milhares de pessoas que caminharam em direção ao mar para dele extrair o sal de que precisavam. Foi preso, mas conseguiu a liberação completa do sal. Gandhi definia a política como "um gesto amoroso para com o povo". Em outras palavras, política como cuidado com o bem-estar de todos e ternura essencial para com os pobres.

Dois princípios básicos norteavam a sua prática: a força da verdade (*satiagra*) e a não-violência ativa (*ahimsa*). Acreditava, profundamente, que a verdade possui em si uma força invencível contra qual são inócuas as manipulações, as violências, as armas e as prisões. Tinham profunda convicção de que, por detrás

**Dicionário de Cidadania**

dos conflitos, vige uma verdade latente a ser identificada. Função do político é crer nesta verdade, trazê-la à tona para todos e agir em coerência com ela, mostrando-se disposto a suportar os sacrifícios que tal postura comporta.

Acreditava firmemente que a verdade, embora tardia, sempre venceria.

A crença na verdade levou-o à não-violência ativa (*ahimsa*), que não significa cruzar os braços, mas usar todos os meios pacíficos para alcançar os objetivos almejados. Importa que os meios e os fins tenham a mesma natureza. Fins bons demandam meios bons. Pratica-se a não-violência ativa, por exemplo, ocupando ruas, organizando manifestações, fazendo jejuns e preces, e oferecendo o próprio corpo para deter a violência. Gandhi criticou a atitude da Dinamarca que, diante da invasão nazista, simplesmente capitulou. O dever dos soldados, segundo ele, era o de oferecer resistência com seus corpos desarmados. O sentido da não-violência ativa não é garantir a vitória de um dos lados, mas fazer valer a verdade que ajuda a construir um poder social baseado na participação equitativa, na colaboração e na *solidariedade* entre todos.

Gandhi elaborou um pequeno credo em forma de oração, recitado todos os dias: "*Não terei medo de ninguém sobre a terra. Não aceitarei injustiças de ninguém. Vencerei a mentira pela verdade. E, na minha resistência à mentira, aceitara qualquer tipo de sofrimento*".

Gandhi era profundamente religioso. Conhecia o cristianismo a fundo e tinha grande veneração por Jesus. Mas continuou em sua religião indiana, pois acreditava que todas as religiões, em seu coração, captam, expressam a mesma verdade divina.

Possuía um profundo cuidado para com todos os seres. Como um mandamento pregava: "Amarás a mais insignificante das criaturas como a ti mesmo. Quem não fizer isto jamais verá a Deus face a face".

Graças aos esforços de Gandhi, a Índia conquistou a independência da dominação inglesa a 15 de agosto de 1947. Por causa dos conflitos religiosos entre hindus e muçulmanos, o país foi dividido em dois, a Índia (de religião hinduísta) e o Paquistão (de religião muçulmana). A divisão persiste até os dias de hoje. Gandhi, o messias da não-violência, foi vítima da violência. A 30 de janeiro de 1948 um brâmane fanático o assassinou. Recebeu do povo o título de Mahatma que significa a Grande Alma.

Efetivamente, Mahatma Gandhi deixou à humanidade este legado perene: é possível unir santidade pessoal a um empenho político libertador. Essa santidade pessoal, fundada na paixão pela verdade e na opção pelos meios pacíficos, faz com que a política seja mais que um simples exercício de poder público. Ela se transforma num cuidado amoroso para com a vida e num compromisso ético com o destino de todo o povo.

*Frei Leonardo Boff*

## Declaração Universal dos Direitos Humanos

É muito antiga a noção de que os seres humanos possuem certos direitos e liberdades fundamentais, que não podem ser negados, seja quais forem as circunstâncias. À medida que as sociedades foram ficando mais numerosas e complexas, o que era senso comum, foi sendo transformado em lei, garantindo proteção a todos os que tivessem os seus direitos violados.

No século XVIII, surgiram as declarações de direitos, que enumeravam os direitos humanos fundamentais. A primeira foi a Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, na América do Norte, mas a que exerceu maior influência no mundo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Francesa, após a Revolução, em 1789.

A ampla disseminação dos ideais franceses de liberdade, igualdade, fraternidade tornou mais visíveis e inaceitáveis injustiças que, à época, eram encaradas com certa naturalidade, como a tirania, o escravismo e a discriminação das maiorias, que tinham seus direitos restringidos por serem de sexo, raça ou religião diferentes do grupo dominante.

Contudo, esses avanços não foram capazes de evitar as duas grandes guerras mundiais. Os horrores então cometidos chocaram o mundo e levaram países de todos os continentes a criar a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma das primeiras iniciativas da ONU foi estabelecer a Comissão dos Direitos Humanos, composta por filósofos, juristas, cientistas políticos e historiadores de várias partes do mundo, com a incumbência de elaborar uma nova declaração de direitos humanos.

Aqui nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, um conjunto de 30 artigos, nos quais estão indicados os direitos fundamentais e suas exigências. Foi chamada de universal porque se dirige a toda a humanidade, devendo ser respeitada e aplicada por todos os países e por todas as pessoas, em benefício de todos os seres humanos, sem qualquer exceção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi assinada por quase todas as nações do mundo, inclusive pelo Brasil, valendo como um compromisso moral desses países. Entendendo que esses direitos só serão efetivamente cumpridos se forem amplamente conhecidos e compreendidos por todos, a ONU decretou a Década da Educação para os Direitos Humanos, que iniciou-se em 1994 e vai até o ano 2005.

Eis os artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

### ARTIGO 1

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

São dotados de razão e consciência e devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade.

### ARTIGO 2

1. Todos os homens podem invocar os direitos e as liberdades estabelecidos na presente Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra situação. 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território independente, sob tutela, sem governo próprio ou seja a qualquer outro tipo de limitação de soberania.

### ARTIGO 3

Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

### ARTIGO 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos sob todas as formas.

---

*Dicionário de Cidadania*

---

ARTIGO 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamentos ou punições cruéis, desumanas ou degradantes.

ARTIGO 6

Todos os homens tem o direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

ARTIGO 7

Todos são iguais perante a lei e, sem qualquer distinção, tem direito a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8

Todo homem tem direito a recurso efetivo dos tribunais nacionais competentes contra atos que violem os direitos fundamentais que lhes sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

ARTIGO 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10

Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, que decida sobre seus direitos e deveres ou sobre o fundamento de qualquer acusação criminal contra ele apresentada.

ARTIGO 11

1. Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpa fique legalmente comprovada em um julgamento público, no qual todas as garantias necessárias à sua defesa lhe tenham sido asseguradas.  
2. Ninguém poderá ser condenado a qualquer ação ou omissão que, no momento em que foram praticadas, não constituíam delitos perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta a pena mais grave do que aquela que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

ARTIGO 12

Ninguém sofrerá interferências arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito a proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO 13

1. Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e de escolha de sua residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, bem como o de a ele regressar.

ARTIGO 14

1. Todo homem vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode, porém ser invocado no caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atividades contrária aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15

1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16

1. Homens e mulheres maiores de idade tem o direito de contrair matrimônio e de construir uma família, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião; e, durante o casamento e na sua dissolução, gozam de iguais direitos. 2. O casamento só será válido com o livre e pleno consentimento dos nubentes. 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

---

*Dicionário de Cidadania*

---

ARTIGO 17

1. Todo homem tem direito à propriedade, seja individualmente ou em sociedade com os outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

ARTIGO 18

Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou de crença, bem como a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

ARTIGO 19

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser incomodado por suas opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios de expressão, independente de fronteiras.

ARTIGO 20

1. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21

1. Todo homem tem direito de tornar parte do governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo homem tem direito de acesso, em condições de igualdade, ao serviço público de seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade deve exprimir-se através de eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que salvaguarde o voto.

ARTIGO 22

Todo homem, como integrante da sociedade, tem direito à segurança social e à realização - através de esforço nacional e da cooperação internacional e conforme a organização e os recursos de cada Estado - dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis a sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

ARTIGO 23

1. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições equitativas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo homem tem direito, sem qualquer discriminação, a igual remuneração por trabalho igual. 3. Todos os que trabalham tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhes assegure, bem como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. 4. Todo homem tem direito de organizar sindicatos e a eles se filiar para a defesa dos seus interesses.

ARTIGO 24

Todo homem tem direito a repouso e lazer, principalmente, a uma limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

ARTIGO 25

1. Todos os homens tem direito a um padrão de vida que lhes possa assegurar, bem como aos seus familiares, saúde e bem-estar, principalmente ao que se refere a alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e aos serviços sociais necessários, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias alheias à sua vontade. 2. A maternidade e a infância tem direitos a cuidados e assistência especiais. Todas crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

ARTIGO 26

1. Todo homem tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. O ensino elementar será obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser acessível a todos, o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todas as pessoas em plena igualdade, baseada no mérito. 2. A educação será orientada no sentido da plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve fortalecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

ARTIGO 27

1. Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todos os homens tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística de sua autoria.

ARTIGO 28

Todo homem tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades estabelecidos na presente Declaração.

ARTIGO 29

1. Todos os homens tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade. 2. No exercício dos seus direitos e liberdades ninguém estará sujeito senão às limitações determinadas pela lei, com vistas exclusivamente a assegurar o devido reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar em uma sociedade democrática. 3. Em hipótese alguma estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada da maneira a reconhecer para qualquer Estado, grupo ou indivíduo, o direito de exercer qualquer atividade ou de praticar qualquer ato destinado a destruir os direitos e liberdades nela estabelecidos.

Nós também amamos a vida  
Nós também queremos viver !

Para vocês vida bela / Para nós favela  
Para vocês carro do ano / Para nós resto de patio  
Para vocês luxo / Para nós lixo  
Para vocês escola / Para nós pedir esmola  
Para vocês ir à lua / Para nós morar na rua  
Para vocês coca-cola / Para nós cheirar cola  
Para vocês avião / Para nós camburão  
Para vocês academia / Para nós delegacia  
Para vocês piscina / Para nós chacina  
Para vocês imobiliária / Para nós Reforma Agrária  
Para vocês compaixão / Para nós organização  
Para vocês tá bom, felicidade / Para nós ... igualdade  
Nós também amamos a vida  
Nós também queremos viver!

*Este poema foi escrito pelos meninos da Fundação Educacional  
Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias*

# ANOTAÇÕES

Area with horizontal dotted lines for notes.





# TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

SECRETÁRIA  
RECEPCIONISTA



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>37</b>
INTRODUÇÃO - SECRETARIA E RECEPCIONISTA .....	37
QUALIDADES EXIGIDAS DE UMA SECRETÁRIA .....	37
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>40</b>
FUNÇÕES DE UMA SECRETÁRIA .....	40
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>41</b>
AGENDA .....	41
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
COMO ORGANIZAR E PARTICIPAR DE REUNIÕES .....	42
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>43</b>
PREPARAÇÃO DE VIAGENS .....	43
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>44</b>
COMO USAR BEM UM TELEFONE .....	44
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>47</b>
ATENDIMENTO DIRETO .....	47
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>48</b>
NORMAS GRAMATICAIS .....	48
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>52</b>
ARQUIVO .....	52
ARQUIVO INFORMATIZADO .....	54
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>55</b>
CONCEITO DE DOCUMENTOS .....	55
OFICIAIS E MODELOS .....	55
REDAÇÃO PRÓPRIA .....	59
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>60</b>
ÉTICA PROFISSIONAL .....	60
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>62</b>
LEI QUE REGULAMENTOU O .....	62
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO .....	62
DE SECRETÁRIO(A) .....	62
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>64</b>
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL .....	64
<b>ANEXOS</b> .....	<b>67</b>
AVISOS .....	67
MODELO DE ATA .....	68
MODELO DE ATESTADO: .....	69
MODELO DE AVISO .....	70
MODELO DE CARTA COMERCIAL .....	71
MODELO DE CERTIFICADO .....	72
MODELO DE CIRCULAR .....	73
MODELO DE COMUNICAÇÃO .....	74
MODELO DE CONVOCAÇÃO .....	75
MODELO DE DECLARAÇÃO .....	76
MODELO DE EDITAL .....	77
MODELO DE MEMORANDO .....	78
MODELO DE OFÍCIO .....	79
MODELO DE PROCURAÇÃO .....	80
MODELO DE RECIBO .....	81
MODELO DE REQUERIMENTO .....	82
MODELO DE TELEGRAMA .....	82

## CAPÍTULO 1

### INTRODUÇÃO - SECRETARIA E RECEPCIONISTA

Quando se pensa em executar um Curso Profissionalizante, seja ele de curta ou longa duração, a preocupação primeira é com a perspectiva de emprego e empregabilidade. Para tanto, é necessário perceber os setores ou atividades econômicas que encontram-se em crescimento.

A atividade de secretária(o) é regulamentada por Lei. No entanto, em muitos casos, a(o) recepcionista de empresas pequenas ou médias, assumem atividades típicas de secretária. Ademais, as atividades de secretária e recepção assumem a cada dia, papel importante em qualquer atividade, independente do porte da empresa, uma vez que todas dependem de atendimento pessoal, por telefone ou por internet, para o bom desenvolvimento de suas atividades, seja a empresa do ramo da indústria, do comércio, turismo ou serviços..

Assim, este curso, foi pensado em dois sentidos: atender à necessidade de Aperfeiçoamento de Secretárias(os) e outro, atender à formação de Recepcionistas.

Desta forma, o conteúdo do curso tratará tanto de atividades de secretaria como o de recepção, entendendo-se que muitas das atividades de recepção envolve o de secretaria e vice versa. No entanto, alguns conhecimentos e características pessoais são igualmente necessárias, como complemento ao bom desempenho da função: a) conhecimento de informática básica; conhecimento e manuseio básico das ferramentas de comunicação internet; redação própria; visão e bom senso do que pode e deve ser feito/executado;

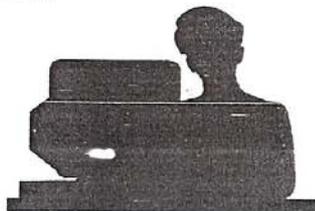
Esta apostila oferece conteúdo de apoio básico para o curso, no entanto, muitas outras informações e material de apoio será apresentado, conforme o estudo e experiência prática de cada profissional, sem esquecer da pesquisa e estudo individual de cada profissional de secretaria e recepção.

#### QUALIDADES EXIGIDAS DE UMA SECRETÁRIA

Para o desempenho da função de secretária, é necessário a existência de um perfil que se enquadre nas características da profissão. Uma pessoa instável, imprevisível, de quem não se sabe o que esperar, o que ora nos recebe com o melhor dos sorrisos, ora com a testa franzida e falando entre os dentes, é o que pode fazer de mais desagradável.

É extremamente difícil conservar estabilidade de atitude, por isso, é necessário um esforço diário de aprimoramento, pois para todos existem problemas, seja em casa, seja no trabalho, seja por motivo de saúde ou devido a situação econômica-financeira.

A secretária procurará não deixar transparecer suas preocupações, adotando uma postura de tranquilidade. Envidará esforços no sentido de estar sempre calma, sorridente, cortês, disposta a ouvir o que for necessário e a falar o menos possível. Quem procura a secretária, por via de regra, está sendo levado apenas por motivos de serviços ou em virtude das próprias dificuldades e problemas.



**O que caracteriza uma secretária competente e eficaz?**

- a) **Pensamento claro e inteligente:** Pensava-se até algum tempo atrás, que qualquer pessoa teria condições de ser secretária(o). Entretanto, chegou-se a conclusão que esta função exige muita inteligência, há muitas tarefas para serem executadas ao mesmo tempo e chefes e outros membros da empresa confiam sempre na solução apresentada pela secretária.
- b) **Ter boa memória:** Mesmo com os recursos tecnológicos existentes, a memória da secretária deve ser muito boa para lembrar-se das pessoas, nomes, empresas, reuniões, e das tarefas diárias. Devem lembrar de detalhes pessoais do chefe ou chefes (secretária de diretoria), família, bem como, evitar conflitos que ocasionem atritos.
- c) **Ser capaz, organizar e gostar do que faz:** Esta talvez, seja a mais simples e importante característica de uma secretária competente. É essencial que a secretária realize as tarefas de organização, atendimento ao público com entusiasmo e não como obrigação.
- d) **Apreciar reuniões:** Igualmente, secretárias que vão às reuniões porque são obrigadas, certamente atrapalharão mais do que ajudarão ao chefe. Tudo torna-se um grande esforço para elas e isto pode prejudicar o clima da reunião.
- e) **Ter retidão:** Não ser “infantil” demais, nem “carola” demais. Não estar distante do chefe nem do público, mas também não muito envolvida. Buscar o equilíbrio no relacionamento interpessoal visando demonstrar suas habilidades necessárias para a função. Ao participar de reuniões a secretária deve permanecer imparcial, mesmo conhecendo profundamente o assunto. Normalmente pessoas altamente ambiciosas não são boas secretárias, pois ao invés de se restringir a sua função, as mesmas utilizam-se de reuniões para demonstrar seu valor, usando isto como trampolim para cargos mais altos. Elas têm a tendência de respeitar menos o chefe ou agir como ele. Para estas pessoas ambiciosas, elas se encontram num lugar de menor valor.
- f) **Ter uma personalidade calma:** Reuniões, atendimento ao público, chefe mal-humorado (todos concordam), podem ser ocasiões estressantes. Ser chefe pode ser uma posição muito solitária, especialmente quando visto com hostilidade. A secretária que realiza suas tarefas, com calma, gera uma tranquilidade para o chefe e demonstra a ele, que este possui uma retaguarda confiável. Caso contrário, onde a secretária facilmente entra em pânico, prejudica de tal maneira a rotina do chefe, que é preferível a não existência dela. A secretária deve ser um termostato no ambiente de trabalho, mantendo o clima sempre tranquilo.
- g) **Ser amigável:** Reuniões e ambientes de trabalho são mais agradáveis e tem mais êxito quando a secretária tem um relacionamento amigável com todos os membros. Mas, ser amigável, não significa cruzar a fronteira de uma amizade íntima com qualquer dos membros de uma diretoria ou chefia. Havendo a travessia desta fronteira, fica mais difícil para a secretária tratar os demais membros com igualdade, bem como manter a objetividade perante todos. Uma secretária nunca deve favorecer por palavras ou gestos uma pessoa (chefe, diretor, clientes, etc...)

---

*Secretária Recepcionista com Internet*

---

- h) **Ter habilidades certas:** É o poder de reação, diante das diversas situações, como: tomar notas rapidamente, digitar com precisão, escrever de maneira correta e expressar exatamente o que ocorre numa reunião com clareza e objetividade.
- i) **Ser uma boa ouvinte:** Geralmente não se pede às secretárias para dar uma contribuição ativa, isto é, dar opiniões sobre assuntos da empresa. Desta maneira, a secretária deve ouvir muito e falar pouco. A secretária deve estar sempre pronta para ajudar a qualquer momento, responder perguntas, ter em mãos papéis e documentos ao serem solicitados. Assuntos particulares de membros da empresa, não devem ser divulgados, como também assuntos pertinentes à empresa. Secretária é um cargo de confiança.
- j) **Ter a mente aberta e ser justa:** Secretária competente precisa demonstrar boa vontade e tratar todos com cortesia, independente de cargo, idade, etc... Quando a secretária deixa no seu dia-a-dia, que preconceitos pessoais interfiram em suas relações profissionais, pode sofrer sérias consequências.
- k) **Ser bem informada:** A secretária eficaz necessita saber quais assuntos estão sendo discutidos na empresa e por quais pessoas ou departamentos. Evitando assim, comentários fora de hora, ou expor alguma informação para pessoas não interessadas ou envolvidas. Também deve estar ciente de certas formalidades para uma reunião, uma festa, um agradecimento, etc...
- l) **Ser uma "clarividente":** Só uma piada! Mas a secretária deve prever com antecedência as necessidades do chefe ou membros da diretoria, suas predileções (chá, café, adoçante, etc...) Também deve ter sempre a mão documentos, relatórios, que possam ser solicitados ou algum membro tenha esquecido de trazer, resolver problemas quando surgem, ser um verdadeiro filtro. Passando adiante somente o que não possa resolver.

Na verdade, a secretária ideal é tão rara como um chefe ideal. Sendo humanos ambos têm defeitos. Mas com um relacionamento eficiente eficaz entre chefe e secretária, um supre o que falta no outro, de maneira que formem uma equipe eficiente com objetivos comuns.

## CAPÍTULO 2

### FUNÇÕES DE UMA SECRETÁRIA

As funções de uma secretária variam bastante de acordo com o nível de secretariado em que ela se enquadra, a estrutura e o ramo de atividade da empresa, e também, o tipo de executivo ao qual ela atende. Independente porém dessa grande gama de funções que ela pode ser chamada a desempenhar, existem determinadas tarefas - como receber e classificar a correspondência, organizar arquivos, atender telefonemas, planejar viagens - que fazem parte da rotina de todo o escritório e, quase como regra, estão entre as primeiras obrigações de uma secretária.

Uma secretária eficiente deve estar preparada para realizar mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor frequência, as seguintes tarefas básicas:

- Manter uma agenda atualizada; lembrar aos diretores os compromissos assumidos;
- Marcar, confirmar ou cancelar compromissos da direção da empresa;
- Planejar viagens: providenciar reservas de passagens, hotéis, carros de aluguel, roteiros;
- Anotar e transmitir recados;
- Redigir, digitar, revisar e corrigir documentos de qualquer espécie - cartas, relatórios, memorandos, tabelas, envelopes, recibos, cartões, etiquetas, etc...
- Organizar e consultar arquivos;
- Receber, classificar, distribuir e arquivar a correspondência diária;
- Fazer, receber e transferir chamadas telefônicas locais ou internacionais;
- Operar máquinas de calcular, fax, computador;
- Receber instruções e solicitações dos superiores;
- Atender a reclamações, pedidos, fazer encomendas;
- Planejar a rotina do escritório: estabelecer prioridades, distribuir tarefas;
- Acompanhar e verificar o estoque de material de escritório;
- Cuidar dos problemas "domésticos" do escritório: providenciar assistência técnica para os equipamentos, comprar materiais, etc...;
- Orientar a limpeza do local do trabalho;
- Receber visitantes, fazer apresentações;
- Manusear material confidencial;
- Fornecer e obter informações junto a outros departamentos ou empresas, por telefone, correspondência ou pessoalmente;
- Agendar reuniões;
- Cuidar, manter a sala de reuniões;
- Preparar sala de reunião quando for solicitado, incluindo ata, canetas, papéis, café, água, etc;
- Atender o telefone;
- Controlar o material de expediente;
- Arquivar cartões de visita;
- Saber receber bem os clientes, conhecendo regras de etiqueta social.

## CAPÍTULO 3

### AGENDA

Agenda é o livro em que se anotam compromissos, despesas, atividades, datas e horários.

Liste todas as tarefas que terá de realizar no dia seguinte, ou durante a semana ou mês; a essas anotações e planejamento denomina-se agenda. Seu objetivo é aumentar a eficiência, pois possibilita organizar e lembrar compromissos. Anote sempre: compromissos do executivo, data, local, assuntos. São de rigor a uniformização e a coerência de sua agenda com a de seu executivo, isto é, mantenha as agendas identicamente anotadas (compare constantemente a agenda dele com a sua e faça as devidas adaptações na sua); entre um compromisso e outro, reserve uma hora de folga para atrasos, ou compromissos urgentes que não foram marcados. Evitar marcar entrevistas para as primeiras e últimas horas do dia, próximo às refeições, para as segundas e sextas-feiras, e imediatamente antes e após férias e viagens.

Cabe a secretária também marcar compromissos e cancelar aqueles que não forem do interesse do chefe, bem como alterar um ou outro quando for necessário.

Podem ser anotados numa agenda: reuniões de diretoria, associações, clubes, acionistas, clientes, mensalidades (contas a pagar), contribuições assistenciais, assinaturas de periódicos (vencimentos), datas de aniversário da família e seu executivo.

O principal no desempenho da atividade profissional é traçar prioridades. Você pode ter muitas tarefas para realizar, mas, se traçar objetivos e estabelecer prioridades, o tempo se tornará maior. Seja rigorosa quanto à execução das tarefas estabelecidas em sua agenda.

**Particularidades:** em primeiro lugar, recomenda-se não marcar compromissos com pessoas que seu executivo não gostaria de receber, bem como para a véspera de uma viagem ou férias ou logo após seu retorno.

Em segundo lugar, é necessário reconfirmar por telefone todos os compromissos assumidos. Caso contrário, corre-se o risco de desperdiçar tempo inutilmente.

Outros procedimentos não menos importantes são: sugerir horários e não deixar que o interessado marque o horário; obter o número do telefone da pessoa que está assumindo um compromisso; anotar todos os compromissos constantes da agenda de seu executivo; informar todas as manhãs, por meio de lista os compromissos do dia; quando o executivo for ao encontro de alguma pessoa anotar em cartão o endereço, o nome da pessoa a ser visitada e o horário preestabelecido.



## CAPÍTULO 4

### COMO ORGANIZAR E PARTICIPAR DE REUNIÕES

Há dois tipos de reunião: ordinárias e extraordinárias. As ordinárias são previstas pelo estatuto da empresa; as extraordinárias são reuniões convocadas ao surgirem determinados problemas que exigem a deliberação conjunta dos membros da diretoria e outros membros, como, por exemplo, os sócios.

Após decidida a reunião, marcam-se a data e o horário. A secretária deverá saber o número exato de participantes e ter conhecimento da pauta da reunião.

Em cooperação com seu executivo, elabore uma lista dos assuntos a serem discutidos e do material que será utilizado no encontro. Anote em sua agenda de tarefas todas as providências necessárias: confecção de relatórios, cópias de documentos, gráficos, etc. Estabeleça prazos-limite para a entrega tanto de seu trabalho quanto dos que forem encomendados a outros funcionários.

Providencie uma pasta ou envelope grande e vá arquivando todo o material referente à reunião. Este deve estar pronto com uma margem de tempo suficiente para que possa ser submetido à aprovação do executivo e, eventualmente, feitos alguns acréscimos e modificações, após o exame do material, ele poderá, por exemplo, pedir a inclusão de dados mais atualizados nos relatórios ou solicitar a confecção de um gráfico extra.

Uma vez elaborada a pauta da reunião, emitida a convocação, confirmadas as presenças, deve preparar a sala e todo o material que será usado. É necessário que o local esteja previamente preparado, seja ventilado e adequado para reuniões. Manter-se atenta porque em alguns casos são necessários aparelhos de videocassete e televisão, retroprojetores, projetores de slides, telas, quadros-negros, giz, flip-charts, pincéis atômicos (carregados), cartolina, quadro branco.

Outras providências comuns são: papel para rascunho ou bloco de papel, lápis, cinzeiros, fósforos, cliques, borracha. Esse procedimento visa evitar dissabores e correrias de última hora. E, para que não seja chamada a todo instante, antes de iniciar a reunião, a secretária pedirá a algum funcionário ou à própria telefonista da empresa que atenda às pessoas e telefonemas, anotando os recados respectivos.

Se da reunião participarem muitas pessoas, é conveniente o uso de crachás, sobretudo quando se trata de pessoas desconhecidas. Em pequenas reuniões de pessoas desconhecidas, podem-se providenciar crachás de mesa.

Havendo necessidade de gravar a reunião, providenciar fitas suficientes para esse fim, bem como estar certa previamente de que o gravador ou a filmadora estão em perfeito funcionamento.

Como secretária que é, poderá ser também de sua responsabilidade servir (ou recomendar que alguém sirva) café, água, refrigerante. Se não houver nenhuma solicitação, esse serviço se dará somente após 30 minutos de iniciada a reunião.

Em reuniões demoradas, é necessário fazer limpeza constante dos cinzeiros.

Após a reunião, tomar os seguintes cuidados, imediatamente: arejar a sala, arrumá-la, retirar xícaras e copos, esvaziar cinzeiros, recolher material diverso, etc.

À secretária cabe a redação da ata. Anotar todas as discussões resumidas e as resoluções como foram formuladas. Evitar comprometer o significado do que foi anotado; não substituir palavras por outras de sentido equivalente simplesmente porque não gosta delas.

## **CAPÍTULO 5**

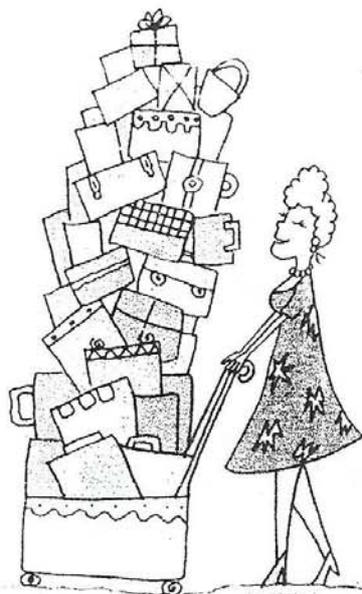
### **PREPARAÇÃO DE VIAGENS**

A organização de viagens é uma tarefa que envolve diversos detalhes e é indispensável que a secretária seja muito atenciosa e minuciosa ao planejar um roteiro para o executivo.

Assim que seu executivo lhe fornecer o itinerário da viagem, comece a providenciar as passagens e as reservas de hotéis. Isso pode ser feito diretamente ou por intermédio de uma agência de viagens.

É necessário que se faça um roteiro da viagem, esse roteiro deve conter: horário de partida, hotel em que se hospedará, compromissos assumidos para a viagem, tais como reuniões, entrevistas, almoços, jantares, etc... Não esquecer de colocar os locais e os horários desses compromissos.

Muitas vezes será necessário também a elaboração de roteiros para essas viagens de negócios, nesse caso deve-se proceder da mesma maneira quando se prepara uma reunião.



## **CAPÍTULO 6**

### **COMO USAR BEM UM TELEFONE**

O telefone é um meio de comunicação bastante conhecido, e seu uso o transforma cada vez mais em substituto ou complemento das conversas pessoais, malas diretas e cartas. Entretanto, poucos usuários tiveram a oportunidade de refletir sobre as vantagens e limitações desse instrumento.

A impossibilidade da visão, por exemplo, tem vários reflexos na comunicação. Uma delas é a dificuldade na descrição de objetos, roteiros e imagens. O risco de não captar o estado de espírito e a reação do interlocutor é real. Esses obstáculos exigem da pessoa que trabalha ao telefone, grande sensibilidade e tato para dar continuidade ao diálogo.

Ao telefone, a tendência do ser humano é fantasiar. A mensagem verbal cresce em importância no diálogo telefônico: tanto a competência nas informações quanto sintomas de má vontade, ignorância ou arrogância multiplicam seus efeitos, passando a ter um papel vital na fixação da imagem da empresa. Muitas vezes, o telefone estabelece o primeiro contato entre o cliente e a empresa. Este pode vir a ser o último.

Há diversas formas de as pessoas reagirem ao uso do telefone. As que o detestam correm o risco de tratar mal seus interlocutores ou não retornar recados. Há pessoas que se sentem protegidas pela impossibilidade de contato pessoal. Estes tendem a prolongar desnecessariamente os diálogos ou a serem agressivas ou íntimas em excesso.



**Seguem alguns procedimentos que garantem a eficácia do uso do telefone:**

- Atenda após o primeiro toque. O barulho do telefone irrita você e quem ligou.
- Evite o “alô”. Diga o nome da empresa ou de seu departamento (se a ligação já passou pela telefonista) e o seu. Você pode acrescentar um ‘bom dia’ ou ‘boa tarde’; soa simpático e profissional.
- Se a ligação não for para você, passe-a à pessoa desejada. Evite retornar a ligação para a telefonista.
- Ao sair do local de trabalho, informe à telefonista onde estará.
- Ao telefonar, tenha à mão todos os dados necessários para a conversa.
- Ao falar com a pessoa desejada, apresente-se e seja gentil. Lembre-se que ela pode estar ocupada.
- Se o telefone ou o ramal para o qual você ligou não atender, desista após o terceiro toque e ligue mais tarde. Três toques são suficiente para provar que seu interlocutor não está disponível.
- Se a sua ligação não tiver hora marcada, opte por fazê-la de manhã. Nesse período, os telefones estão menos ocupados e as pessoas mais disponíveis.
- Se o ramal da pessoa que você deseja estiver ocupado, não aguarde na linha. Deixe recado ou peça para chamá-lo mais tarde.
- Durante o diálogo, evite deixar seu interlocutor esperando. Caso você esteja procurando uma informação, retorne ao fone e avise-o do que está acontecendo. Ao telefone, três minutos são uma eternidade. Se for levar mais do que isso, desligue e retorne ao telefonema mais tarde.
- Seja gentil, mas sem exageros. Use expressões do tipo “pois não” e “obrigado”. Evite intimidades como “bem” e “querida”.
- Demonstre conhecer a sua empresa. Evite “tirar o corpo fora” com expressões do tipo “isso não é comigo”. Dizer “vou consultar” tem um significado muito diferente de “não sei”.
- Ao descrever objetos, use analogias que facilitam a visualização.
- Dê a devida importância à anotação e transmissão de recados. Repita os dados mais importantes, passe-os assim que possível à pessoa certa e confirme se houve retorno.

---

**Secretária Recepcionista com Internet**

---

**Serviços de Chamadas Telefônicas com Intérprete**

O serviço de chamadas com intérprete da *Embratel* está a disposição dos assinantes da Rede Nacional de Telefonia que têm desconhecimento de determinados idiomas.

Atualmente, o serviço é prestado nos idiomas inglês, japonês, italiano e espanhol.

Como solicitar a ligação:

Basta discar 000111 e pedir um intérprete num desses idiomas. Você só paga a Ligação Internacional. A tradução é grátis.

**Código Internacional para Soletrar por Telefone**

Aqui, um código universal de comunicações por telefone para quando você precisar soletrar palavras:

A - Alfa	J - Julieta	S - Sierra
B - Beta	K - Kilo	T - Tango
C - Charles	L - Lima	U - Uniforme
D - Delta	M - Mike	V - Vitor
E - Eco	N - Novembro	X - Xray
F - Fox	O - Oscar	W - Whisky
G - Golf	P - Papa	Y - Yankee
H - Hotel	Q - Quebec	Z - Zulu
I - Índia	R - Romeu	

## CAPÍTULO 7

### ATENDIMENTO DIRETO

Poucas coisas são mais irritantes para as pessoas do que serviços sem respostas. Para muitos, mesmo que o serviço seja bom, ele não o será se for realizado com atraso. Pessoas não gostam de esperar para serem atendidas, seja ao telefone ou pessoalmente.

#### O profissional de contato com as pessoas precisa:

- Saber Ouvir - entender as necessidades das pessoas
- Saber Comunicar-se - sendo claro, simples e objetivo
- Ter habilidade de verificação - entender a real necessidade das pessoas
- Saber resolver problemas
- Ter agilidade no atendimento
- Ser honesto - quando não souber responder à questões, transmitir confiança, deixando claro que fará o possível para ajudá-la
- Ser cortês - demonstrando respeito e atenção
- Ter bom senso - capacidade de analisar as situações de forma racional e buscar soluções eficientes.

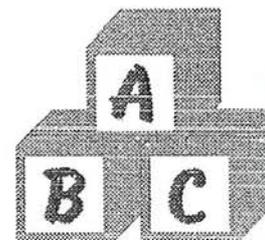
#### “Tudo o que você tem que fazer”

- Atender as necessidades das pessoas e fazer o que é mais sensato para preservar a boa vontade deles
- Demonstrar sensibilidade em relação aos problemas das pessoas
- Reconhecer os diversos tipos de pessoas para agir adequadamente
- Comunicar-se bem. Forneça informações completas, faça perguntas pertinentes, use as palavras corretamente e utilize criteriosamente comunicados por escrito.
- Manter lealdade à empresa e seus colegas, com palavras e atitudes
- Ser atenciosa, otimista e prestativa
- Apresentar-se bem, o que inclui boa aparência na forma de se vestir, estar descansada e agir de forma descontraída e natural.
- Conservar a energia
- Mostrar respeito pelas pessoas
- Ser comprometida
- Nunca ter a atitude “isso não é comigo ou minha responsabilidade”
- Orgulhar-se daquilo que faz
- Avaliar constantemente a qualidade do seu trabalho (foco na melhoria contínua)
- Ser ética



## CAPÍTULO 8

### NORMAS GRAMATICAIS



#### 1. Acentuação Gráfica

**Oxítonas:** palavras cuja sílaba tônica é a última.

Ex: de-ve-rá / vo-cê

**Paroxítonas:** a sílaba tônica é a penúltima.

Ex: pro-vá-vel / pos-si-vel

**Proparoxítonas:** a sílaba tônica é a antepenúltima.

Ex: pa-rá-gra-fo / pás-sa-ro

**Ditongo:** quando duas vogais permanecem na mesma sílaba.

Ex: cha-péu / he-rói-co

**Hiato:** quando uma das vogais vai para a outra sílaba.

Ex: ca-i-do / ca-ra-í-ba / ca-su-ís-mo

#### Regra 1 - Oxítonas

Acentuam-se todas as palavras oxítonas terminadas em:

a(s), e(s), o(s), em, ens

Exemplos: cará, café, vovô, contém, parabéns.

#### Regra 2 - Paroxítonas

Acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em:

l, n, r, x, ã(s), i(s), us, um, uns, om, ons, ps, ôo, ôos, e em ditongo.

Exemplos: passível, hífen, açúcar, táxi, prótons, bíceps, vôo, colégio.

#### Regra 3 - Proparoxítonas

Acentuam-se todas as palavras proparoxítonas.

Exemplos: câmara, místico, tópico.

#### Regra 4 - Hiatos

Acentuam-se o i e u tônicos, quando são a segunda vogal dos hiatos.

Exemplos: caído, egoísta, reúne.

**Atenção:** Em hipótese alguma, você acentuará o i e o u, mesmo que sejam tônicos e a segunda vogal do hiato, se formarem sílaba com **l, m, n, r, z, u** ou forem seguidos do dígrafo **nh**.

Exemplos: ru-im, a-in-da, Ra-ul, ca-ir, ju-iz, ra-i-nha.

**Atenção:** Os hiatos **i-i** e **u-u** não levam acento!

Exemplos: va-di-ice, su-cu-uba.

**Regra 5 - Ditongos**

Acentua-se a primeira vogal aberta dos ditongos éi, éu, óe.

Exemplos: réis, réu, apnéico, chapéu, estóico.

**Regra 6 - Grupos güe, qüe, qüi**

Quando o u dos grupos güe, qüe, qüi for pronunciado e átono, levará trema.

Exemplos: agüentar, sangüíneo, tranqüilo, freqüente.

Porém, se o u for pronunciado e tônico, levará acento agudo.

Exemplos: apazigüe, argüi, obliqüe.

**Exceções**

Das regras acima, você encontrará duas exceções consagradas pelos catedráticos: pôr (verbo) e cõa (verbo e substantivo).

**2. Crase**

Não é difícil usar a crase. Você vai aprender agora! Quer apostar?

Guarde na memória: USE A CRASE APENAS ANTES DA PALAVRA FEMININA PRECEDIDA DO ARTIGO A.

A CRASE = Fusão da preposição a com:

- o artigo A
- o demonstrativo A
- o A inicial de aquele(s), aquela(s), aquilo
- relativo a qual, as quais

E agora? Como saber se o feminino está precedido do artigo A?

Muito simples. Observe o seguinte:

Mude o verbo empregado. Se aparecer da, que é igual a de+a, ou na, que é igual a em+a, o feminino estará precedido do artigo A, sendo necessário o uso da crase.

Exemplos: Vou a praia - Voltei da praia (de+a) praia = Vou à praia  
Fui a aula - Voltei da (de+a) aula = Fui à aula  
Vou a Tijuca - Estou na (em+a) Tijuca = Vou à Tijuca

A crase é obrigatória:

- nas locuções adverbiais formadas por palavras femininas.
- nas locuções prepositivas formadas por palavras femininas.
- nas locuções conjuntivas formadas por palavras femininas.

Exemplos: às pressas, à procura de, à medida que...

Um pequeno artifício para conseguir classificar o arquivo mais depressa, será guardar os papéis, à medida que forem surgindo durante o dia, mais ou menos na ordem em que deverão ser classificados. O trabalho fica, assim, muito simplificado e reduzido.

Quanto ao arranjo estético do arquivo, depende inteiramente do gosto pessoal. Como regra geral (e independente da estética), guarde-se, entretanto, a noção de que as pastas devem ser conservadas escrupulosamente em ordem, seja numérica, seja alfabética, e ser facilmente identificáveis. Para este fim, empregar os meios de sinalização que se julgarem mais adequados.

Não permita a secretária que outra pessoa retire cartas ou documentos de seu arquivo. Entregue-os ela mesma, mediante recibo, a quem lhos pedir, usando, para tanto, de todo o seu critério e bom senso.

Não retire, nem permita que se retirem pastas do arquivo sem deixar uma ficha de substituição, indicando a quem foram entregues, e anotando, após, a data de sua devolução.

Se a secretária tiver uma arquivista auxiliar, será de bom aviso, sempre que dispuser de tempo, inspecionar o arquivo. Em 95% dos casos existem probabilidades de engano - muito desculpáveis, aliás. Tal inspeção servirá ao mesmo tempo, para reavivar-lhe a memória e não deixar esquecidos certos assuntos que, inadvertidamente, possam ter escapado à atenção do chefe ou à sua própria.

Finalmente, a fim de que haja número suficiente de cópias, bem como para a preservação dos originais de certos documentos importantes, ou para o preparo de dossiês urgentes (para viagens e conferências, por exemplo), procure a secretária obter uma máquina de fotocópia, que lhe dê, dentro de segundos, as cópias de que possa necessitar.

A microcópia é preciosa para a reprodução, em formato reduzido, de documentos e arquivos. É, contudo, muito dispendiosa e só justifica em empresas de certo vulto, ou em bibliotecas, museus, universidades, etc...

## ARQUIVO INFORMATIZADO

A secretária deve manter também o seu arquivo do computador em ordem, o ideal é manter cópia de todas os documentos emitidos pela empresa, mesmo quando, se tenha cópia em papel.

O arquivo deve ser feito por assuntos para facilitar a sua consulta e a de outras pessoas, por exemplo, abrir pastas separadas para cartas, fax, contratos, procurações, etc...

Deve tomar cuidado nos documentos que são confidenciais, colocando senhas de acesso. Para os documentos mais importantes é ideal fazer uma cópia em disquetes.

Evite deixar no computador coisas pessoais, caso seja necessário abra uma pasta em seu nome e guarde tudo ali.

